



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**UMA LEITURA SOBRE A GEOGRAFIA
ESCOLAR DE HILTON SETTE E MANUEL
CORREIA DE ANDRADE**

Mestranda: Leila Barbosa Costa

Orientadora: Prof^a. Dr^a Maria Adailza Martins de Albuquerque

João Pessoa, PB
Dezembro de 2010

LEILA BARBOSA COSTA

**UMA LEITURA SOBRE A GEOGRAFIA
ESCOLAR DE HILTON SETTE E MANUEL
CORREIA DE ANDRADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPPG-UFPB), em cumprimento às exigências para obtenção do grau de mestre.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a Maria Adailza Martins de Albuquerque
Orientadora – PPGG/UFPB

Prof^o. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso
Examinador Interno – PPGG/UFPB

Prof^o. Dr. Josué Pereira da Silva
Examinador Externo – UACS-CFP/UFCG

João Pessoa-PB
Dezembro de 2010

Ao meu irmão caçula Jorge Costa Júnior, que alcançou a vida na sua forma mais plena. Juninho, que não chegou até a universidade, mas foi e é muito admirado pelo seu grande saber e engenhosidade.

Minha admiração, carinho e gratidão por seus vinte anos de convivência perto de nós, nos mostrando que “O melhor da vida é viver a vida.” (Jorge Costa Júnior, março, 2009).

Agradecimentos

Ao meu Deus, fonte constante das minhas forças.

Aos meus pais, Jorge e Terezinha, que nos seus esforços fizeram com que eu tivesse gosto e motivação pelos estudos.

Aos familiares e amigos que compreenderam as minhas muitas ausências e mesmo assim continuaram acreditando nos meus sonhos.

A minha orientadora Dadá pela amizade, sinceridade, compreensão, confiança, segurança, parceria e, principalmente, pelo exemplo de profissional que me incentivou por meio de suas experiências a possibilidade de trabalhar e, conseguir estudar.

Ao professor Carlos Augusto pelas significativas contribuições que fizeram avançar esse trabalho. E, principalmente, pela sua atuação enquanto coordenador da Pós, que manifestou sua compreensão altruísta diante da perda familiar que eu estava passando e da desorganização de vida após sofrer assalto.

Ao professor Josué Pereira da Silva por atender prontamente ao convite para participar da defesa desse trabalho.

Ao Grupo de pesquisa Ciência, Educação e Sociedade pela iniciação e aprendizado nos trabalhos de reconhecimento e catalogação do livro escolar.

Ao Núcleo de Apoio a Pesquisa Acadêmica- NAPA/UFPE, pelo apoio concedido durante a fase inicial da catalogação dos livros escolares de Manuel Correia de Andrade.

A funcionária Sônia do PPGG pela compreensão e profissionalismo em resolver as questões burocráticas do curso.

A professora Maria de Fátima Ferreira Rodrigues pela resolução dos trâmites burocráticos a frente da coordenação da Pós.

A professora Emília Moreira pelas palavras de incentivo na ocasião da seleção do mestrado.

Aos meus colegas de turma por partilhar dos mesmos desafios, e nisso nos instigar ao caminho das conquistas.

A senhora Creuza e a todas as freiras do lar da divina providência pela estadia e grande cuidado durante os dias do trabalho de pesquisa na cidade do Recife.

A Fundação Joaquim Nabuco, na pessoa de Lúcia Gaspar e sua equipe pelo empenho e facilitação na busca por arquivos.

Ao setor de microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco, na pessoa de

Renato Phaelante da Câmara e sua equipe, pela contribuição a pesquisa com os jornais do período e pelas informações cedidas.

A professora Thaís Correia de Andrade pelas informações cedidas sobre o trabalho de seu pai Manuel Correia de Andrade.

Aos Colégios Americano Batista e Vera Cruz por abrir as portas de seus estabelecimentos para a catalogação dos livros escolares e demais arquivos.

Ao apoio de saúde que recebi do médico José Donato Braga Filho.
Aos meus alunos, colegas professores, coordenadores e diretores da Escola Normal Helena Hardman Pires por me fazer acreditar que vale a pena o esforço desse trabalho.

Meu muito obrigada a todos que, de alguma forma, contribuíram para o alcance desse trabalho.

RESUMO

A dissertação uma leitura sobre a Geografia escolar de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade tem por objetivo discutir o ensino de Geografia a partir dos primeiros manuais escolares dos autores nordestinos Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade. Esses manuais foram publicados na década de 1950, em um contexto social e pedagógico em que se pensavam novos rumos para a educação no Brasil. Iniciamos o primeiro capítulo, deste trabalho, defendendo a idéia dos manuais escolares como documentos históricos, para tanto fizemos uma pesquisa nos trabalhos desenvolvidos pelos principais estudiosos do tema livro didático e trouxemos suas principais contribuições. Ainda nesta primeira etapa da dissertação, enfatizamos a importância dos manuais para a compreensão das disciplinas escolares. As marcas de leitura, deixadas pelos alunos que estudaram com os manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade também foram significativas para o estudo da metodologia aplicada pelos professores no período que os livros foram utilizados. Também realizamos uma análise criteriosa em manuais escolares de outros autores da Geografia, tais como: Aroldo de Azevedo, Moisés Gicovate, Renato Stempniewski em parceria com Éli Piccolo, e Geraldo Sampaio de Souza com Armando José Sampaio de Souza, publicados no mesmo recorte temporal que os manuais didáticos de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade. No segundo capítulo, sobre a Geografia Escolar e os manuais de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade nos propomos a fazer um breve histórico dessa disciplina, em que, na ocasião, tratamos da configuração do ensino secundário brasileiro nos anos de 1950. Os debates científicos contemporâneo aos manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, de igual modo, fizeram parte da composição desse texto. No último capítulo, debatemos, de forma específica, o ensino de Geografia a partir do conteúdo dos manuais escolares dos autores em estudo, bem como da cultura escolar que envolvia a educação no período em que os autores Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade estavam em sala de aula ensinando Geografia nas escolas do Estado de Pernambuco.

Palavras-chave: Manuais escolares; Geografia escolar; Ensino de Geografia.

ABSTRACT

The dissertation is a reading on the school Geography Hilton Sette and Manuel Correia de Andrade aims to discuss the teaching of geography from the first authors of textbooks and the Northeast Hilton Sette Manuel Correia de Andrade. These manuals were published in the 1950s, in a social and educational context in which it is thought new directions for education in Brazil. We began the first chapter of this work, defending the idea of school textbooks as historical documents, for both did research on work by leading scholars of the textbook issue and brought its main contributions. Even this first stage of the thesis, we emphasize the importance of textbooks to the understanding of school subjects. The reading marks, left by students who studied with school books Sette Hilton and Manuel Correia de Andrade were also significant for the study of the methodology applied by teachers in the period that the books were used. We also performed a thorough analysis in textbooks of other authors of geography, such as: Aroldo de Azevedo, Moses Gicovate, Renato Stempniewski in partnership with Eli Piccolo, and Geraldo Sampaio de Souza with Jose Armando Sampaio de Souza, published in the same time cutting it the textbooks on the Sette Hilton and Manuel Correia de Andrade. The second chapter on geography and school manuals Sette Hilton and Manuel Correia de Andrade, we propose a brief history of the discipline in which, on occasion, we treat the configuration of secondary education in Brazil during the 1950s. The scientific debates on contemporary textbooks Sette Hilton and Manuel Correia de Andrade, likewise, were part of the composition of this text. In the last chapter, discussing, specifically, the teaching of geography from the content of textbooks in the authors' study as well as school culture that involve education in the period in which the authors Sette Hilton and Manuel Correia de Andrade were in classroom teaching Geography in schools in the state of Pernambuco.

Keywords: Textbooks; school Geography, Teaching Geography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p.12
CAPÍTULO 1 – OS MANUAIS ESCOLARES COMO DOCUMENTOS HISTÓRICOS.....	p.17
1.1 – Os manuais escolares e sua contribuição para o estudo das disciplinas escolares.....	p.17
1.2 – As marcas de leitura nos manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade	p.27
1.3 – Os manuais escolares de Geografia de outros autores publicados na década de 1950.....	p.31
CAPÍTULO 2 – A GEOGRAFIA ESCOLAR E OS MANUAIS DE HILTON SETTE E MANUEL CORREIA DE ANDRADE.....	p.41
2.1 – Breve histórico da Geografia escolar.....	p.41
2.2 – O ensino secundário e a Geografia escolar.....	p.44
2.3 – O debate contemporâneo aos manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade	p.56
CAPÍTULO 3 – O ENSINO DE GEOGRAFIA E OS MANUAIS ESCOLARES DE HILTON SETTE E MANUEL CORREIA DE ANDRADE.....	p.67
3.1 – O conteúdo dos manuais escolares de Geografia de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade	p.69
3.2 – A Região como conceito destaque no manual escolar de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade.....	p.92
3.3 – Cultura escolar e ensino de Geografia	p.99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.122
REFERÊNCIAS.....	p.126

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Programa ginásial de 1951, da Revista de Estudos Pedagógicos 1952, p.251. Adaptado por Leila Barbosa Costa.....	p.49
Quadro 02: Programa do curso colegial clássico sem grego de 1951.....	p.51
Quadro 03: Programa do curso colegial científico de 1951.....	p.52
Quadro 04: Programa de Geografia curso ginásial.....	p.52
Quadro 05: Programa da disciplina Geografia do curso clássico e científico.....	p.53

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Capa do livro Geografia do Brasil de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1958.....	p.27
Imagem 02: Parte interna do livro Geografia do Brasil, de 1958, terceira série ginásial, 3ª edição.	p.29
Imagem 03: Parte interna do livro geografia geral, de 1959, primeira série colegial, 2ª edição.....	p.30
Imagem 04: Capa do livro Geografia geral de Geraldo Sampaio de Souza e Armando José Sampaio de Souza, 1950.....	p.34
Imagem 05: Parte interna do livro Geografia geral de Geraldo Sampaio de Souza e Armando José Sampaio de Souza, 1950.....	p.35
Imagem 06: Índice do livro Geografia geral de Geraldo Sampaio de Souza e Armando José Sampaio de Souza, 1950.....	p.36
Imagem 07: Continuação do índice do livro Geografia geral de Geraldo Sampaio de Souza e Armando José Sampaio de Souza, 1950.....	p.37
Imagem 08: Capa do livro Geografia do Brasil de Renato Stempniewski e Éli Piccolo.....	p.39
Imagem 09: Capa do livro Geografia do Brasil de Moisés Gicovate.....	p.40
Imagem 10: Página inicial do livro Geografia do Brasil de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1956.....	p.71
Imagem 11: Página inicial do livro Geografia do Brasil de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1956.....	p.72

Imagem 12: Índice do livro Geografia do Brasil de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1956.....	p.73
Imagem 13: Continuação do índice do livro Geografia do Brasil de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1956.....	p.74
Imagem 14: Página inicial do livro Geografia geral segunda série colegial de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1955.....	p.75
Imagem 15: Página inicial do livro Geografia geral segunda série colegial de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1955.....	p.76
Imagem 16: Continuação página inicial do livro Geografia geral segunda série colegial de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1955.....	p.77
Imagem 17: Índice do livro Geografia geral segunda série colegial de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1955.....	p.78
Imagem 18: Continuação do Índice do livro Geografia geral segunda série colegial de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1955.....	p.79
Imagem 19: Parte interna do livro Geografia geral de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1959.....	p.82
Imagem 20: Página inicial do livro Geografia do Brasil de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1962.....	p.83
Imagem 21: Página inicial do livro Geografia do Brasil de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1962.....	p.84
Imagem 22: Continuação da página inicial do livro Geografia do Brasil (1962) de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade que contém o programa de 1951.....	p.85
Imagem 23: Índice do livro Geografia do Brasil (1962) de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade.....	p.86
Imagem 24: Continuação do Índice do livro Geografia do Brasil (1962) de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade.....	p.87
Imagem 25: Capa do livro Geografia geral de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1955.....	p.89
Imagem 26: Capas do livro Geografia geral de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade.....	p.90
Imagem 27: Página do livro Geografia do Brasil de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1956, p.17.....	p.93
Imagem 28: Página do livro Geografia do Brasil de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1956, p.159.....	p.97

Imagem 29: Página do livro Geografia do Brasil de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1956, p. 160.....	p.98
Imagem 30: Vista lateral do Estadual Pernambucano localizado no centro da cidade do Recife, PE.....	p.101
Imagem 31: Vista da parte interna da escola privada Vera Cruz, localizada em Recife, PE.....	p.101
Imagem 32: Convite de formatura dos concluintes dos cursos ginásial e colegial do Colégio Americano Batista.....	p.103
Imagem 33: Convite de formatura dos concluintes dos cursos ginásial e colegial do Colégio Americano Batista.....	p.104
Imagem 34: Livro de formatura dos concluintes dos cursos ginásial e colegial do Colégio Americano Batista em 1954.....	p.105
Imagem 35: Imagem do professor homenageado Manuel Correia de Andrade no livro de formatura dos concluintes dos cursos ginásial e colegial do Colégio Americano Batista, em 1954.....	p.106
Imagem 36: Jornal Lábaro, ano 41, nº 3, dezembro de 1955, página 4.....	p.109
Imagem 37: Capa do Jornal Lábaro, ano 41, nº 3, dezembro de 1955. Arquivo da biblioteca do Colégio Americano Batista.....	p.111
Imagem 38: Jornal Lábaro, dezembro de 1955, página, ano 41, nº 3, dezembro de 1955.....	p.113
Imagem 39: Rol de honra dos alunos do Colégio Americano Batista, jornal Lábaro, 195, página 2.....	p.115
Imagem 40: Alunos da quarta série ginásial do Colégio Americano Batista em 1960.....	p.116
Imagem 41: Alunos do Colégio Americano Batista em 1959.....	p.117
Imagem 42: Página interna do livro dos concluintes dos cursos ginásial e colegial do Colégio Americano Batista, em 1954.....	p.118
Imagem 43: Página interna do livro dos concluintes dos cursos ginásial e colegial do Colégio Americano Batista, em 1954.....	p.119

INTRODUÇÃO

Esse trabalho consiste em compreender a Geografia escolar a partir dos primeiros livros didáticos de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade publicados na década de 1950. Para isso elencamos as principais diferenças entre o ensino dessa década e o ensino em outros períodos; fizemos um levantamento e catalogação dos principais livros escolares de Geografia, utilizados na década de 1950; relacionamos depoimentos de antigos alunos do ensino ginásial e colegial sobre o ensino dessa disciplina; articulamos o ensino aos documentos curriculares como também à legislação do período estudado; sendo possível perceber a relação entre a Geografia escolar e os usos dos seus compêndios no contexto histórico e escolar da época.

Durante a realização da monografia de graduação, procuramos estudar o ensino de Geografia a partir de uma análise comparativa entre a produção escolar de Aroldo de Azevedo e a de Manuel Correia de Andrade em parceria com Hilton Sette (COSTA, 2007). Conseguimos, naquela ocasião, sistematizar relevantes informações sobre a Geografia escolar das décadas de 1960 e 1970. Para tanto, recorremos aos debates sobre a História da Educação e constatamos a necessidade de aprofundarmos a pesquisa em livros escolares, notadamente aqueles publicados na década de 1950 por Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade.

O nosso objeto de investigação, na pesquisa que ora desenvolvemos, são os manuais escolares de Geografia utilizados nas escolas do Brasil, na década de 1950, dos professores nordestinos Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade.

O nosso projeto de dissertação, na sua fase inicial, tinha por objetivo estudar os quatro manuais da coleção ginásial de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, a saber, *Geografia do Brasil para a 3ª série ginásial* (1952); *Geografia geral para a 1ª série ginásial* (1954); *Geografia geral para a 2ª série ginásial* (1954); *Geografia geral para a 4ª série ginásial* (1957). Entretanto, apenas dois desses compêndios foram encontrados durante nosso levantamento nas bibliotecas da Paraíba e de Pernambuco, a saber, *Geografia do Brasil para a 3ª série ginásial* e *Geografia geral para a 4ª série ginásial*. Diante disso, trabalharemos com estes dois manuais do curso ginásial juntamente com os manuais de Geografia da primeira e segunda série do curso secundário também da autoria de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade.

A análise dos manuais escolares da década de 1950 nos possibilita compreender os mecanismos de ensino no período que poderíamos chamar de transição

entre a Geografia tradicional e a Geografia nova. Também, nesse período, o ensino no Brasil era regulamentado por portarias, tendo em vista que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não tinha sido aprovada, o que ocorreria apenas em 1961.

Do ponto de vista histórico a década de 1950 apresenta muitas indefinições no Brasil e no mundo. É o período do pós segunda guerra, e início da Guerra Fria, marcada pelo confronto entre as idéias capitalistas e socialistas, tendo como representantes, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. No Brasil, é uma época na qual, muitos setores da indústria nacional se desenvolvem em função da necessidade de produzir artigos essenciais, anteriormente importados dos países envolvidos no conflito mundial de 1939-1945. Além dessas transformações nas bases econômicas, é uma fase histórica importante, pois se observa uma série de oportunidades, uma dessas é o fato da sociedade rediscutir os rumos do país. Na política brasileira, a década de 1950 vivencia uma tumultuada democracia com a volta de Getúlio Vargas ao poder, em 1951. Após governar o país por quinze anos em regime ditatorial, Getúlio Vargas experimenta uma forte pressão interna, resultante da sua posição ambígua em apoiar o bloco dos países democráticos que lutavam contra a ditadura na Alemanha e na Itália. Na prática, o mesmo Getúlio Vargas governava o Brasil de modo semelhante ao regime que combatia, atraindo críticas e conflitos posteriores. Diante dessa incoerência entre a política externa e interna do Brasil, somada ao esclarecimento dos principais segmentos da sociedade brasileira. Getúlio Vargas é forçado a renunciar ao cargo em 1945, retornando ao poder pelas urnas, em 1951, porém não consegue resolver os problemas e tensões sociais que o Brasil enfrentava, se suicidando em 1954. Juscelino Kubitschek vence as eleições de 1955 e governa até 1960, ano da inauguração da nova capital federal, a cidade de Brasília. Na fase do governo de Juscelino se verifica uma época de grande desenvolvimento no país com a chegada de indústrias estrangeiras, como fábricas de automóveis, caminhões e tratores. Mas, o país vê sua dívida aumentar em razão desse ritmo acelerado, em particular.

Essa pesquisa, considerando os aspectos educacionais, históricos e políticos citados acima, tem por objetivo aproximar-se do entendimento de como se configurou a Geografia como disciplina escolar no cenário regional em meados do século XX, bem como compreender as práticas de ensino desse período. Desse modo, levantamos informações sobre a Geografia que se fazia na época, a metodologia utilizada para o

ensino dessa disciplina e o que estabelecia a legislação desse período, referente ao ensino secundário e aos conteúdos da Geografia Escolar.

De acordo com o nosso levantamento bibliográfico, os autores que publicaram manuais escolares de Geografia no país, nesse período, destacam-se, entre outros, Aroldo de Azevedo, Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, Moisés Gicovate, Renato Stempniewski, em parceria com Éli Piccolo, e Geraldo Sampaio de Souza com, seu irmão, Armando José Sampaio de Souza. Além de autores como Hélio de Alcantara Avellar e Antônio Rollo que escreviam livros de revisão de Geografia Geral e do Brasil para os alunos que fariam os exames escolares de admissão.

Diante das circunstâncias de ensino da época, notadamente do ensino da Geografia, levantamos os seguintes questionamentos: Os livros escolares do período de 1950 foram utilizados nas salas de aulas como documentos norteadores e exclusivos de práticas escolares?

Vamos tentar compreender essas e outras questões colocadas a partir da publicação escolar de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, por se tratar de um material elaborado por autores do Nordeste e utilizado em especial nas escolas dessa região, como por exemplo, no estado de Pernambuco, nos Colégios Americano Batista, Vera Cruz e Estadual Pernambucano. Um fator bastante significativo é chegarmos ao conhecimento dessas escolas, após observação das marcas de leitura presentes em alguns dos manuais encontrados em bibliotecas ou comprados em sebos. Com o trabalho de campo tivemos conhecimento que estas, se tratavam de escolas nas quais Manuel Correia de Andrade havia lecionado.

Para sistematização da pesquisa, nossos procedimentos metodológicos compreenderam as seguintes etapas: busca, consulta e leituras de artigos, monografias, dissertações, teses e livros que tinham uma aproximação com o tema abordado; seleção de autores que trabalham com o livro didático como objeto central de pesquisa; levantamento dos manuais escolares da década de 1950 de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade nas bibliotecas da Paraíba, de Pernambuco, em banco de dados e sebos comerciais *on line*, também nas escolas que esses autores haviam lecionado; leitura e análise dos livros escolares da década de 1950 de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade relacionando aos seus norteadores contemporâneos.

Uma das primeiras iniciativas dessa pesquisa foi procurar os manuais escolares a serem examinados. Tivemos êxito durante a visita ao Núcleo de Apoio a Pesquisa -

NAPA, localizado na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, encontrando quatro livros dos autores em estudo, a saber, *Geografia do Brasil*, terceira série ginásial, 3ª edição (1958); *Geografia do Brasil*, terceira série ginásial, 4ª edição (1962); *Geografia do Brasil*, quarta série ginásial, sem edição (1956) e *Geografia Geral*, primeira série colegial, 2ª edição (1959). Naquele momento ficaram nos restando os livros da primeira e segunda série ginásial e os demais livros do colegial. Continuamos as buscas pelos manuais que restavam, porém não os encontramos. Após dois anos, conseguimos adquirir em sebos o livro *Geografia Geral*, curso colegial (1955), onde foi possível adquirir também manuais escolares de Geografia de outros autores do período em estudo.

A dificuldade em adquirir a coleção ginásial completa dos livros escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade nos levou a estreitar nossa perspectiva de análise em relação ao curso ginásial e ampliar nossa compreensão sobre o curso secundário como um todo, uma vez que incluímos os livros do curso colegial, como objeto de estudo, para ler a Geografia dos anos de 1950 a partir do trabalho desenvolvido por esses autores no ensino secundário como um todo.

Compreendemos as práticas escolares de Geografia dos anos cinquenta a partir de uma diversidade de fontes, tais como: os relatos de antigos alunos do Colégio Americano Batista, publicados no livro de centenário da escola; a entrevista de Hilton Sette, cedida a pesquisadora Eliane Maury Fernandes, em 1981, na ocasião do projeto “O pensamento social do Nordeste”, e também, por meio da leitura dos próprios manuais escolares, como um dos principais recursos didáticos do ato pedagógico do período.

A pesquisa que ora desenvolvemos tem como recorte histórico a década de 1950. Estudaremos esse período por coincidir com as primeiras publicações escolares de livros didáticos de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, porém recuos e avanços temporais serão necessários, tendo em vista à contextualização necessária a compreensão da Geografia escolar.

Discorreremos a cerca do assunto ao longo de três capítulos, assim estruturados: Os manuais escolares como documentos históricos; A Geografia escolar e os manuais de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade; e em seguida, O ensino de Geografia e os manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade. O primeiro capítulo discute as marcas de leitura nos manuais escolares de Hilton Sette e

Manuel Correia de Andrade; e os manuais escolares de Geografia de outros autores publicados na década de 1950. O segundo capítulo encontra-se subdividido em três itens: breve histórico da Geografia escolar; o ensino secundário e a Geografia escolar; o debate contemporâneo aos manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade. O terceiro e último capítulo está subdividido em três tópicos assim organizados: O conteúdo dos manuais escolares de Geografia de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade; A Região como conceito destaque no manual escolar de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade; e Cultura escolar e ensino de Geografia. Organizamos dessa forma, esse conteúdo textual, objetivando uma leitura mais agradável e, portanto, uma melhor compreensão da pesquisa.

CAPÍTULO 1 – OS MANUAIS ESCOLARES COMO DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Neste primeiro capítulo, discutiremos os livros escolares e sua significativa contribuição histórica para o conhecimento das disciplinas escolares. Um dos instrumentos de possibilidade para estudarmos as disciplinas escolares são as marcas de leitura presentes no texto do manual escolar. Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade publicaram uma coleção de livros escolares de Geografia, durante a década de 1950, que foram utilizados por alunos do curso ginásial e colegial do Nordeste do país. As evidências de uso por parte dos alunos nos manuais de Geografia permaneceram nas páginas amareladas e esquecidas ao longo do tempo. Para aprofundarmos o tema, organizamos esse capítulo com os seguintes textos: Os manuais escolares e sua contribuição para o estudo das disciplinas escolares; As marcas de leitura nos manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade; e Os manuais escolares de Geografia de outros autores publicados na década de 1950.

1.1 - Os manuais escolares e sua contribuição para o estudo das disciplinas escolares

A literatura específica de estudos que usam como fonte os livros didáticos aponta que estes são importantes instrumentos históricos para o conhecimento das disciplinas escolares e de suas práticas. Entre outras significativas contribuições, envolvem a história da educação e, em especial, o ensino de uma disciplina e, no caso específico dessa dissertação, a Geografia escolar.

O espaço de atuação da História da Educação é muito amplo e compreende, entre outros estudos, a história dos manuais didáticos, a história do ensino e das disciplinas escolares. É nessa interface que discutiremos uma leitura sobre a Geografia escolar, a partir da obra de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade.

O campo de pesquisa em História da Educação é multifacetado e pluridisciplinar. Abarca vários temas e objetos de pesquisa: história do ensino, história do livro e da leitura, história dos manuais didáticos, história da criança, história da educação das mulheres, história da adolescência ou dos jovens, história dos impressos de educação e de ensino; história das instituições de ensino; história das idéias pedagógicas; história dos sistemas escolares; história das disciplinas escolares; história da universidade e do ensino superior, história das práticas educativas não-escolares, história do currículo, dentre muitos outros. (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p.427).

As referências utilizadas na construção teórica desse trabalho tiveram sua principal discussão no campo do ensino da disciplina escolar Geografia, estabelecendo constantes diálogos com a história da educação no que se refere à história do ensino e dos manuais didáticos.

Munakata (2003), no seu texto que trata das investigações sobre os livros escolares no Brasil, explica que é necessário considerar a materialidade e historicidade do livro escolar, compreendendo o seu aspecto material, como mercadoria e objeto cultural destinado às escolas. Esse autor afirma que os trabalhos do início do século XXI já trazem essa preocupação com a materialidade e historicidade do livro escolar, diferentemente do que se observava no século anterior, mas especificamente na década de oitenta, quando as pesquisas sobre o manual escolar traziam uma discussão voltada ao exame das idéias que eles veiculavam, fazendo uma crítica da ideologia ou do caráter anti-científico nessas obras.

O manual escolar foi por muito tempo desmerecido socialmente como objeto de pesquisa e até mesmo como livro portador de significativos conhecimentos de um determinado período e sociedade.

Munakata explica ainda que “no Brasil, o desprestígio dos livros didáticos foi sobredeterminado pela conjuntura do período militar, iniciado em 1964. Em meio à imposição de reformas educacionais, os livros didáticos foram identificados como suporte da ideologia oficial.” (2003, p.2). Por essa razão, Munakata argumenta que o livro didático não foi valorizado pelos pesquisadores como objeto de investigação, nesse período, pois esse tipo de envolvimento dos autores da produção escolar indicaria uma cooperação direta com a ditadura.

Outra questão é o fato dos trabalhos desenvolvidos sobre o livro escolar, naquela época, serem realizados por profissionais da educação identificados com o regime militar. Nas décadas seguintes “A crítica do livro didático tornou-se uma trincheira contra a ditadura. Proliferaram discursos conclamando os professores a abandonar essas “muletas” em nome de uma educação mais “criativa”, “reflexiva”, “crítica” – embora raramente essas palavras fossem objeto de elucidação.” (MUNAKATA, p.3).

De acordo com esse autor os estudos e as publicações atuais sobre os livros escolares tendem a se concentrar em torno de grandes eixos temáticos: a história do

livro e da leitura e, também, a história das disciplinas escolares. Podemos verificar essa informação na citação abaixo:

As pesquisas históricas sobre livro didático têm revelado a sua fertilidade. Elas são basicamente de duas ordens, embora haja interseção entre elas. A primeira insere-se na história do livro e da leitura. Cabrini (1994), por exemplo, estuda a memória de um livro didático. Galvão et al. (2002) examinam os modelos que marcam os livros escolares de leitura entre 1860 e 1950. Razzini (2000) refaz a trajetória das edições da obra *Antologia Nacional* entre 1838 e 1971, o que lhe possibilita também propor uma história de uma disciplina escolar, no caso, o ensino de português e de literatura.

Exatamente a história das disciplinas escolares é a segunda vertente que se nutre da pesquisa sobre livro didático. Bittencourt (1993), com seu estudo já clássico sobre livros didáticos de História praticamente inaugurou esse campo de investigação no Brasil. Gasparello (2002) segue-lhe os passos examinando os compêndios de História adotados no Colégio Pedro II, entre 1838 e 1920. Valente (1999), para constituir a história da Matemática escolar, entre 1730 e 1930, faz do livro didático uma fonte privilegiada – como havia proposto Chervel (1990) em seu texto programático sobre história das disciplinas escolares. Vale observar que tanto numa vertente como noutra, a história do livro didático permite vislumbrar indícios de seus usos (prescritos e efetivos) e, assim, apreender aspectos das práticas escolares. (MUNAKATA, 2003, p.10).

Diante do exposto, pretendemos estabelecer uma relação de diálogo que perpassasse pelos conhecimentos desses dois eixos de estudo. Embora a história das disciplinas escolares seja a maior provocação e inquietude para compreendermos, por meio dos indícios de usos dos seus manuais, a Geografia e o ensino dessa disciplina na década de 1950.

O manual escolar, mais conhecido hoje como livro didático, apesar ter sido vastamente utilizado durante todo o processo de educação, desde seus primórdios com os jesuítas, recebeu o seu primeiro conceito formal no Brasil, na década de 1930, através do Decreto Lei nº 1.006 de 30/12/1938. Este decreto, define pela primeira vez, o que deve ser entendido por livro didático. “

Art. 2º, § 1º - Compêndios são livros que exponham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares; 2º - Livros de leitura de classe são os livros usados para a leitura dos alunos em aula. (BRASIL, 1938)

Tais livros também são chamados de livros de texto, livro-texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual, livro didático.

Existe uma idéia, na sociedade em geral, que os livros didáticos têm importância apenas enquanto estiverem sendo usados nas escolas, por isso, muitos deles, sobretudo os mais antigos, foram descartados, perdidos ou, simplesmente, jogados no lixo e, esse fato representa uma das grandes dificuldades e até impedimento para a realização de pesquisas cuja fonte ou tema central é o livro escolar.

É notória a compreensão social que seu valor científico, pedagógico e cultural está intimamente relacionado ao seu valor de mercado, numa lógica implícita que pressupõe uma proporção direta entre o preço do livro e seu valor científico, pedagógico e cultural. Entretanto, a pesquisa em manuais escolares caminha no sentido contrário dessa via, ou seja, a relevância do livro não está no fato de ser contemporâneo e ter, conseqüentemente, um preço elevado no mercado, e sim, por possuir marcas do tempo e idéias simbólicas e representativas de uma geração ou grupo social.

Os especialistas em pesquisa sobre o livro didático mostraram a necessidade de pesquisar este “artefato cultural” como resultado da memória e testemunho da educação de uma determinada época. Freitag (1987) estudou o histórico do livro didático no Brasil e publicou o resultado dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos, fazendo uma comparação com outros países do mundo, onde a relação entre pesquisa e sociedade estava mais avançada. A autora aponta a década de oitenta no Brasil como o período das mudanças em relação à valorização dos livros didáticos, como fonte de pesquisa e a interação dessa pesquisa com a sociedade, destacando a atuação das universidades do Rio de Janeiro e São Paulo nesse processo.

Enquanto nos países economicamente mais avançados, a pesquisa científica e a crítica do livro didático já se encontram perfeitamente institucionalizados, redirecionando periodicamente o conteúdo e o uso do livro didático, no Brasil a pesquisa sobre o livro e sua crítica se limitaram, por longas décadas, a estudos isolados de cursos de pós-graduação, que via de regra permaneceram engavetados, sem merecer a atenção dos técnicos, assessores e burocratas que vinham fazendo a política do livro didático no Brasil. Só recentemente (a partir do início da década de 80), essa tendência vem sendo revertida, pela institucionalização e atuação decidida de equipes de pesquisa que a partir de São Paulo (UNICAMP, Fundação Carlos Chagas, USP, PUC) e do Rio (UFRJ, UFFI, ABT, FGV) vêm pesquisando sobre o livro didático, procurando influenciar - via publicações e debates

públicos - os destinos da educação brasileira, em geral, e do livro didático, em especial. (FREITAG, 1987, p. 14).

Certamente a sociedade, envolvida desde cedo com o livro didático e sua história, estará mais atenta ao destino dado a esses artefatos, e assim, será mais fácil a esses cidadãos preservarem suas produções culturais, e, por conseguinte colaborarem com a pesquisa sobre livros escolares.

O atraso no Brasil com relação a pesquisa científica e a crítica do livro didático, devido ao descaso social com o destino das publicações escolares, notadamente aquelas mais necessárias a compreensão das disciplinas escolares restringiu o avanço do conhecimento das práticas de ensino do passado. Porém, a partir da década de 1980, houve um significativo aumento no número de pesquisas, com o viés de investigação sobre os manuais didáticos, como um dos principais objetos da ampla discussão sobre as disciplinas escolares. “Os pesquisadores da História das Disciplinas Escolares demonstraram compartilhar da idéia de que os livros didáticos constituem fonte importante para investigação, descrição e compreensão da história dos processos de ensino e das práticas escolares”. (GATTI Jr., 2005, p.380).

A reflexão desse autor nos mostra que para compreendermos a história do ensino devemos recorrer aos livros didáticos. Esses funcionam como grande aliado para desenterrarmos um conjunto de ações praticadas na escola de antes que ficaram esquecidas nos armários das residências privilegiadas, nas estantes empoeiradas das bibliotecas e no tempo que passou. Trazer de volta, em reflexão, essas ações vão nos fazer repensar as práticas correntes bem como as futuras.

[...] No caso brasileiro, os livros didáticos são fontes decisivas para a compreensão da forma tomada pelo ensino das disciplinas escolares. Importante, mas não únicas, pois há uma série de determinações para a compreensão do fenômeno educacional que levariam à busca de outras evidências para a interpretação, tais como a formação e as condições de trabalho dos professores, a expansão dos processos de escolarização no Brasil, etc. (GATTI JR., 2005, p.381).

Embora os livros didáticos não sejam a única forma de determinação para compreensão do processo de ensino, nos deteremos na investigação desses, visto que é um tema de pesquisa ainda pouco estudado, quando comparado às demais temáticas sobre a educação. Outro fator é a urgência de resgatar a história das disciplinas escolares considerando os manuais escolares como importante objeto e fonte de pesquisa.

Apesar da década de 1980 ter alavancado a discussão das disciplinas escolares e dos livros didáticos, os trabalhos desenvolvidos nesse período, recebem severas críticas dos pesquisadores que trabalham com o livro escolar relacionando aos seus norteadores contemporâneos e não apenas resumindo-se em análise de conteúdos. Na década de 1990 a crítica era feita aos trabalhos que faziam apenas esse tipo de análise dos manuais escolares, distanciando o debate dos aspectos que envolvia um conjunto de articulações históricas, políticas e sociais as quais os manuais estão inseridos, como enfatiza Ribeiro.

A maior parte das pesquisas que versam sobre os livros didáticos estuda o conteúdo dos livros em si, tentando descrever os aspectos ideológicos que os envolvem e suas inconsistências. Mas, a partir da década de 90 diversas abordagens têm sido realizadas com um escopo analítico maior, pensam os manuais escolares ligando-os às políticas públicas, à indústria cultural, ao mercado consumidor, aos projetos estatais para a educação escolar, aos processos de avaliação, enfim, o livro didático é considerado uma parte de um cenário complexo, no qual há diversos setores e interesses sociais envolvidos. (RIBEIRO, 2007, p.18).

Como se pode observar existem alguns autores que expressam as mesmas críticas aos estudos sobre livros escolares realizados entre os anos de 1980 e 1990. Como apontamos anteriormente Kazumi Munakata (1997) também faz esta crítica e a partir dela trouxe uma grande contribuição para essa mudança de abordagem e método de trabalho ao compreender o livro didático como um objeto complexo. Na atualidade, grande parte dos trabalhos acerca do tema livro escolar, no Brasil, tem como apoio em referencial teórico-metodológico as pesquisas desenvolvidas por esse autor, a fim de conduzir as etapas de seus trabalhos. Podemos verificar essa informação nas páginas iniciais do trabalho de dissertação de Ribeiro sobre *o sistema de ensino ginasial e livros didáticos: Interpretações da Independência Brasileira de Joaquim Silva*.

A partir da década de 90, os estudos sobre os manuais escolares tornaram-se mais complexos, vários pesquisadores criticaram veementemente, notadamente Kazumi Munakata, as abordagens que versavam sobre as edições didáticas que analisavam tão somente os conteúdos dos livros escolares, para tanto, propunham a realização de pesquisas que refletissem sobre os diversos aspectos políticos, econômicos e sociais em que os livros didáticos estão sedimentados. Considerando o livro didático um objeto complexo, a política pública de educação escolar, a produção dos livros, a utilização em sala de

aula, as práticas de leitura, o mercado consumidor e a importância do livro para as editoras são aspectos que influenciam diretamente o livro didático, a sua importância social, o seu conteúdo e seus diversos usos; assim, há uma gama de diversos estudos a serem realizados tendo as edições didáticas como fonte de informação. (RIBEIRO, 2007, p.12 e 13).

Décio Gatti também aborda essa questão colocada por Munakata, para ele a análise de livros didáticos somada a outras pesquisas e outros materiais como, por exemplo, os documentos curriculares e a legislação correspondente nos dão certa precisão de que os resultados conferidos, por meio desses manuais, estabelecem uma relação direta com os seus norteadores contemporâneos. Por exemplo, ao estudar os livros escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade observamos nas primeiras páginas de seus livros a referência à portaria 1045 de 14 de dezembro de 1951, que regulamentava o ensino enquanto a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não era promulgada. Verificamos que se tratava de algo comum aos livros da década de 1950, pois a mesma informação estava impressa em livros de outros autores e de diferentes editoras e disciplinas.

Além das informações legislativas presentes no manual escolar, devemos considerar a cultura escolar do período como um dos norteadores das pesquisas sobre livros escolares. Manuel Correia de Andrade, por exemplo, ensinou Geografia na década de 1950, no Colégio Americano Batista, essa escola preservou alguns materiais da cultura escolar daquela época, tais como regimento interno, imagens, convites de cerimônias e livro de concluintes. Este acervo nos possibilitou conhecer a cultura escolar referente a uma determinada época e a um tipo específico de escola onde se encontrava lecionando esse importante autor de livros didáticos de Geografia.

É pertinente considerar, ainda, o pensamento de Galvão e Batista sobre a pesquisa em manuais escolares e os desafios enfrentados pelos pesquisadores:

O livro escolar é um objeto pouco valorizado: Considerado efêmero e pouco digno de catalogação e guarda. Os livros escolares são mercadorias perecíveis, perdendo o valor de mercado quando há mudanças nos métodos ou programas que fixam sua prescrição ou quando fatos atuais impõem modificações em seus conteúdos. Cada edição é um texto novo, tão importante quanto os anteriores. No caso brasileiro, depara-se com a ausência de acervos específicos de manuais escolares o que gera um sobre-esforço em acervos não especializados, onde não estão catalogados [...]. Mesmo nos

exemplares localizados, faltam referências quanto ao número e à data das edições, além daqueles que estão danificados. (2003, p.172 e 175).

Essa precariedade e descuido quanto à valorização deste objeto cultural pode ser a causa de muitos pesquisadores não terem se interessado pelo livro como uma importante fonte documental, devido à dificuldade de acesso as obras e as condições que se encontram, sobretudo, os mais antigos.

Durante a fase inicial desta pesquisa, tivemos dificuldades para encontrar os livros escolares de Geografia da década de 1950, em especial os dos autores nordestinos Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade. Na ocasião, procuramos dois dos manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade nas principais bibliotecas do Recife, cidade onde os autores lecionaram na época da publicação de seus primeiros manuais escolares, porém esses manuais, no geral, não haviam sido preservados pelas escolas onde os autores passaram nem guardados por outras instituições como a biblioteca pública do Estado de Pernambuco e a Fundação Joaquim Nabuco. A biblioteca pública do Estado de Pernambuco não tinha, até a publicação desta dissertação, a coleção mais antiga dos livros escolares dos autores em estudo; e a Fundação Joaquim Nabuco não dispõe de setores com acervo para livros escolares, encaminhando as doações, desse nível de ensino, para outras bibliotecas.

No que diz respeito à pesquisa sobre livros didáticos, outra questão ainda deve ser ressaltada, pois que os livros escolares integram e interessam não somente as disciplinas do campo de educação, como ressaltava Munaka “A medida que o terreno da investigação vai se alargando, também se diversificam os campos científicos e acadêmicos a que se vinculam: além das tradicionais áreas ligadas ao ensino (História, Letras, Física, Matemática, Biologia etc.), há hoje a participação de pesquisadores oriundos de Biblioteconomia, Editoração, Lingüística, Semiótica etc.” (MUNAKATA, 2003, p. 8).

Esse tipo de comportamento da sociedade no que se refere ao desprezo para com o livro escolar, após seu uso letivo, e a superação no valor de mercado pode ser analisado a partir da teoria das representações sociais. “Se os manuais foram por muito tempo negligenciados pelos historiadores, é também porque foram considerados como simples espelho da sociedade da qual procedem – uma concepção de resto bem ingênua – ou como vetores ideológicos e culturais.” (CHOPPIN, 2002, p. 9-10).

Digamos que não somente os historiadores foram os responsáveis por esse processo de negligência com a valorização dos manuais escolares nas pesquisas, mas sim toda uma geração de professores, pesquisadores, políticos e gestores que julgaram desnecessário conservá-los tendo em vista a grande quantidade de exemplares produzidos.

Choppin diz que:

[...] O pouco interesse, durante tanto tempo demonstrado pelos pesquisadores, pelo livro escolar decorre da dificuldade do acesso às coleções, à sua incompletude e dispersão: aparentemente paradoxal, ‘devido a grande quantidade de sua produção, a conservação dos manuais não foi corretamente assegurada’. (2003, p.8).

Também outros pesquisadores comungam da mesma idéia com relação à obscuridade que envolve o manual escolar:

Sem dúvida, alguns fatores determinam o anonimato do livro didático. O primeiro deles refere-se à sua natureza, que determina em certo sentido o seu destino final. Livro feito para ser usado em certa série ou grau de ensino, vai sendo descartado na medida em que cumpre sua finalidade escolar. O segundo relaciona-se à especificidade da leitura, que é profundamente marcada por sua natureza, e o terceiro deve-se a um tipo de mentalidade dominante no Brasil, particularmente no que se refere ao tratamento que é dado à memória de modo geral e à educação em particular. Nesse sentido não vamos muito longe. Pouquíssimos são os espaços dedicados à preservação da memória nacional ou regional da educação. Daí a dificuldade que temos de acesso a fontes nessa área. Na verdade, a pesquisa histórica em educação requer que realizemos um verdadeiro trabalho de “garimpagem” sobre fontes na área educacional. (CORREA, 2000, p. 12 e 13).

Concordando com o que dizem os autores anteriormente citados entendemos que o livro escolar é objeto histórico de circulação de idéias, determinações e informações específicas das disciplinas, mas também é

[...] Portador de parte dos conteúdos do currículo escolar naquilo que diz respeito ao conhecimento. Aliás, dependendo do período histórico no qual for tomado como fonte, esse tipo de material pode ser considerado como o portador supremo do currículo escolar no que tange aos conhecimentos que eram transmitidos nas diferentes áreas, quando se constituiu em única referência tanto para professores quanto para alunos. (CORREA, 2000, p. 11).

De acordo com esse trabalho desenvolvido por Rosa Lydia Teixeira Corrêa o livro didático é portador da cultura e representação social, também é portador da memória nacional, ainda sendo amplamente conhecido como portador de conteúdos das disciplinas escolares.

Bittencourt, investigando os livros escolares e seus autores, destaca que os autores das primeiras publicações escolares no Brasil, eram personalidades que trabalhavam com os cargos de alto escalão do governo, e os manuais escolares davam destaque ao currículo e atuação desses autores, logo nas páginas iniciais do livro, esboçando, dessa forma, a necessidade da época de transmitir a idéia de cientificidade da escola e de seus artefatos.

Tivemos assim, na geração dos iniciadores da produção didática, figuras próximas ao governo, escritores de obras literárias, sobretudo os principais encarregados do "fazer científico" da época. Os compêndios que escreveram para o público estudantil eram de literatura, gramática, história e geografia, dedicados ao ensino secundário, majoritariamente, e em menor escala para as "escolas de primeiras letras". Os autores, com raras exceções e pela condição da disciplina, inspiravam-se ou mesmo adaptavam obras estrangeiras. Os livros de matemática, então desdobrada em aritmética, geometria, álgebra exemplificam essa produção modelada em obras européias, lembrando ainda que os programas curriculares eram originários e "traduzidos", em sua maioria, da França. (2004, p.8).

Também é verificada essa característica de desmembrar o conhecimento das matérias escolares nas disciplinas como História e Geografia, em que o currículo oficial do ensino, nas décadas de 1940 e 1950, fragmentava essas disciplinas em História do Brasil e História geral, e Geografia do Brasil e Geografia geral.

A partir desse debate que vem sendo feito, especialmente, ao longo dos últimos vinte anos, compreendemos que o livro didático pode ser uma importante fonte para estudarmos e analisarmos uma disciplina escolar, especialmente, quando nos propomos a relacioná-los a outros documentos ou outros materiais que compunham a cultura escolar de uma época e ao contexto histórico do período quando o livro foi publicado e utilizado em sala de aula. É, portanto, nesta perspectiva que abordaremos os livros, anteriormente citados, para compreendermos a história da disciplina escolar Geografia durante os anos de 1950.

1.2 - As marcas de leitura nos manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade

Observe a capa do livro *Geografia do Brasil Terceira série ginásial*, nele observamos o nome da aluna que estudou com o mesmo e até referência a outras disciplinas como exemplificado na expressão “[...] no caderno de latim”, presente na capa do livro utilizado por Helena Maria Lacerda de Melo:



Imagem 01: Capa do livro *Geografia do Brasil* de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1958.

Fonte: Acervo do NAPA- Núcleo de apoio a pesquisa acadêmica, UFPE, 2008.

Verificamos nesse livro um número excessivo de questões que confirma o caráter enfadonho da Geografia escolar da época, era um total que variava de vinte a trinta e seis questões por capítulo.

Na sua quarta edição deste manual, publicado em 1962, o número e o texto das questões continuam da mesma forma, decorativas e dependentes apenas do livro para serem respondidas.

As marcas de leitura acompanham muitas páginas do texto desse manual escolar. No capítulo 'O relevo brasileiro' observamos um esquema de informações reproduzido pela estudante Helena Maria Lacerda de Melo. Já no capítulo sobre a hidrografia brasileira os nomes dos lagos da Amazônia e dos afluentes do rio São Francisco estão grifados. Também nesse capítulo tem a indicação de uma provável avaliação que começaria na página 58 até a página 70, confirmada pela seguinte expressão 'daqui'... 'até aqui', esse trecho delimitado pelo aluno explica os fatores do Brasil ser um país de rios, em seguida vem à classificação das bacias fluviais, os tipos de rios brasileiros, a caracterização da Bacia Amazônica, da Bacia do São Francisco e da Bacia Platina.

Alguns nomes das escolas que os manuais didáticos de Manuel Correia de Andrade foram utilizados também podem ser conhecidos a partir do momento que lemos o livro como um documento. De acordo com as marcas de leitura, observadas nos livros *Geografia do Brasil terceira série ginásial* (1958) e *Geografia Geral primeira série colegial* (1959), os mesmos foram usados, respectivamente, no Colégio Vera Cruz e no Colégio Estadual Pernambucano, ambos localizados no estado de Pernambuco.

Nesses manuais também verificamos, a partir da leitura das anotações de uso da época, os nomes da estudante Helena Moura Lacerda de Melo, que estudou no Colégio Vera Cruz com o manual de *Geografia do Brasil terceira série ginásial* (1958) e do estudante Márcio Moura Lacerda de Melo, que estudou no Colégio Estadual Pernambucano com o manual de *Geografia Geral primeira série colegial* (1959).

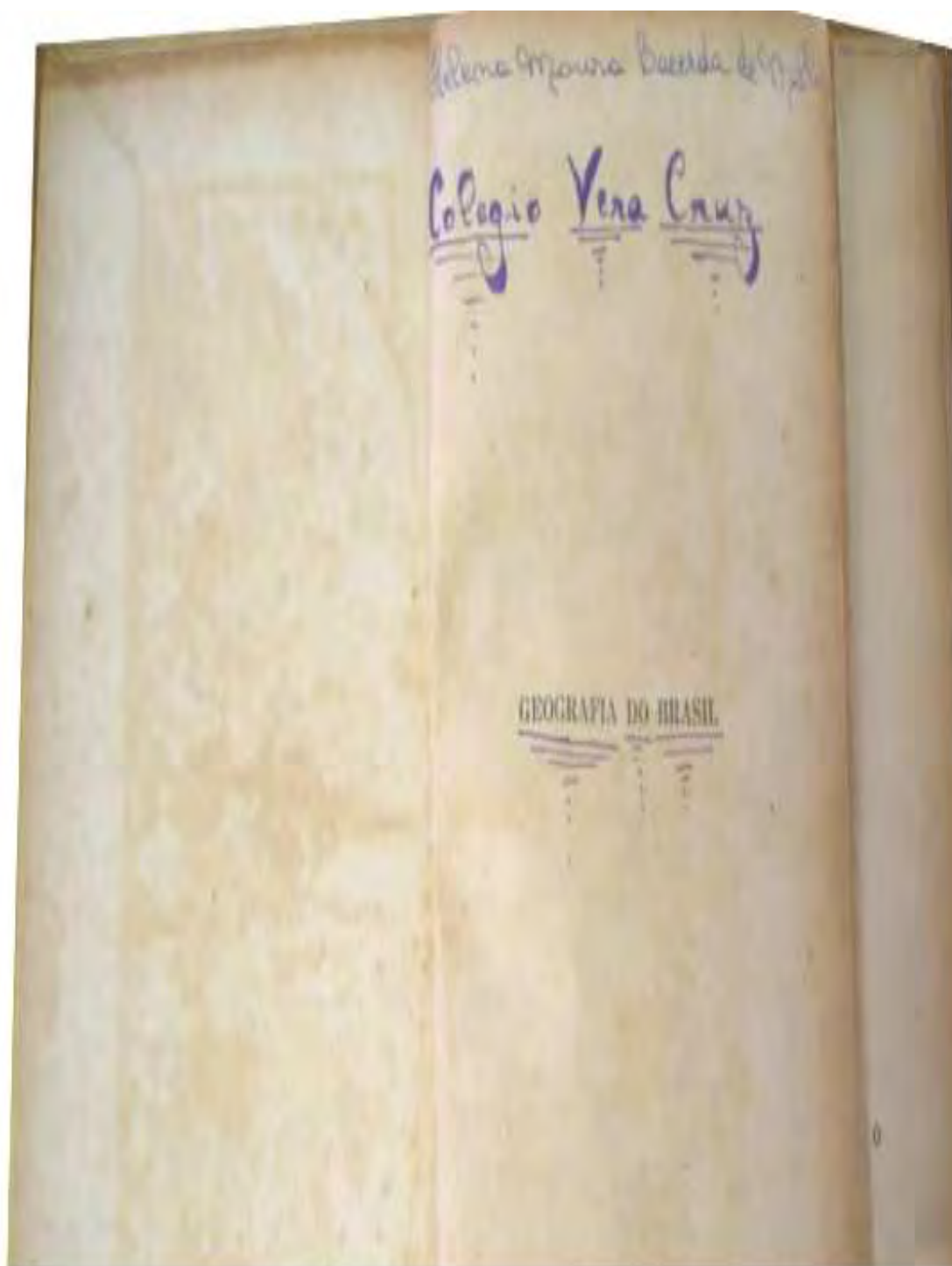


Imagem 02: Parte interna do livro Geografia do Brasil, de 1958, terceira série ginásial, 3ª edição.
Fonte: Acervo do NAPA- Núcleo de apoio a pesquisa acadêmica, UFPE, 2008.

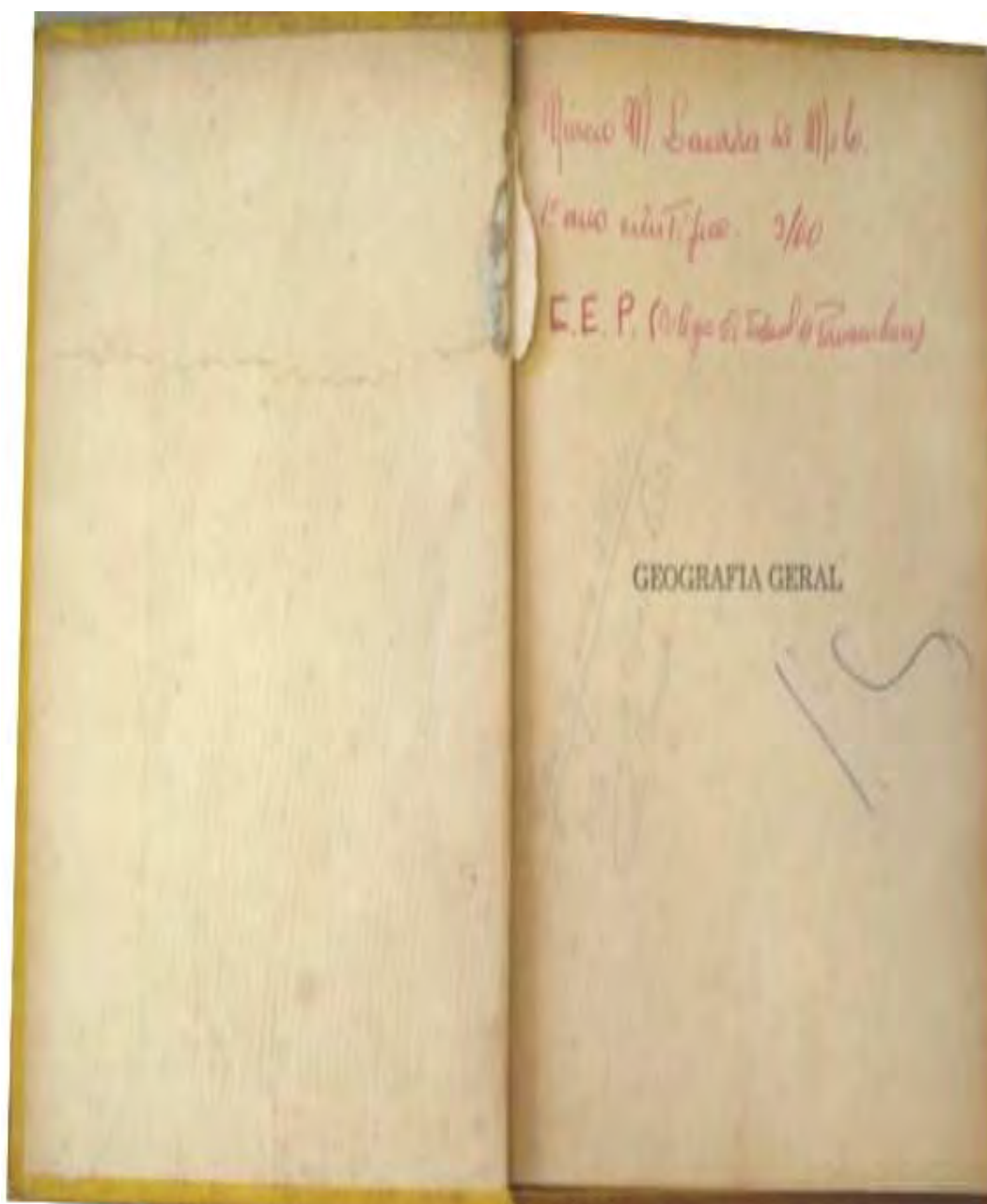


Imagem 03: Parte interna do livro geografia geral, de 1959, primeira série colegial, 2ª edição.

Fonte: Acervo do NAPA- Núcleo de apoio a pesquisa acadêmica, UFPE, 2008.

Essas evidências de uso, no que se referem ao conteúdo desses manuais, indicam um tipo de ensino com ênfase em uma Geografia de nomenclatura e também patriótica em que nomes dos rios, tipos de relevo, diversidade de vegetação eram características enaltecidas como riqueza do país, tendo que ser conteúdos valorizados pelo professor durante as aulas de Geografia e memorizados por seus alunos, que seriam cobrados na ocasião dos exames escolares.

Percebemos que os manuais didáticos mais conservados com capas e páginas preservadas não apresentaram indicativos que alunos da época tivessem estudado sobre eles, levando-nos a sugerir que os alunos que, porventura, possuíram esses livros

fizeram apenas leituras breves ou mesmo não se sentiram entusiasmados em estudar. Para elaboração desse texto foi interessante o acesso aos livros com sinais de desgaste do tempo em que foram utilizados e que continham marcas de leitura dos alunos ou dos professores.

1.3 - Os manuais escolares de Geografia de outros autores publicados na década de 1950

Podemos caracterizar as produções escolares de Geografia nos anos de 1950, se estendendo até o início dos anos de 1960, como materiais que atendiam aos programas oficiais com bastante rigor e temor. Isso também acontecia com aqueles manuais específicos para os exames escolares, como os de admissão, a exemplo do manual de Antônio Rollo, *Geografia Geral e do Brasil*, em que se percebe que o conhecimento crítico reflexivo não era valorizado. O livro é enciclopédico, os conceitos são meramente descritivos, os conteúdos são sintetizados e restritos a nomes e datas históricas, e isso não se resumia a Geografia dita física, mesmo em conteúdos que se enquadraria em uma dita Geografia humana, o que é explorado são os nomes de estradas, de rodovias, dos ministérios de governo e etc. Porém se verifica que a crítica se estabelece e se acentua quando os autores falavam de outros países, aí se verificava que a discussão era mais reflexiva. Ao tratar do Brasil essa crítica e reflexão desapareciam como se não existissem problemas aqui, que precisassem ser discutidos a fim das soluções surgirem, o patriotismo excessivo no país e o controle político explicam esse alheamento.

No geral, os eixos de apresentação dos conteúdos desses manuais escolares se resumem em: localização do fenômeno, descrição do fenômeno e a divulgação dos resultados produtivos desse fenômeno. No caso do estudo sobre o Brasil, é apresentado um país positivo, no que se refere a esses fenômenos e resultados.

Devemos considerar o avanço, do ponto de vista, sobretudo pedagógico, que representavam o manual escolar de *Geografia Geral para a primeira série ginasial* (1959) de Renato Stempniewski e Eli Piccolo, da editora do Brasil, que apesar de também estar de acordo com o programa oficial da portaria de 1045 de 1951, apresentava algumas diferenças dos demais. Por exemplo, as atividades eram compostas por um questionário curto que variava de quatorze perguntas diretas e indiretas, até

trinta questões em capítulos mais extensos; exercícios práticos, que possibilitavam maior interação entre o conteúdo estudado os professores e alunos; e ainda, indicação de vários temas para elaboração de dissertação, distribuídos no final dos capítulos, num total de três ou quatro, tais como: “ventos alísios, os climas desérticos, o povo brasileiro e sua formação racial, Brasília a nova capital do Brasil, como se alimenta o povo brasileiro, breve histórico do comércio, a revolução industrial, a importância do carvão de pedra e do petróleo na economia das nações, usinas hidrelétricas brasileiras e os principais portos do mundo”. Esse procedimento didático, presente nesse manual escolar, possibilitava ao aluno maior abertura de expressão, bem como ao professor maior flexibilidade em relação à aplicação do programa e maior dinamismo no ensino da Geografia. Esse livro semelhante aos manuais escolares de Geografia de Moisés Gicovate trazia na sua última página a bibliografia utilizada na elaboração do manual. Não sabemos se esse manual de Renato Stempniewski e Eli Piccolo foi utilizado nas escolas aqui do Nordeste. Esses autores do manual escolar de *Geografia Geral para a primeira série ginasial* tinham publicado toda a coleção ginasial de Geografia e eram professores da rede estadual de São Paulo, sendo Renato Stempniewski, catedrático do Colégio Estadual e Escola Normal Padre Manuel da Nóbrega e Eli Piccolo, catedrático do Ginásio Estadual Professor Ascendino Reis.

Os manuais escolares da década de 1950, dependendo da editora, trazem um conjunto de informações diversas que variam desde informações oficiais até informações da vida profissional e pessoal do autor, a exemplo, do livro *Geografia Geral* (1954) da primeira série colegial do Curso Clássico e Científico, de Moisés Gicovate da editora melhoramentos. Esse livro traz a célebre informação de amplo alcance de venda “De acordo com os programas oficiais. Uso autorizado pelo ministério da Educação e cultura sob o registro nº 1895”. A informação do currículo do autor é breve e não indica que o mesmo tem vinculação com a escola. Na terceira página de apresentação do livro, tem o nome do autor na parte superior da folha, seguido da indicação “Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia”. Ainda sobre o autor algumas informações pessoais são reveladas nas primeiras páginas do livro, como a dedicatória do trabalho aos seus familiares. Na página seis do mesmo livro de Gicovate podemos ler a seguinte dedicatória “A mesmos filhos HELENA e RENATO”.

Um aspecto relevante do livro *Geografia do Brasil* de Moisés Gicovate, utilizado 3º livro do Ciclo Colegial, publicado em 1950, é o fato desse material ser constituído de muitos mapas que na sua maioria apresentavam escala e legenda, e também, por uma parte ilustrativa ao final do livro, constituída por dezesseis páginas com setenta e sete imagens sobre os diferentes aspectos regionais do Brasil. Essa facilidade de acesso a esses recursos, certamente, deve-se ao fato de sua ligação com o Instituto citado.

A editora do Brasil, na década de 1950, estava presente em algumas das principais cidades do país como, por exemplo, São Paulo, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. Nesse mesmo período, os manuais escolares de Geografia publicados pela editora, não tinham como autores exclusivos para o curso ginasial Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade. No início da década de 1950, a editora publica, ainda, os irmãos Geraldo Sampaio de Souza e Armando José Sampaio de Souza. O livro desses autores a que tivemos acesso foi *Geografia Geral* da segunda série ginasial, 5ª edição.



Imagem 04: Capa do livro Geografia geral de Geraldo Sampaio de Souza e Armando José Sampaio de Souza, 1950.

Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

O mesmo estava de acordo com a portaria ministerial nº 170 de 11 de julho de 1942. A imagem abaixo mostra o programa da disciplina Geografia Geral de acordo com essa portaria de governo para a segunda série ginasial.

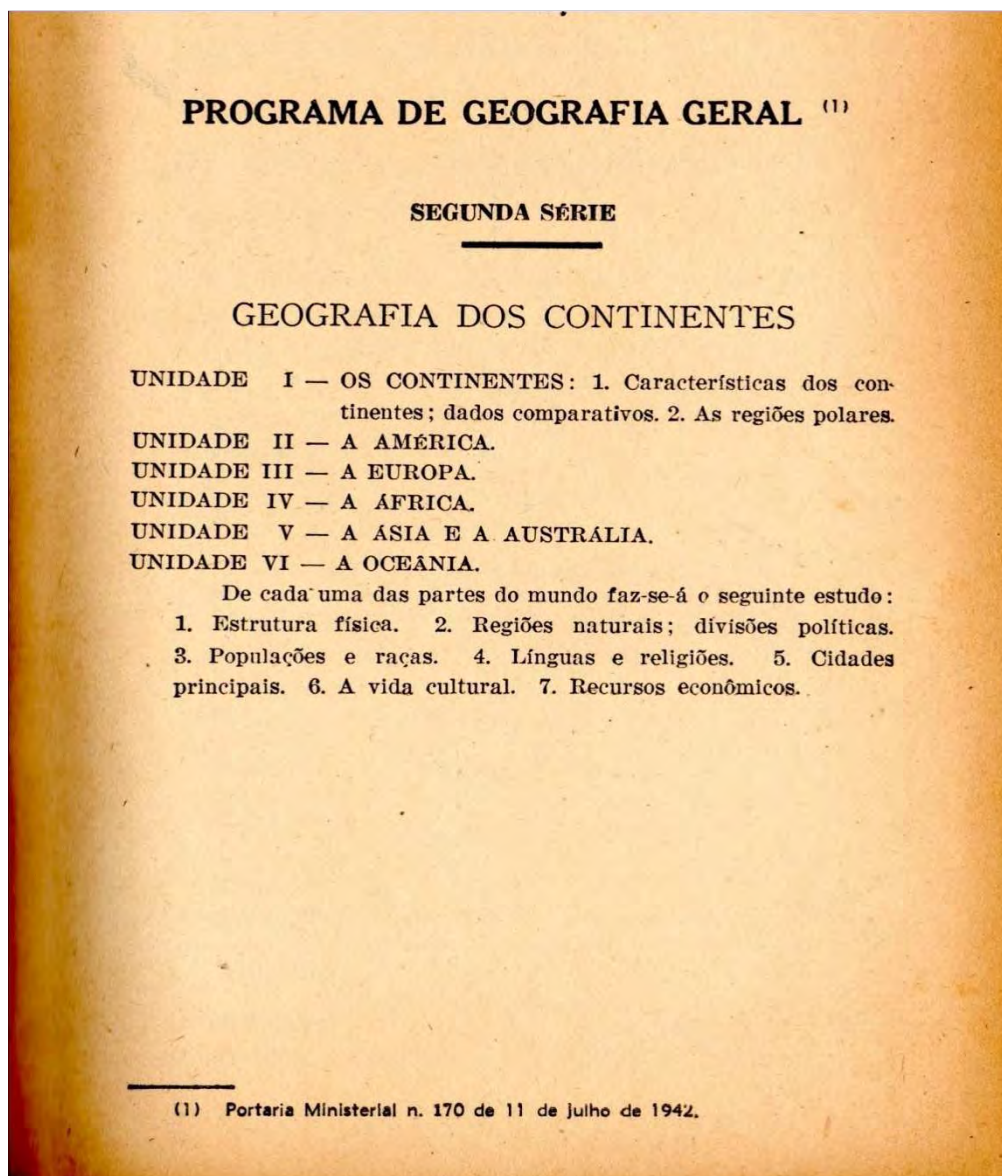


Imagem 05: Parte interna do livro Geografia geral de Geraldo Sampaio de Souza e Armando José Sampaio de Souza, 1950.

Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

Armando José Sampaio de Souza era o responsável pela a escrita do texto do manual e seu irmão pela seleção e comentário das imagens do livro. O professor Armando José Sampaio de Souza participava do julgamento das provas de Geografia e Historia do Brasil do exame de admissão do Curso Ginásial.

O índice deste livro estava rigorosamente igual aos pontos do programa da portaria de 1942, indicados para a organização das aulas e elaboração dos manuais da disciplina Geografia geral.

ÍNDICE

Unidade I — Os continentes

Características dos continentes; dados comparativos ...	15
Regiões polares	22
Região polar ártica	28

Unidade II — As Américas.

Estrutura física	35
Regiões naturais — Divisões políticas	53
Línguas e religiões	61
Cidades principais	63
Vida cultural	69
Recursos econômicos	75
Meios de transportes	89

Unidade III — Europa.

Estrutura física	97
Litoral	102
Hidrografia	106
Clima	112
Vegetação	115
Regiões naturais — Divisões políticas	117
Populações e raças	121
Línguas e religiões	124
Cidades principais	127
Vida cultural	137
Recursos econômicos da Europa	144
Meios de transportes	147

Unidade IV — África.

Situação geográfica	157
Hidrografia	164
Clima	169
Regiões naturais — Divisões políticas	172

Imagem 06: Índice do livro Geografia geral de Geraldo Sampaio de Souza e Armando José Sampaio de Souza, 1950.

Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

12	GEOGRAFIA GERAL II	
	Populações e raças	177
	Línguas e religiões	180
	Cidades principais	182
	Vida cultural	185
	Vida econômica	190
	Meios de transportes	193
	Unidade V — Ásia e Australásia	
	Estrutura física	197
	Lagos	206
	Clima	208
	Regiões naturais — Divisões políticas	212
	Populações e raças	216
	Línguas e religiões	220
	Cidades principais	226
	Vida cultural	230
	Recursos econômicos	234
	Meios de transporte	238
	Australásia	241
	Unidade VI — Oceânia.	
	Estrutura física	253
	Divisões políticas	257
	Populações e raças	260
	Línguas e religiões	260
	Cidades principais	262
	Vida cultural	262
	Recursos econômicos	265
	Meios de transporte	266

Imagem 07: Continuação do índice do livro Geografia geral de Geraldo Sampaio de Souza e Armando José Sampaio de Souza, 1950.

Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

A sequência de apresentação dos temas e o detalhamento do conteúdo são da mesma maneira que a disposição do programa impõe o que explica a falta de autonomia que tinham os autores nesse período. Com a aprovação das portarias de 1951, essa situação não muda, pois o regime é o mesmo autoritário e sem liberdade de criação, uma vez que esses livros não seguissem na íntegra essa orientação seriam rejeitados no momento do julgamento oficial.

A década de 1950 é um período que os autores participavam de todo o processo de elaboração do manual escolar, porém não tinham autonomia frente à rigidez imposta pelos programas e normas do governo. Fazendo uma análise comparativa com relação ao processo de produção dos livros didáticos de hoje, percebemos que esses trazem nas primeiras páginas uma ficha técnica extensa com o nome dos colaboradores que

participaram do processo de elaboração do livro, e este tem os programas do governo como orientação, que apesar de terem de ser observados e considerados, lhes confere uma maior flexibilidade.

Os manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade eram publicados pela “Editora do Brasil S/A”. Essa editora também publicava livros de Geografia de outros autores, como por exemplo, Renato Stempniewski e Éli Piccolo.

Os livros de Renato Stempniewski e Éli Piccolo diferenciavam-se dos livros de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, principalmente, no seu aspecto ilustrativo. Esses livros apresentavam imagens coloridas, como podemos observar na capa do livro *Geografia Geral para a primeira série ginasial* (1959). Essa característica representava do ponto de vista pedagógico, uma iniciativa da editora ou mesmo dos autores em desenvolver um material didático contextualizado e adaptado as necessidades dos alunos, sobretudo, demonstrando preocupação didática em atrair os olhares dos adolescentes em ilustrações simbólicas das principais cidades do mundo, entre elas, em destaque, a imagem do Cristo Redentor, fazendo referência ao Rio de Janeiro.

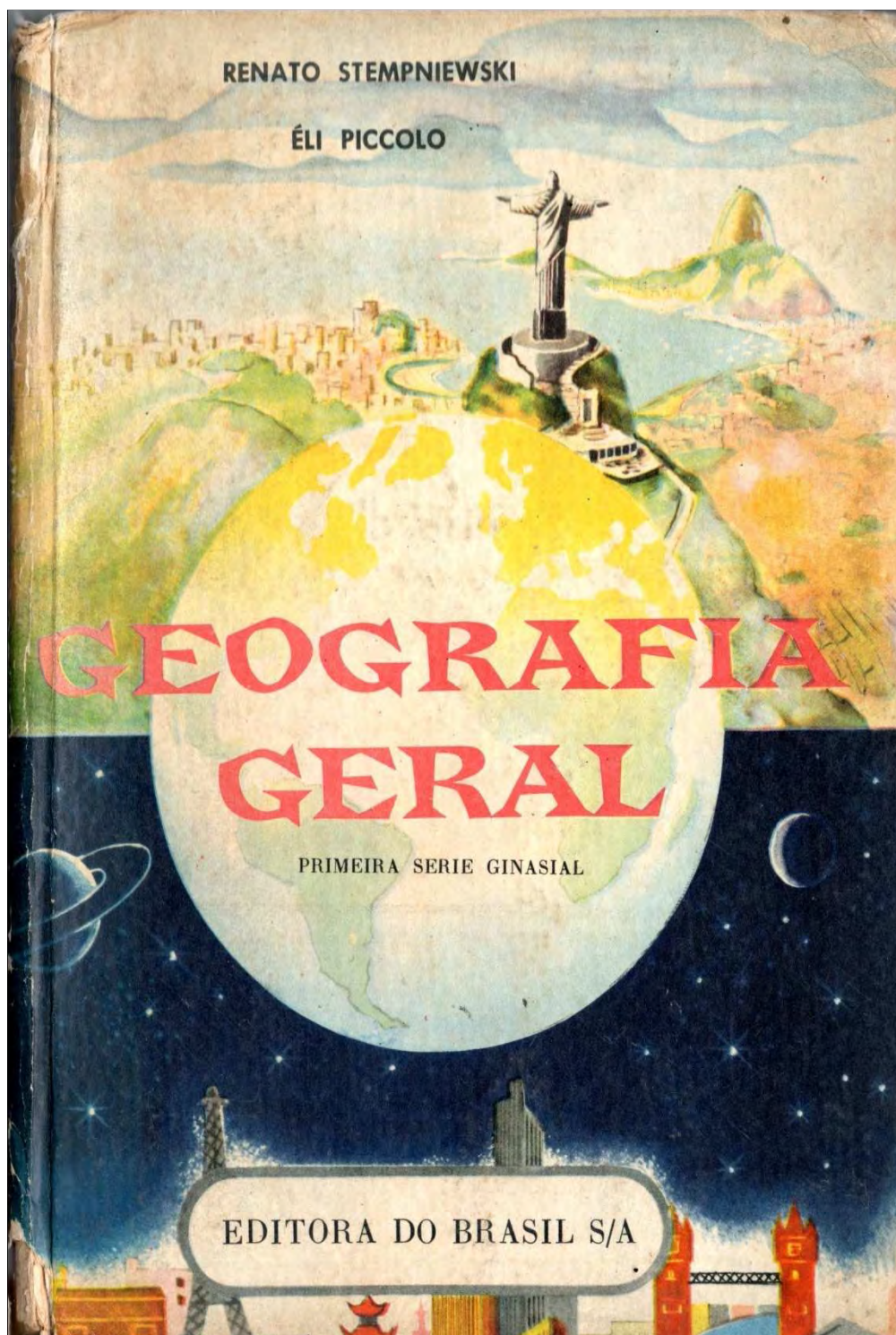


Imagem 08: Capa do livro Geografia do Brasil de Renato Stempniewski e Éli Piccolo.

Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

Outro livro do período que trazia imagens na capa era o livro de Moisés Gicovate, *Geografia do Brasil 3º livro ciclo colegial* (1950) da Editora Melhoramentos, embora com menos recurso de cor, utilizando o amarelo, o vermelho e a mistura de ambos.

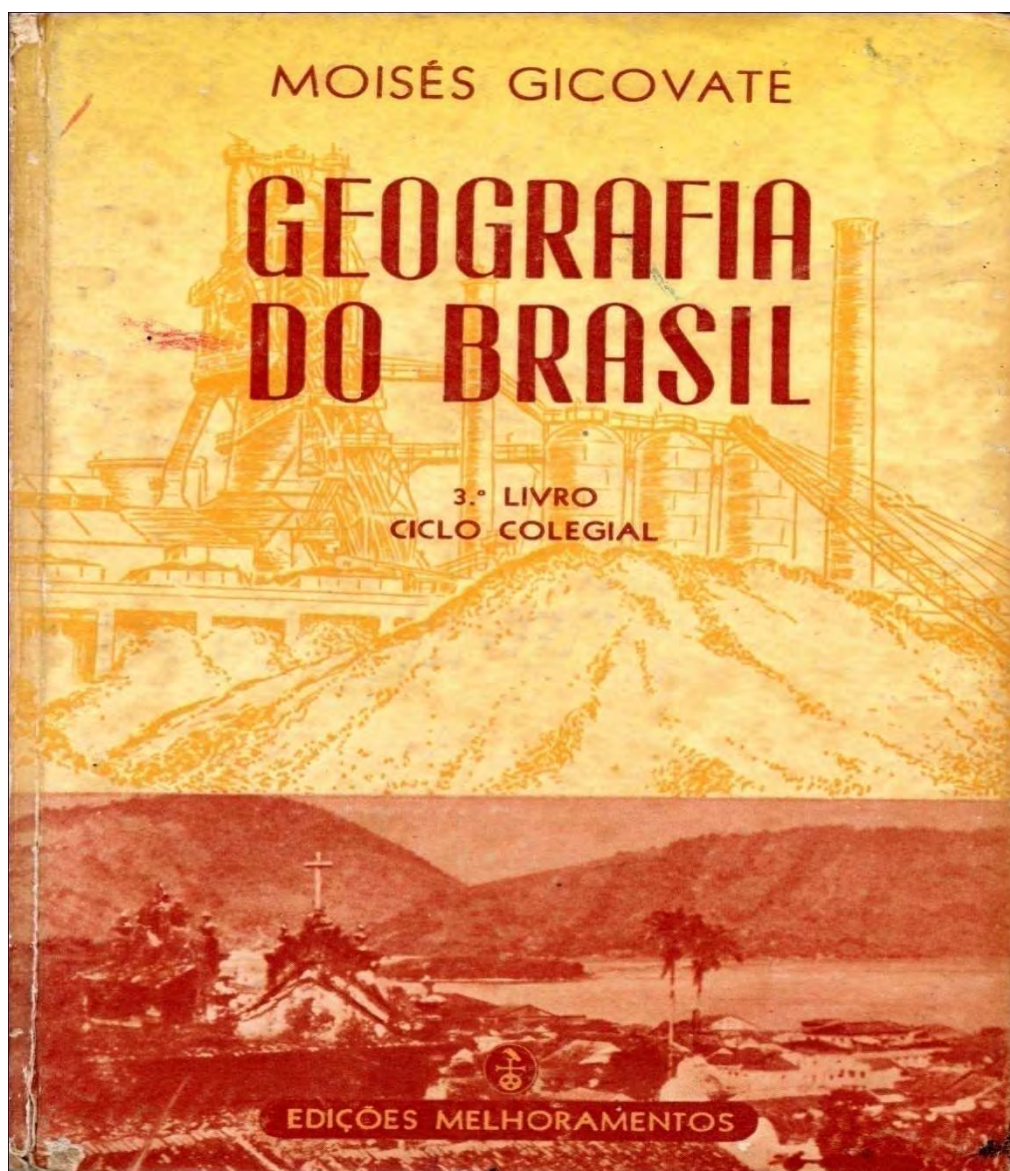


Imagem 09: Capa do livro Geografia do Brasil de Moisés Gicovate.

Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

Constatamos que por meio do livro escolar são conhecidas, claro se estiver em um bom estado de conservação, o programa curricular da época, a adequação dos conteúdos a esse programa, a corrente de pensamento, os autores, as obras de referência e até o preço do livro. Também informações adicionais, resultantes das marcas de leitura ou anotações de uso da época, como: os conteúdos mais enfatizados pelo professor, a metodologia das aulas, a avaliação e até a escola e o nome do aluno.

CAPÍTULO 2 - A GEOGRAFIA ESCOLAR E OS MANUAIS DE HILTON SETTE E MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Apresentaremos este capítulo organizado em três tópicos, são eles: breve histórico da Geografia escolar; o ensino secundário e a Geografia escolar e por último, o debate contemporâneo aos manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade. Pretendemos com esses apresentar o nosso aporte teórico e algumas considerações sobre as obras analisadas.

2.1- Breve histórico da Geografia escolar

A Geografia escolar brasileira não foge do contexto em que está inserida a educação no país. Apesar de hoje observarmos significativos avanços referentes à ampliação do ensino público e a busca por qualificação dos docentes, parte dos velhos problemas ainda persiste, como se tivéssemos a impressão de estar repetindo o que já foi dito por vários estudiosos da questão educacional brasileira e, mais recentemente, pela pesquisa sobre o ensino de Geografia.

Entretanto, precisamos pensar em como conseguir minimizar as influências do ensino tradicional, a partir da pesquisa em manuais escolares associados às abordagens de seus autores e aos métodos praticados pelos professores de Geografia do século XIX e XX que fazia (ou faz) dessa disciplina algo que reúne repetições, memorizações, acumulações conteudistas e reproduções.

Para uma melhor compreensão recorreremos ao breve histórico dessa disciplina no país. A disciplina escolar Geografia foi institucionalizada no ano de 1837, com a criação do Colégio Pedro II. Segundo Vlach (2004) sua introdução no currículo do referido colégio, deve-se ao fato dessa disciplina ter sido exigida nos exames para as Faculdades de Direito desde 1831.

O curso de Geografia para formação superior dos professores que ensinavam a disciplina nas escolas foi criado em 1934 na USP, e em 1935 na Universidade do Brasil. Desse modo, a criação da Geografia acadêmica brasileira foi influenciada pela Geografia Escolar. Segundo Albuquerque (2007) essas universidades foram criadas com intuito de formar professores especialistas na área. Para alguns pesquisadores a obra publicada pelo padre Manuel Aires de Casal, intitulada *Corografia Brasílica*, serviu de referência para muitos autores de livros didáticos em Geografia por se tratar de uma

publicação específica sobre o Brasil. As publicações escolares, anterior a produção nacional, eram importadas de países europeus como França, Portugal e Alemanha. Eram livros alheios à realidade brasileira, tendo que ser traduzidos para o uso escolar, em alguns casos eram usados na língua de origem. Com a criação do colégio Pedro II e a vinda de Delgado de Carvalho para o Brasil, já no início do século XX, o ensino de Geografia dava os seus primeiros passos a caminho das mudanças, principalmente quanto às publicações sobre o tema geográfico, entretanto, essas transformações ainda não alcançaram de forma ampla as salas de aula.

No século XIX, autores de livros didáticos escreviam não apenas manuais destinados a uma disciplina específica, como foi o caso do autor Felisberto de Carvalho, que publicou compêndios de Gramática, Geografia, Educação Moral e Cívica, História Natural e Higiene, com bons resultados de vendas. Essa realidade vai mudando a partir da discussão sobre ensino e a atuação de intelectuais nas áreas específicas do conhecimento.

De acordo com a pesquisadora do ensino de Geografia Maria Adailza de Albuquerque (2007) os compêndios de Geografia escolar do autor cearense Thomaz Pompeu de Souza Brasil influenciou muitas publicações escolares no século XIX no país. Para a pesquisadora do curso de Geografia do Ceará Maria Clélia Lustosa Costa (2008) o livro escolar de Thomaz Pompeu de Souza Brasil intitulado *Compêndio elementar de Geografia*, publicado em 1859, no Rio de Janeiro, e adotado no Colégio Pedro II é considerado o primeiro livro escolar de Geografia, elaborado e publicado no Brasil.

Após o trabalho desse e de outros autores do século XIX, foram publicados na primeira metade do século XX, os livros de Delgado de Carvalho, e posteriormente as publicações de Aroldo de Azevedo.

Delgado de Carvalho publicou o livro *Geografia do Brasil*, Tomo I, em 1913 e o tomo II em 1926. A partir desse vieram outras significativas publicações. Uma importante publicação desse autor destinada à metodologia do ensino de Geografia foi a de 1925, cujo título é *Methodologia do Ensino Geographico*. Nesse período vivenciado por Delgado, se fazia uma Geografia tipicamente nacionalista, em que os livros didáticos tinham a intenção de promover o país, trazendo mensagens de exaltação ao Brasil.

Os livros escolares de Aroldo de Azevedo foram publicados a partir de 1936 e se estenderam até a década de 1970, sendo reeditados inúmeras vezes pela Companhia Editora Nacional. Esse autor tinha grande influência e prestígio social no país, vinha de uma família muito rica e tradicional do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo. Foi professor da USP e se enquadra no período de ensino tradicional, em que a eficiência do texto escolar estava na capacidade de rebuscá-lo, aproximando-o do vocabulário acadêmico e não de torná-lo compreensível e adequado a idade dos alunos.

Já houve momento no Brasil, notadamente no início do século XX, que os alunos da escola pública tinham o direito de uso, autorizado pelo governo, apenas dos livros de leitura, as outras disciplinas ficavam sob a escolha do professor que possuía o livro ou os livros, repassando os conteúdos aos alunos por meio do método mnemônico, e estrutura dos livros em modelo de catecismo, ou seja, com perguntas que deveriam ser feitas pelo professor e respostas que deveriam ser memorizadas pelos alunos, esse método marcou o ensino de Geografia, por está presente nos livros escolares do século XIX e início do século XX e por ter sido adotado efetivamente em sala de aula. Mais especificamente a partir da terceira década do século XX, esses livros traziam ao fim da exposição do conteúdo um conjunto de perguntas e respostas para serem aplicadas na sala de aula como um tipo de avaliação oral, esta característica indica mudanças nos métodos adotados pelos autores de livros didáticos, que após muitas críticas passam a entender a necessidade de livros que apresentassem as descrições, sem necessariamente, elaborá-las em forma de perguntas e respostas prontas. Entretanto a memorização esta posta como referencial para as obras desse período.

Em meados do século XX, esse método vai tornando-se pouco aplicado, porém não podemos falar que o mesmo desapareceu da rotina da sala de aula, pois existem algumas semelhanças na forma de avaliar os alunos do século XIX, mediadas pelo método mnemônico, com a forma de avaliar do século XX, década de 1950. Os livros desse período nos fornecem alguns dados para essa comparação, por exemplo, os livros como os de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, vendidos não apenas no Nordeste, mas em todo o país, traziam ao fim da exposição do conteúdo em capítulos, um número de questões que variava de vinte a trinta e seis perguntas diretas sobre o texto lido. Essas perguntas eram elaboradas para serem respondidas exclusivamente com o uso e leitura do texto. O nosso estranhamento é que se tratava de autores com propostas teóricas e posicionamentos políticos avançados, que marcaram

transformações significativas para a Geografia, porém por ponto de vista metodológico suas obras traziam continuidades. Acreditamos que isto se deve ao fato de eles serem professores de colégios tradicionais do estado de Pernambuco. Ao que nos indica as leituras teóricas sobre o tema livro didático, os conteúdos e as práticas trazidas no livro escolar bem como as abordagens diversas que os autores desses compêndios divulgavam nas suas produções, editadas e reeditadas, eram resultantes do ensino que se aplicava na sala de aula.

Na Geografia escolar a crítica aos velhos métodos de ensino, e, sobretudo de avaliação, já estava instituída e publicada com reconhecimento, por meio dos trabalhos de Delgado de Carvalho desde a década de 1920. Portanto, a partir desse contexto, os autores e editoras de livros didáticos precisavam repensar um conjunto de conhecimentos pragmáticos não mais aceitos pela crítica instituída e que envolvia diretamente as publicações escolares a fim de que seu produto comercial não fosse rejeitado pelo mercado que subsidia a educação. Os livros anteriormente publicados e utilizados nas escolas eram alvo de severas críticas por parte de estudiosos do tema, entretanto o ensino nas salas de aulas não havia sofrido mudanças estruturais e significativas, ao mesmo tempo em que os professores traziam na sua formação escolar ou específica, características da escola tradicional. Percebemos, então, que a prática das perguntas diretas e respostas prontas é uma das características do ensino tradicional do século XIX. Este método permaneceu durante o século XX com novas roupagens editoriais e adaptações didáticas sob o olhar atento da lógica de mercado que estava sempre voltada as tendências. Também é pertinente considerar que os alunos nesse período tinham seu próprio exemplar, e agora não mais respondiam oralmente e sim por escrito a um número exaustivo de exercício sobre os textos do livro.

2.2 - O ensino secundário e a Geografia escolar

O decreto lei nº. 4.244, de nove de abril de 1942, Lei Orgânica do ensino secundário, organizou o sistema em dois ciclos. O primeiro compreendia o curso ginásial; O segundo compreendia dois cursos paralelos, o curso clássico e o curso científico.

Os programas curriculares do ensino secundário da escola brasileira, anterior a 1950, estavam referenciados no que estabelecia o Colégio Pedro II. A partir desta data

foram instituídas duas portarias pelo Conselho Nacional de Educação para regular o ensino e complementar as Leis Orgânicas de 1942 e 1946, entretanto, as escolas dos anos cinquenta não haviam perdido o elo com o citado Colégio, como podemos observar nos planos de desenvolvimento dos programas do ensino secundário e suas respectivas instruções metodológicas, presentes na portaria n.º 1.045, de 14 dezembro de 1951.

O Ministro de Estado da Educação e Saúde, tendo em vista os termos da Portaria n. 966, de 2 de outubro de 1951, resolve:

Art. 1.º Ficam aprovados os planos anexos de desenvolvimento dos programas mínimos de Português, Francês, Inglês, Espanhol, Latira, Grego, Geografia Geral e do Brasil, Matemática, Desenho, Física, Química, Filosofia, História Geral e do Brasil e Economia Doméstica no curso secundário, elaborados pela Congregação do Colégio Pedro II, de acôrdo com o disposto no art. 5.º da Portaria ministerial n. 966, de 2 de outubro de 1951, publicada no Suplemento do Diário Oficial de 26 de novembro último.

Art. 2.º Ficam igualmente aprovadas as considerações preliminares e as instruções metodológicas que a esta acompanham, para execução dos programas mínimos de Português, Francês, Inglês, Latim, Espanhol, Grego, Geografia Geral e do Brasil, Matemática, Desenho, Física, Química, Filosofia, História Geral e do Brasil, no curso secundário, elaboradas ex-vi do art. 3.º da referida Portaria ministerial n. 966. (BRASIL, ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, 1952, p. 205).

Nas considerações preliminares que antecedia a apresentação dos programas das disciplinas estabelecidos por essa mesma lei, o Colégio Pedro II declarava não ter nenhuma responsabilidade com o ensino e aplicação das instruções metodológicas aos docentes estando a cargo desses a observância das finalidades da lei para o bom êxito do programa e da metodologia.

1. A Congregação do Colégio Pedro II julga-se no dever imperioso de declarar, inicialmente, que com estas instruções metodológicas não pretende sugerir inovações em matéria didática, nem ensinar regras de metodologia aos docentes, para execução dos programas que se seguem. Admitir que esses princípios de uso rotineiro sejam ignorados a tal ponto que se imponha sua determinação formal e expressa, importaria grave injúria ao corpo de professores que tem dado sobejas provas de capacidade e dedicação no exercício do magistério no Colégio. Apresenta, pois, a Congregação estas instruções com o objetivo exclusivo de proporcionar um roteiro, um subsídio, um repositório de esclarecimentos para elucidação de possíveis dúvidas

que venham a surgir na execução dos novos programas, encargo que, evidentemente, compete aos respectivos redatores. De qualquer forma, porém, o que a Congregação deseja acentuar é que o bom êxito na aplicação destes, como de quaisquer programas, depende do zelo, da boa vontade, do patriotismo dos dignos docentes que os devem pôr em prática na regência de suas turmas. (BRASIL, ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, 1952, p. 206).

Essa finalidade da lei a que se refere à congregação do Colégio Pedro II consistia “em formar a personalidade integral do adolescente, preparando-o para a vida prática; fazer dele um cidadão útil a si mesmo, à família e à Pátria; habilitá-lo ao exercício da profissão a que se destina, bem como à realização de estudos de mais alto teor, se a vocação e as circunstâncias peculiares assim lhe permitirem.” (BRASIL, ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, 1952, p. 206).

Valores como verdade, honestidade e gratidão eram ensinados nas escolas com o objetivo de afastar a juventude dos caminhos contrários à honra, disciplina, ordem e trabalho. Essa instrução era considerada como um programa de ação moral, embora não houvesse uma disciplina específica com esses conteúdos, esse currículo estava instituído. Entretanto, por se tratar de um período no país em que o seu representante político maior, Getúlio Vargas, era adepto de idéias nacionalistas e ditatoriais observamos um regime de manutenção da ordem vigente e isso era apregoado nas escolas com o objetivo de anular na classe estudantil o espírito de turbulência e o desrespeito às instituições, como dizia a própria lei.

O texto de orientação da congregação do Colégio Pedro II prossegue dizendo aos professores.

[...] Nenhum professor consciente de suas responsabilidades na formação intelectual do jovem ignora que lhe cumpre cultivar e estimular, ora a facilidade de expressão, ora a de observação, de análise e de pesquisa; aqui se exige a precisão da lei científica, além se deixam em liberdade a imaginação e a inventiva; em certos casos, recorre-se à memória; noutros, ao raciocínio e ao julgamento. Ante a complexidade dos problemas e a imensa variedade dos casos a considerar, nenhuma regra se poderia estabelecer impondo normas rígidas de ação aos senhores professores. Do critério de cada qual é que, em face de uma situação ou de um caso concreto. Provirá a melhor solução, indicando a experiência o bom caminho a seguir. E' evidente, porém, que os processos condenados sem remissão pela pedagogia moderna devem ficar fora das cogitações de quantos queiram bem servir ao Colégio e à juventude que o frequenta: assim, a

sobrecarga mental, que exaure o aluno e o desalenta; a decoração servil de textos insertos nos manuais escolares, o trabalho material excessivo, ou a absoluta falta dele; o rigor demasiado nas notas, bem como demasia da complacência e outros vários erros ou omissões que os bons professores, baseados em seus estudos ou no tirocinio do magistério, saberão evitar. (BRASIL, ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, 1952, p. 207 e 208).

O texto na íntegra é colocado como um apelo dirigido àqueles que exercem a nobre missão educativa. Podemos ainda observar na citação acima que o Colégio Pedro II, apesar do seu reconhecimento nacional, não traz para a portaria de 1951 uma fórmula metodológica pronta a ser seguida na aplicação das etapas do conhecimento proposto no currículo do ensino secundário do país. Entretanto, desaconselha à sobrecarga mental que oprime o aluno bem como a decoração servil de textos insertos nos manuais escolares. O que indica o questionamento sobre o papel da memorização nas práticas escolares que já vinha sendo feito por autores como Delgado de Carvalho, que também era professor do referido Colégio.

Após assinar a Portaria que aprovou os novos programas das diversas disciplinas do curso secundário o ministro da Educação e Saúde Ernesto Simões Filho, concedeu uma entrevista à imprensa em que, entre outros assuntos, discutiu o objetivo do curso colegial e comentou a mudança no programa das disciplinas.

Discutindo e justificando a mudança no programa da disciplina Desenho – que apesar de não o nosso enfoque de pesquisa, a sua fala muito nos interessa por ser também sobre as disciplinas em geral – o mesmo disse em relação ao programa como um todo:

Os programas antigos apresentavam-se no curso colegial com objetivo único de preparar alunos para o exame vestibular, em lugar de complementar a educação iniciada no curso ginasial. A preparação adequada dos alunos para a vida, condicionada ao meio social e intelectual em que vivem, está completamente satisfeita no programa proposto, porque nele, com grande flexibilidade, se estabelece um mínimo, mas não se limita o máximo que o professor possa realizar em função da respectiva turma.

Todo o conteúdo do programa proposto está ajustado ao conjunto de conhecimentos adquirido anteriormente pelos alunos nas diversas disciplinas do curso secundário. O programa anterior exigia conhecimentos e disciplinas, como a matemática, que somente são ministrados em séries posteriores. (SIMÕES FILHO, 1952, p.192).

Ainda se referindo a mesma disciplina colocou o ministro Ernesto Simões Filho “Nos novos programas os conhecimentos foram distribuídos numa seriação

natural, rigorosamente compatível com o desenvolvimento da criança e atendendo ao interesse subjetivo da primeira idade, e, posteriormente, à motivação científica.” (1952, p.191).

Entretanto, essas mudanças na lei do ensino secundário não representaram transformações significativas para a seleção de conteúdos estabelecidos para a disciplina Geografia em que o ministro afirma “Geografia — Não houve modificação sensível na matéria do curso ginasial. As reduções mais importantes verificaram-se nas três séries do curso colegial.” (SIMÕES FILHO, 1952, p.192).

Algumas disciplinas como Física e Química tiveram seus conhecimentos simplificados a fim de serem adequados ao ensino secundário. “A disposição da matéria nos novos programas obedece às finalidades do ensino secundário, ao contrário dos antigos, que apresentavam uma disposição mais adequada ao ensino superior.” (SIMÕES FILHO, p.192). Essas mudanças nas duas disciplinas citadas também vieram acompanhadas de uma suposta coordenação com as outras disciplinas do currículo escolar. Na disciplina de Português “houve redução de matéria teórica para evitar que os professores fossem obrigados a sacrificar aquela que deve estar no primeiro plano: — a leitura explicada, com todos os exercícios proveitosos a que dá ensejo.” (SIMÕES FILHO, p.192). Já para a disciplina Literatura, segundo o ministro houve significativo avanço “O ensino da literatura não consistirá, como acontece atualmente, em notícias e indicações, mais ou menos inúteis, de obras e autores; os movimentos literários serão tratados, a propósito da apreciação dos modelos mais expressivos, com espírito de investigação e de crítica.” (SIMÕES FILHO, p.192).

Em disciplinas como Francês, Latim, Espanhol houve redução de conteúdos, com exceção da disciplina de Inglês em que se acrescentou a fixação de vocabulário, mas também houve supressão de estudos.

Como pudemos observar nos trechos acima houve modificações didáticas em disciplinas como Literatura e Desenho na tentativa de aproximar os seus conteúdos do aluno e, assim obter melhores resultados na aprendizagem. Mas a disciplina Geografia não passou por mudanças, mesmo necessitando ser vista como um conjunto de saberes úteis a sociedade, e não, meramente, como um acúmulo de conhecimentos enciclopédicos para serem memorizados. Entendemos que esta posição com relação à Geografia deva-se ao fato de que o currículo de Geografia do Pedro II, havia passado anteriormente por transformações significativas desde que o professor Delgado de

Carvalho lá se estabeleceu e juntamente com Raja Gabaglia, vinham reelaborando o currículo dessa disciplina para o ensino secundário desde a década de 1930.

Entretanto, outras mudanças mais enfáticas nessa disciplina só ocorreram de fato a partir do final da década de 1970, com os movimentos em torno de uma Geografia crítica.

A partir do exposto acima, podemos então apontar que as próprias mudanças em relação às demais disciplinas escolares do ensino secundário, aliadas a outras circunstâncias, funcionaram como fatores motivadores de transformações da Geografia escolar.

O ensino secundário era formado pelos cursos ginasial e colegial. O currículo do curso ginasial estava organizado em quatro blocos, a saber, Línguas, Ciências, Artes e Educação Física, que se subdividiam nas seguintes disciplinas, conforme mostra o quadro abaixo:

CURSO GINASIAL
I. Línguas: 1. Português 2. Latim 3. Francês 4. Inglês II. Ciências: 5. Matemática 6. Ciências Naturais 7. História do Brasil 8. História Geral 9. História do Brasil e História Geral 10. Geografia Geral 11. Geografia do Brasil III. Artes: 12. Trabalhos Manuais 13. Desenho 14. Canto Orfeônico IV. Educação Física

Quadro 01: Programa ginasial de 1951, da Revista de Estudos Pedagógicos 1952, p.251. Adaptado por Leila Barbosa Costa.

Podemos observar que a disciplina Geografia é fragmentada em Geografia Geral e Geografia do Brasil. A Geografia Geral se estudava nas duas primeiras séries ginasiais e a Geografia do Brasil nas últimas séries ginasiais. A disciplina Geografia Geral ou Geografia do Brasil era estudada em cada série em duas aulas semanais,

compondo um total de oito aulas semanais em todo o ginásio, o que era relativamente insuficiente dada à quantidade e complexidade dos conteúdos estudados nesse período, dificultando as tentativas de trabalho mais significativas do ponto de vista pedagógico. Restava aos professores conseguir cumprir o extenso programa curricular, e para aqueles que utilizavam os livros didáticos mnemônicos aplicar o método das aulas expositivas e a técnica da realização dos questionários extensos em que as respostas dependiam unicamente dos textos dos manuais, pois havia pouco tempo para o professor analisar imagens, trabalhar com mapas, propor uma excursão, e principalmente, responder as dúvidas e questionamentos dos alunos sobre os conceitos geográficos e os textos rebuscados dos manuais, como eram sugeridas por Delgado de Carvalho (1925). Mas, essa situação não parecia inquietar os profissionais envolvidos com o ensino dessa disciplina, pois ao passo que as demais disciplinas escolares passavam por alterações em 1951, no curso ginásial e colegial, a Geografia teve apenas mudanças no curso colegial.

Os alunos que conseguiam concluir o curso ginásial e ingressar no curso colegial, o que representava uma minoria, tinham a opção de fazer o curso científico ou o curso clássico, tendo em vista que a estrutura curricular permitia essa possibilidade de escolha. O Curso Clássico estava organizado de acordo com a inserção do Grego como disciplina. No currículo que valorizava o Grego havia uma redução do número das demais disciplinas, especialmente as disciplinas científicas, porém a Geografia do Brasil e a Geografia Geral se mantiveram nesse currículo.

O quadro a seguir apresenta o programa curricular do curso colegial clássico sem a disciplina Grego.

CURSO CLÁSSICO SEM GREGO			
SÉRIES	I	II	III
I. Línguas:			
1. Português	3	3	3
2. Latim	3	3	3
3. Francês	3	2	—
4. Inglês	3	2	—
5. Espanhol	2	—	—
II. Ciências e Filosofia:			
6. Matemática	3	3	3
7. Física	—	2	2
8. Química	—	2	3
9. H. Natural	—	—	3
10. História Geral	2	—	—
11. História do Brasil e História Geral	—	3	3
12. Geografia Geral	2	2	—
13. Geografia do Brasil	—	—	2
14. Filosofia	—	3	3
III. Educação Física	2	2	2
Total de horas semanais	23	27	27

Quadro 02: Programa colegial do curso clássico sem grego de 1951. Revista de Estudos Pedagógicos, 1952, p. 252.

A disciplina Geografia Geral no curso clássico era ensinada nas duas primeiras séries e a disciplina Geografia do Brasil na última série. Essas matérias faziam parte do bloco das disciplinas científicas e filosóficas. As duas últimas séries desse ciclo escolar tinham a carga horária semanal mais extensa, pelo fato de algumas disciplinas serem ministradas apenas nessas duas séries, tais como as disciplinas: Física, Química, História natural, História do Brasil e Geral e Geografia do Brasil.

O Curso Colegial Científico pouco se diferenciava do curso Colegial Clássico sem grego, a mudança estava que no Curso Clássico havia o estudo da disciplina Latim e não havia a disciplina de Desenho. No Curso Científico a disciplina Latim, que fazia parte do currículo ginásial, é retirada e a disciplina Desenho permanece, no currículo dessa etapa escolar, como herança do ginásio.

Como podemos observar no quadro que segue a carga horária do Curso Científico era a mais extensa totalizando vinte e oito aulas semanais nas duas últimas séries.

CURSO CIENTIFICO			
SÉRIES	I	II	III
I. Línguas:			
1. Português	3	3	3
2. Francês	2	2	—
3. Inglês	2	2	—
4. Espanhol	2	—	—
II. Ciências e Filosofia:			
5. Matemática	3	3	3
6. Física	3	3	3
7. Química	3	3	3
8. História Natural	—	3	3
9. História Geral	2	—	—
10. História do Brasil e História Geral	—	3	3
11. Geografia Geral	2	2	—
12. Geografia do Brasil	—	—	2
13. Filosofia	—	—	3
III. Artes:			
14. Desenho	2	2	3
IV. Educação Física	2	2	2
Total de horas semanais	26	28	28

Quadro 03: Programa colegial do curso científico de 1951, Revista de Estudos Pedagógicos, 1952, p.252.

De acordo com a portaria de n.º 966, de 1951 os conteúdos da disciplina Geografia Geral das quatro séries do Curso Ginásial estavam organizados da seguinte forma.

PROGRAMA DE GEOGRAFIA CURSO GINASIAL			
1ª Série	2ª série	3ª Série	4ª série
Geografia Física e Humana I. A terra no espaço. II. Estrutura da Terra. III. Os grupos humanos. IV. A circulação. V. A agricultura e a pecuária. VI. Indústria e Comércio.	Geografia Física e Humana dos Continentes I. Os Continentes. As regiões polares. II. A América do Norte. III. A América Central e as Antilhas. IV. A América do Sul. V. Países andinos. VI. A Argentina. Paraguai. Uruguai. VII. A Europa Setentrional. VIII. A Europa Meridional.	Geografia Física e Humana do Brasil I. O Espaço brasileiro. II. A população brasileira. III. Organização política e administrativa. IV. Circulação. Sistema de viação. V. A produção agrícola. VI. Produção mineral e animal. VII. Indústria e comércio.	Geografia Regional do Brasil I. Divisão regional. Conceito de região natural. As regiões brasileiras. II. Região Norte. III. Região Nordeste. IV. Região Leste. V. Região Meridional. VI. Região Centro-Oeste. O estudo de cada região obedecerá aos seguintes itens: a) Descrição fisiográfica. b) Povoamento.

	Ocidental. IX. O Egito. Partilha do continente africano em colônia européia. X. A Ásia Oriental. XI. A Ásia Meridional e Ásia Ocidental. XII. Austrália e Malásia. De cada um destes itens se fará o seguinte estudo: a) Estrutura fisiográfica. b) Regiões naturais. c) Populações, raças, línguas, religiões. d) Cidades principais e recursos econômicos.		c) Divisão em Estados. d) Recursos econômicos. e) Circulação.
--	---	--	---

Quadro 04: Programa de Geografia curso ginásial. Quadro elaborado com base nas informações da portaria n.º 966, de 2 de outubro de 1951.

Já nas três séries do curso Colegial Clássico e Científico a disciplina Geografia era estudada de modo mais simplificado.

CURSOS CLÁSSICO E CIENTIFICO		
<i>1ª Série</i> I. A Ciência geográfica. II. A Terra no espaço. III. A Atmosfera. IV. A Hidrografia. V. O Relevo.	<i>2ª série</i> I. América Meridional e América Setentrional. II. A comunidade Britânica. III. O continente Europeu. IV. A China e o Japão. V. O Indostão, Pérsia, Ásia Menor. Egito.	<i>3ª Série</i> I. Posição geográfica do Brasil. Fronteiras. II Fisiografia do Brasil. III. Desenvolvimento econômico. IV. Circulação. V. Indústrias. Comércio.

Quadro 05: Programa da disciplina Geografia do curso clássico e científico. Quadro produzido com base nas informações da portaria n.º 966, de 2 de outubro de 1951.

Esta estrutura curricular foi questionada em períodos posteriores, tendo em vista a sua grande carga horária e a quantidade de conteúdos especificados para a Geografia. Na ocasião da discussão do projeto de lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, a revista de estudos pedagógicos publicou o debate entre o professor Almeida

Júnior e o representante político Nestor Jost, em esse último ao responder a pergunta do professor Almeida Júnior sobre a proposta do ministério de governo afirma:

O Sr. Nestor Jost — O do Ministério — está aqui — diz o seguinte: português, matemática, geografia, história geral e do Brasil, francês ou inglês. Penso que se podia fundir, numa só cadeira — geografia, história geral e do Brasil. A meu ver, perdemos muito tempo, no ciclo ginasial, estudando geografia. Segundo tenho notado, somos o país em que mais se estuda geografia, em todo o mundo. Vivemos a estudar questões de geografia física da Ásia, da Oceania, etc, sem maior proveito prático. Assim, talvez fosse conveniente a fusão das cadeiras a que aludi. (ALMEIDA JÚNIOR, p.35).

Em trechos anteriores desse mesmo debate, Nestor Jost aponta a dificuldade da formação superior dos professores secundários no Brasil na década de 1950. Esse fato explica, de certa forma, porque nessa época a disciplina Geografia e História eram ensinadas por advogados, engenheiros e seminaristas. No final dos anos cinquenta percebe-se no país grande dificuldade no que diz respeito à formação de professores dessas áreas e mesmo com a ampliação do número de cursos superiores de Geografia e História o que poderia vir a solucionar, parcialmente, o problema da formação dos professores, isto não ocorre, perdurando tal problemas até os dias atuais. Sobre esta questão assim se posiciona Nestor Jost.

O Sr. Nestor Jost — Vejo que o projeto sujeitou a flexibilidade ao Estado e ao aluno: o Estado fixaria o número de disciplinas optativas e ao aluno caberia escolhê-las. A meu ver, porém, aos estabelecimentos é que deveria caber a escolha das disciplinas a serem ministradas, porque uma das nossas maiores dificuldades, até aqui, tem sido a da formação de professores secundários e, deixando-se ao critério do aluno a escolha das disciplinas optativas, talvez acontecesse que estabelecimentos pobres, de cidades menores, tivessem de enfrentar dificuldades insuperáveis quanto a essa parte do currículo. [...] Existe considerável escassez de condições materiais para a formação de profissionais de nível superior, em nosso país. (ALMEIDA JÚNIOR, p.33 e 34).

Como se pode observar na citação anterior, os problemas sobre a educação secundária eram muitos e também compunham o rol de preocupações e temas debatidos por diversos intelectuais da área.

Na tentativa de discutir a educação secundária, Ataídeo (1952) no texto *Plano Cultural Interamericano* publicado pela revista brasileira de estudos pedagógicos, escreveu as seguintes considerações com relação à melhoria do ensino secundário.

Eis alguns pontos que podemos considerar em relação a este tipo de educação: 1 — a necessidade de estender, à educação secundária, os mesmos conceitos que hoje prevalecem no campo da educação primária, a saber, a gratuidade e a universalidade; 2 — como consequência do princípio anterior, a necessidade de diversificar os programas, de modo que a educação secundária satisfaça as necessidades da educação geral básica, forneça os estudos preparatórios para a Universidade e dote, aos que não possam seguir os cursos profissionais universitários, de uma preparação adequada para a vida; 3 — a necessidade de reformar os programas de educação geral básica para alcançar equilíbrio proporcional entre a formação humanista, a científica e a cívica; 4 — a necessidade de criar a profissão de professor de ensino secundário, bem como os institutos e programas para o formar; 5 — a necessidade de equiparar por analogia e não por univocidade, os cursos secundários dos vários países, facilitando o intercâmbio de estudantes e, ao mesmo tempo, de tornar flexíveis os programas de modo a atender aos diferentes níveis culturais do Hemisfério; 6 — a necessidade de convênios culturais entre os países americanos, que facilitem o aproveitamento recíproco dos cursos como elemento essencial de luta contra o isolacionismo cultural; 7 — a necessidade de desenvolver os estudos de história e de cultura interamericana, nos cursos secundários de todos os países americanos, como elemento para romper as barreiras internacionais. (ATAÍDEO, 1952, 142 e 143).

A referência da escola brasileira, nesse período, ainda eram as experiências pedagógicas vividas em outros países como Argentina, Inglaterra, Estados Unidos, Austrália, Canadá, França e Espanha. Experiências essas que se apresentavam com propostas metodológicas mais avançadas.

Um dos maiores problemas do ensino nesse período é a falta de escolas públicas e professores licenciados, restringindo o saber a poucos jovens da sociedade, notadamente, aqueles cujas famílias representavam um segmento privilegiado no país. Também é um período em que a presença masculina é mais acentuada do que a presença feminina, principalmente nas séries ginasiais.

Como vimos o currículo da disciplina escolar Geografia não havia passado por mudanças na década de 1950, apesar do programa das demais disciplinas ter sido ajustado. Um dos fatores explicativos para a permanência do currículo da disciplina Geografia, principalmente nas séries ginasiais, deve-se a reformulação que esta havia passado ainda nos anos de 1930, mediante a contribuição de Delgado de Carvalho durante sua atuação no Colégio Pedro II. Delgado de Carvalho era conhecedor do ensino de Geografia em outros países e havia trazido em sua bagagem experiências de escolas estrangeiras.

Entretanto, não era apenas a disciplina Geografia que necessitava de mudanças, e sim todo o ensino secundário, bem como a escola de 1950 e a estrutura social e política do país.

2.3 - O debate contemporâneo aos manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade

Bittencourt (2004) explica que durante o século XIX e início do século XX o livro didático se confundia com o método de ensino, período esse quando os professores não tinham a formação específica da disciplina que lecionavam nas escolas, tendo o livro o papel de formador, substituindo, com muitos prejuízos didáticos a parte que cabia a academia.

Para professores sem formação específica, o livro didático representava "o método de ensino", além de conter o conteúdo específico da disciplina. A formação do professor, ao ser constituída na prática, no "aprender fazendo" exigia uma produção didática específica que intelectuais preocupados com o conhecimento científico ou literário, mas sem a vivência da sala de aula, eram incapazes de produzir com sucesso. (BITTENCOURT, 2004, p. 17).

Com a criação do curso superior de Geografia em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras cidades do país, os professores que ensinavam Geografia nas escolas, e que eram oriundos de outras áreas, tiveram a oportunidade de estudar a disciplina Geografia na academia e, conseqüentemente, serem reconhecidos como autoridades intelectuais em relação aquele conhecimento específico.

Pedro Gouveia (1952) em seu texto *Cinema e educação* faz crítica ao ensino meramente verbal e discute a necessidade da escola adotar novos métodos de ensino, entre eles, destaca a excursão como aula e o uso de recursos para facilitar a aprendizagem, tais como: o cinema, as imagemgrafias e o jornal escolar, trazendo como exemplo a escola americana.

A escola de hoje tem um novo problema, que constitui, por assim dizer, a espinha dorsal de sua atividade. Todos vós já deveis estar adivinhando. Deixou a escola de ser apenas o lugar onde os alunos vão aprender as matérias de ensino de um currículo, para ser uma instituição social destinada a aumentar o background experimental da criança e do adolescente, promovendo oportunidades de contato com as situações, as coisas e os processos de vida da comunidade imediata

(vila, cidade, país) e da comunidade universal. Desta compreensão surgiu o problema de tornar o ensino menos verbal, e tanto quanto possível transformá-lo em uma atividade para aluno, proporcionando-lhe os meios para que incorpore as técnicas elementares do estudo às necessidades ambientais. Os americanos chamam a isto «visualização do currículo» e pretendem ter chegado a uma solução razoável do problema aconselhando à escola utilizar como atividades normais: as excursões escolares; a organização do museu escolar pelos próprios alunos; modelagem; o desenho; a imagemgrafia; o cinema; o jornal escolar. (GOUVEIA FILHO, 1952, p.176).

O autor prossegue argumentando, e, na ocasião, explica as vantagens e articulações desses recursos para os professores e alunos, principalmente em relação ao cinema educativo. O professor Gouveia explica como o cinema pode ser utilizado em sala de aula, o tempo de duração da sessão e a maneira do professor proceder durante a exibição bem como a avaliação decorrente dessa aula.

Com as excursões e o museu escolares terá o professor a oportunidade de proporcionar a ambientação ao meio próximo da escola; com o cinema, a imagemgrafia e o jornal, com o meio universal. A mim compete somente conversar sobre o cinema e do valor da sua influência sobre o educando e a comunidade em geral. Precisamos desde logo «situar o conceito de cinema educativo, para podermos falar uma só linguagem. O que chamamos cinema educativo é o cinema que proporciona a comunicação de fatos da vida ambiental, cultural, literária, artística, científica ou técnica, utilizando-se da emoção e da surpresa, mas sem falsear-lhe a originalidade dos fatos e das coisas em face da realidade. Ao cinema que se restringe à demonstração dos objetivos das matérias de ensino de um currículo, cultural ou técnico, preferimos chamar de cinema instrutivo, ou cinema escolar. Aliás, é conceito universal. O inglês usa o termo «instruction film» e o francês — «le filme de enseignement». O uso do filme como atividade curricular é completamente diverso da extracurricular. Costumamos a aconselhar, através de nossas atividades na direção ao Instituto Nacional de Cinema Educativo, que o filme escolar deve sempre ser apresentado como material de observação. O assunto já deve ser de conhecimento da classe, através de gravuras e imagemgrafias, que podem ser projetadas em séries bem selecionados, por intermédio de um projetor fixo. E' o dia-filme ou estripe-filme. O filme será a última etapa da aprendizagem. A sessão cinematográfica não deve exceder de 15 a 20 minutos. O assunto do filme deve ser somente aquele que foi objeto de aula. Durante a projeção o professor deve falar, se o filme é silencioso, para poder orientar a classe na compreensão do filme. Acabada a exibição, deverá cada aluno fazer oralmente ou por escrito a resenha do que viu. No dia seguinte o professor comenta a explanação feita pelos alunos, destacando o que foi bem observado e o que foi mal ou deixou de ser observado, fazendo passar logo após novamente o filme, para que cada aluno possa fazer a sua auto-verificação. O filme, isto é que é importante, deve ser considerado pelo professor como um dos meios de educar a observação dos seus alunos. Assim, os alunos poderão

adquirir o hábito de procurar ver a exatidão de qualquer objeto ou fato que se submeta a sua observação. (GOUVEIA FILHO, 1952, p.177, 178).

Observamos, também, que o Programa de Geografia Geral Curso Comercial Básico, exemplo, o da primeira série deste ciclo, como também os das demais séries, apresentavam propostas inovadoras semelhantes a discutida pelo autor anteriormente citado. Recomendava-se, então, a adoção de processos ativos a fim de incentivar a máxima participação do aluno.

Na execução do programa de Geografia Geral, recomenda-se a adoção de processos ativos de intensa participação do aluno nas lições ministradas. São interessantes os esboços cartográficos, os desenhos, os exercícios orais e escritos, o uso de gravuras, mapas e ilustrações, de diafilmes ou projeções fixas sobre a matéria e, onde possível, as projeções cinematográficas. Deve-se restringir, ao máximo, o sistema das longas exposições verbais por parte do professor, sendo inteiramente contra-indicado o método das aulas ditadas. Sugere-se a obtenção, por parte dos alunos, de recortes de jornais ou revistas sobre a matéria, a organização de coleções de fotografias e cartões postais sobre aspectos geográficos, o estabelecimento, em cada escola, de álbuns, sugestivos e simples, contendo material de interesse para o ensino da disciplina. Considerando a idade dos educandos, a Geografia deve ser-lhes mostrada como a ciência que lhes confere uma idéia do mundo em que vivemos. Com esse princípio, é também fundamental que o programa se execute dentro do ano escolar e, para isso, as aulas relativas às Unidades I, II e III deverão ser ministradas no primeiro período letivo e constituir assunto para a primeira prova parcial. No segundo período, executar-se-á a matéria das Unidades IV, V e VI, de sorte que se realize o programa antes da segunda prova parcial, com tempo suficiente para uma revisão geral. (PORTARIA Nº732, 1951).

As instruções para estudo dessa disciplina no Curso Comercial Básico eram semelhantes as demais séries desse mesmo Curso. Verificamos que toda a matéria do programa, que era bastante extensa, precisava ser executada durante o período letivo, optando o professor pela alternativa dos exercícios orais e escritos, para assim poder aplicar aulas diferenciadas mediante a conclusão desse programa.

Anísio Teixeira (1952) em seu texto *Notas sobre a educação e a unidade nacional*, em publicação na Revista de Estudos Pedagógicos, discute a unidade cultural do país e tece críticas ao excesso dessa unidade como um fator prejudicial as culturas regionais e faz considerações a respeito dos conteúdos de Geografia e História ensinados nas escolas de curso secundário, bem como a ênfase dada ao estudo de vários

países, num esforço de promover a influência estrangeira decorrente da nossa falta de consciência cultural.

No Brasil, temos culturas regionais muito menos diversificadas, todas fundidas na mesma língua, que é o instrumento fundamental da unidade cultural, não podendo, por isto mesmo, se falar em perigo quanto à sua unidade mas, sim, quanto ao excesso de unidade, o que, sem dúvida, representa um perigo bem maior para as culturas. Não há, aliás, no país nenhum real receio consciente de perda de unidade cultural. Muito pelo contrário. As escolas estão sempre a fazer mais do que talvez deveriam fazer no sentido de promover a influência estrangeira em nossa cultura. Somos, talvez, o único país que tenta ensinar a todos os seus alunos de curso secundário três e quatro línguas estrangeiras e a geografia e a história de não sei quantos países do mundo, ninguém jamais pensando que esse ensino nos pudesse desnacionalizar, o que, se tal perigo existisse, não deixaria de ocorrer. Reconheçamos, aliás, que isto é mais decorrente de nossa falta de consciência cultural, de nossa falta de autonomia cultural do que de qualquer possível propósito de enriquecimento de nossa cultura. Dou, porém, o exemplo para revelar a ausência de qualquer sentimento de perigo em relação à unidade de nossa cultura. (TEIXEIRA, 1952, p.39 e 40).

Nesse mesmo texto Anísio prefere chamar essa unidade nacional de coesão ou integração nacional, tendo em vista a diversidade cultural do país. Destaca também que as escolas são, muitas vezes, instrumentos de abuso do governo sob a justificativa de unidade nacional.

Ao tratar do retrato da situação educacional do país na Conferência pronunciada na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em 1952, Anísio Teixeira aponta certa autonomia das escolas primárias e faz críticas a centralização das escolas secundárias pelo poder federal. Anísio Teixeira continua sua argumentação, dizendo serem as escolas de ensino secundário um modelo rígido e uniforme, e que não tem aprovação da opinião pública.

Com efeito. — Que está sendo a educação brasileira? — Um sistema de educação em que o ensino primário é, praticamente, livre, ministrado pelos Estados, Municípios e particulares, e os demais ensinos são rigidamente uniformes e controlados, direta ou indiretamente, pelo poder federal. No nível primário, há liberdade. Há escolas e escolas, professores diplomados e leigos; escolas bem montadas e mal equipadas; que ensinam mal e que ensinam bem; em um só turno, dois e até em três... Cada escola, entretanto, é o que é, e se apresenta como é. Não busca passar por outra coisa. E o esforço por progredir é geralmente visível. Não havendo ninguém que queira defender as piores; mas, todos se esforçando por fazer o melhor possível. Se algum Estado se desmanda, a crítica logo se levanta e,

ainda assim, não é por falsa pedagogia ou pelo gosto da anarquia que se desmanda; mas por alguma agitação político-partidária, que logo encontra, na própria opinião pública e do magistério, a correção que se impõe. Cabe aqui, Senhores, um parêntese. Ainda hoje as circunstâncias me permitiram ter uma longa conferência com o diretor das construções escolares do Estado do Rio. Verifiquei o que está sendo a obra daquele Estado, no concernente à educação primária. A maior parte dos prédios que o Estado do Rio está construindo para as suas escolas primárias é melhor que a grande maioria dos edifícios das nossas escolas superiores! Ora, o ensino primário se acha entregue, exclusivamente, à responsabilidade do Estado. Se algum ensino tem ainda virtudes e pedagogia, vamos encontrá-las muito mais integralmente no primário que nas demais fases da instrução. No mesmo parêntese, refiro outro caso positivo, atual e pertinente. Um prefeito do Rio Grande do Sul procurou-me, há dois ou três dias, para submeter à minha apreciação um plano para o desenvolvimento do ensino primário no seu município. Conta esse município com trezentas e sessenta e cinco escolas por êle mantidas, com mais de vinte mil alunos matriculados, em grande parte em prédios próprios. É um esforço real, concreto, sério. Além desse ensino primário, o mesmo município está a iniciar a construção de ginásios, escolas normal e profissional, para o que pedia auxílio e assistência federal. Cito este exemplo porque vou defender aqui, com o maior entusiasmo e convicção, uma descentralização corajosa do ensino brasileiro (*Muito bem*). E precisamos, para isso, que se associem, com senso de responsabilidade, todos os poderes e todos os setores governamentais brasileiros, na obra educacional. Ficar tudo em mãos do governo federal representa, em vez de estímulo, um fator de inibição para os múltiplos responsáveis, que devem ser convocados a trazer a sua contribuição. Voltando, entretanto, à análise ligeira que estamos fazendo do sistema escolar. — Que vemos depois do ensino primário? — As *"escolas de modelo rígido e uniforme"*, impostas pela legislação federal. São as escolas secundárias e superiores. — E que sucede? — Não se vê ninguém querendo livremente fundar tais escolas para ensinar, mas, sim, para conseguir a "oficialização" e "diplomar". Poucos, muito poucos são os que se preocupam em fazê-las melhores, pedagogicamente. A opinião pública manifesta-se sobre o mau ensino secundário, mas o Governo, o poder oficializante, nada tem a dizer a respeito: *todos os papéis estão em ordem*, e só isso é importante. (TEIXEIRA, 1952, p.78 e 79).

Esse intelectual discute ainda sobre os programas disciplinares e os manuais escolares, explicando que os livros desse período não são bons como os da sua época de estudante pelo fato de estarem aprisionados as imposições oficiais.

Os programas são oficiais, uniformes e rígidos. Os livros são "oficializados"... E a propósito. O caso dos livros é muito interessante. Todos sabemos que o Brasil possuía bons livros didáticos. Qual de nós, com a idade que infelizmente tenho, não conheceu uma escola primária com admiráveis livros primários? E mesmo secundários... E eis que, chegamos ao Brasil de hoje: com os filhos por educar, ficamos horrorizados à vista dos livros em que estudam. Por que o

livro didático não continuou a ser tão bom quanto era antes? — Por dois motivos principais: programas oficiais; obrigatórios e aprovação oficial dos livros, conformes aos programas. A organização de programas oficiais foi instituída no Brasil (na suposição de se poder, por uma medida central, melhorar todo o ensino). Depressa, porém, esses programas foram sendo simplificados, até se constituírem meras listas de pontos, rigidamente ordenados, constituindo verdadeiras camisas de força para a elaboração de livros didáticos. Até aí, se teria limitado a liberdade dos bons autores, mas a competição ainda se poderia exercer entre os menos maus e os maus ou péssimos manuais de ensino. Surge, porém, a idéia da aprovação oficial dos livros didáticos, por um órgão central. E, graças a essa chancela oficial, as últimas diferenças desaparecem, e todos os livros, uma vez aprovados, são considerados iguais. Obtida, assim, a equivalência legal do bom e do mau, nenhum livro bom, realmente didático, consegue mais ser vendido no Brasil, porque a moeda má, que é o livro oficializado ruim, substitui completamente a moeda sã. Qualquer editor nos poderá informar como basta publicar-se outro programa, que tão somente reduza ou altere a ordem dos pontos do anterior, para que nenhum dos livros, não conformes com o novo programa, seja mais vendido. À primeira vista, parecia não haver mal na oficialização de programas e livros didáticos. Na realidade, as duas medidas suprimiram a liberdade didática e impediram a competição entre o bom e o mau livro escolar, resultando de tudo a degradação do ensino e dos manuais escolares. Os livros — dizíamos — são "oficializados". Tudo é legal. Legal e ruim. Mas — paradoxo dos paradoxos — não são iguais as escolas nem o são os professores. Muito pelo contrário, tudo que há de mais diferente. As formalidades é que são idênticas. Os cursos têm as "mesmas matérias", os professores têm o mesmo "registro", a duração dos cursos é a mesma. O conteúdo, porém, das matérias, a qualidade dos professores e o que se ensina efetivamente nos cursos têm diferenças que vão de 1 a 100. Mas isso não importa, pois o que importa é que a educação secundária e a superior tenham aquela uniformidade extrínseca e formal, em todo o país, com o que se estará a salvar a cultura nacional e até ... a unidade nacional! Dir-se-á que não pode ser de outro modo, porque esses cursos geram direitos e precisam de *ser disciplinados* e *uniformizados*, sob pena de produzirem profissionais desiguais e inferiores. Mas nada disto se consegue. Tudo que se consegue com tal formalismo, com essa uniformização rígida, é que os profissionais sejam *legais*, porque desiguais e inferiores muitos deles o *mo*, e em que grau! Ocorre, neste caso, o mesmo que com o livro didático. Criado o modelo oficial e, nessa base, estabelecidas as "equiparações", todas as escolas passam a ser iguais porque assim são reconhecidas pela autoridade oficial. (TEIXEIRA, 1952, p.79 e 80).

O autor coloca, entre outras importantes questões, a perda de liberdade didática com a uniformização dos programas no país e a oficialização dos livros pelos órgãos centrais, resultando na degradação do ensino e dos seus manuais escolares, argumentando que as escolas são diferentes, os professores também, logo existe prejuízo em usar um livro igual. Na citação abaixo, Anísio diferencia equivalência de

uniformidade, fazendo severas críticas às características uniformes a que ele atribui a educação brasileira.

Neste regime, a Escola de Medicina de São Paulo, que pode sofrer confronto com o que de melhor existe em todo o mundo em ensino médico, com um orçamento anual de mais de uma centena de milhões de cruzeiros, é considerada absolutamente idêntica a pequenas escolas de medicina. Não, meus senhores. Estamos nos iludindo a nós mesmos. A uniformidade legal não produz a uniformidade real. A liberdade e a equivalência poderão muito mais produzir a desejada uniformidade ou, melhor, a unidade. O que produzem a uniformidade e a rigidez do modelo único, oficial, é a fraude e a simulação. Daí a ânsia por concessões de oficialização a escolas improvisadas. Busca-se a oficialização porque é o passaporte para a legalização das simulações educacionais que estão proliferando pelo Brasil afora. Estamos, em educação, *legalizando* a moeda falsa. E não é tanto pela sanção ou direitos que cria, mas pelo prestígio que o que é "oficial" tem no país. Na verdade, o ensino secundário já se está transformando em educação comum e necessária, independente do diploma que concede. A grande maioria dos seus alunos já não visa prosseguir e não prossegue os estudos em nível superior. — Por que, entretanto, não surge a escola secundária livre, a buscar tão somente ensinar? — Porque não se cria, impunemente, num país, o regime que estamos criando. — Qual é este regime? — É o de que a educação ou é *legal* ou não existe. E legal significa: "reconhecida pelas autoridades oficiais". — E reconhecimento pelas autoridades oficiais que significa? — Significa que as formalidades de matrícula, de registro, de tempo e de exames foram cumpridas. — Mas o aluno aprendeu, *educou-se*, realmente *formou-se*, está apto a fazer o que deve fazer? — Tudo isto é dado como consequência inevitável. Logo, o regime é um convite à fraude. — Para que esforçar-se, se o que é julgado não é a qualidade da educação, mas o cumprimento daquelas formalidades? Desejo acentuar que este é realmente o mal dos males da situação educacional brasileira. A "oficialização" — pelo regime das equiparações — de todo o ensino, particular e público, sob um modelo uniforme e rígido, fiscalizado tão-somente nos seus aspectos extrínsecos, não só permite, como promove, a falta de autenticidade do ensino nacional. A imposição do modelo único cria a contingência da falsificação. Não sendo possível, por falta de recursos materiais e humanos, na imensa heterogeneidade e diversificação das situações brasileiras, a realização do modelo de modo adequado e eficiente, surgem os arranjos, as acomodações, os expedientes, quando não a pura e simples falsificação de listas de professores ou equipamentos. Criada esta situação, a fiscalização, puramente formal, a sanciona e o ciclo da *inautenticidade* real do processo de ensino se fecha para qualquer movimento de saúde, renovação ou progresso educativo, tendendo antes a agravar os vícios de origem do que a remediá-los. (TEIXEIRA, 1952, p.80 e 81).

Anísio Teixeira apesar de ser funcionário do governo que dirigia o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos continua tecendo fortes críticas ao sistema

educacional brasileiro de educação, no texto que segue, ele aponta o formalismo burocrático que se transformou a educação nacional, e em seguida, retoma a questão do livro didático como mera cópia dos programas oficiais. Esse fato justifica porque os livros nesse período traziam em página de destaque o programa oficial e a referência as portarias nº 966 e 1045, logo depois estava o índice do livro que se apresentava igual e na mesma sequência dos pontos exigidos pelo o programa oficial, explicando a rotina de métodos.

[...]Já agora, impõe-se recolher a lição desse período. Estamos amadurecidos para fazê-lo. Estão na consciência de muitos as graves conseqüências de se haver transformado a educação nacional em formalismo burocrático, os educadores em rígidos intérpretes de leis e regulamentos uniformes, os professores em puros executores de rígidos programas oficiais e os livros didáticos em manuais "oficializados" e conformes, linearmente, com os pontos dos "programas". Todo esse complexo regime de "oficialização formalista" do ensino resultou no que se acha à vista de todos: despreparo generalizado dos brasileiros educados, desestímulo do magistério, rotina de métodos e sentimento cada vez mais intenso de uma crise sem remédio da educação. O problema de pessoal qualificado — em todos os níveis de trabalho — fêz-se o problema agudo por excelência. São escassos os quadros mais altos, maus os médios e piores, se possível, os inferiores. Esta crise do fator humano, na civilização brasileira, começa a ameaçar o nosso próprio desenvolvimento — político, econômico e social. Todo um capítulo seria preciso abrir aqui para demonstrar até que ponto essa má formação brasileira, a má educação brasileira, está pondo em perigo o próprio equilíbrio econômico do país. (TEIXEIRA, 1952, p.85).

De acordo com esse intelectual que discutia, desde a década de 1930, a realidade educacional brasileira e vinha lutando ao lado de Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, entre outros, para encontrar soluções dos problemas da educação que se evidenciam no país, a questão estava em conferir mais autonomia às escolas, aos professores, aos autores de manuais escolares para assim ter a liberdade de atuar com qualidade, sem a preocupação extrema de cumprir um conjunto de formalidades que não representavam garantia de um bom ensino.

Que se ha de fazer? Modificar o processo de fiscalização. Retirar a ênfase nas formalidades para visar sobretudo ao mérito do ensino. Restabelecer a liberdade de tentar o melhor. Restringir a legislação do ensino à fixação dos objetivos e das linhas fundamentais. Permitir a relativa liberdade de currículos, de horários e de métodos. Substituir o princípio da *uniformidade* pelo princípio da *equivalência*. Os objetivos do ensino podem ser conseguidos por diversos caminhos. A pluralidade de caminhos estimulará a experimentação, a competição e o progresso. Revitalizará o processo educativo. Como garantia —

estabeleça-se o exame de estado, isto é, o exame oficial em determinados períodos do curso. Este regime dificultará a fraude ou a simulação, por não premiá-la. E quanto ao receio de que tal possível diversificação degrade o ensino, verifiquemos que é infundado. Com o ensino *uniforme* é que o ensino se degrada; na realidade se degradou. Com efeito, não havendo *possibilidade legal* de mudar. O currículo, é que se tenta ensinar o que não se pode ensinar. Com o currículo flexível e variável, cada colégio ensinará o que puder e, desde que mais importa aprender *pouco e bem* do que *muito e mal*, o ensino poderá ser eficiente. Por certo, será mais eficiente do que o atual. Estas palavras, ditas assim, parecem, realmente, perigosas: "cada escola ensine o que puder". Mas, entre tentar alguém numa cidade do interior brasileiro, instalar um ginásio, contando para isto — digamos — com um professor de Português, um professor de Matemática e, com certa dificuldade, um professor de História e Geografia, faltando-lhe, entretanto, o professor de Latim, ou o de Inglês, reduzindo, assim, o curso, à vista das condições do meio; entre essa tentativa limitada, mas séria, de um ginásio, e a alternativa de hoje, à vista da imposição da lei, de *inventar* um professor de Latim e outro de Inglês, e fazer de conta que também ensina essas matérias, temos de reconhecer que mais vale o ginásio modesto, mas verdadeiro, do que o "completo e uniforme", mas falso. Sabem todos, porém, que o "completo" não é só isto. Pretendemos em nosso ensino secundário ensinar cinco línguas: a materna e mais quatro estrangeiras. O Sr. Rui Santos — E não sabemos nenhuma.

O SR. ANÍSIO TEIXEIRA — Evidentemente. E isto foi imposto do dia para a noite. De repente, inventamos professores de Latim para todas as séries de todos os ginásios brasileiros. — Não seria muito melhor ensinar-se aquilo que, realmente, se podia ensinar, do que impor um currículo e um programa, que são, pela sua impraticabilidade, a imposição da fraude? Passemos, porém, ao exame da lei de diretrizes e bases, pela qual esperamos poder sair do atual impasse educacional. (TEIXEIRA, 1952, p.86).

Para Teixeira a uniformidade precisa ser substituída pela equivalência. O autor quer dizer que para conseguir os acertos na educação não precisa ser tudo igual, sufocando as diferenças que certamente construiriam a excelência da forma de educar, seja por meio dos programas, das escolas, das disciplinas, dos professores e dos manuais a serem utilizados pelo aluno, este que será na ponta desse cordão embaralhado o maior prejudicado com esse jogo de faz de conta.

Essas discussões na câmara dos deputados impulsionaram a aprovação na década seguinte, com bastante atraso, da lei de diretrizes e bases da educação nacional.

A lei de diretrizes e bases, cujo projeto está em estudos, nesta Casa, a ela entregue pelo Executivo em 1948, ou seja dois anos após promulgada a Constituição, que impôs a sua necessidade, é uma aplicação moderadíssima da solução que propugna-mos. Representa uma média entre os que desejariam uma experiência mais radical e corajosa e os super-prudentes, temerosos de qualquer liberdade.

Aplaudo-a com muitas restrições, mas reconheço que melhorará a situação. (TEIXEIRA, 1952, p.87).

Um dos norteadores eixos políticos defendidos na lei por Anísio Teixeira se refere à flexibilidade, liberdade e descentralização. Em seguida ele expõe seu pensamento sobre a necessidade de autonomia no processo educativo e prossegue sua crítica em relação à imposição do governo federal e o prejuízo da falta de esclarecimento do regime.

As grandes linhas desta lei assim se poderiam resumir:

IV — *Flexibilidade, liberdade e descentralização* — Não será preciso repetir aqui coisas cediças sobre o processo educativo. É sabido que só adestradamente o amestramento se pode fazer sem participação do educando. Educação e ensino só se conseguem com plena autonomia do aluno — porque ele realmente é que se *educa*. Isto é verdade em relação a todo o processo educativo. Autônomo tem de ser o aluno, autônomo tem de ser o professor, autônoma tem de ser a própria instituição. Todos precisam sentir-se participantes e responsáveis, para que o processo educativo se faça autêntico e vital. A imposição em educação é uma antinomia. Daí a lei se fazer pre-goeira de flexibilidade, liberdade, descentralização e autonomia, como algo se inerente ao próprio processo educativo...

Os planos impostos de cima para baixo podem funcionar na ordem mecânica, e mesmo aí apresentam seus graves defeitos, nunca em sistemas vivos como os de educação. Temos de restabelecer uma linha de autonomia que vivifique todos os tecidos do sistema educacional, desde o trabalho de classe até a ordem administrativa mais alta, não para se perder a unidade, mas para se conseguir a forma única de unidade, que não é prejudicial às instituições sociais vivas e dinâmicas: a unidade obtida pela emulação de meios e formas diversas com objetivos comuns e de que resultará uma consciência comum. Redargue-se, porém, que, não havendo cultura, nem técnica, nem esclarecimento suficiente, tal regime degenerará em verdadeiros absurdos. Nada me parece mais falso. Quanto mais fraco o professor, menos lhe poderemos impor a execução de algo rígido e uniforme em desproporção com a sua capacidade. A deformação, então, é que será monstruosa. Tudo que devemos e só o que poderemos fazer será assisti-lo, estimulá-lo, oferecer-lhe sugestões para lentamente reerguê-lo. E isto é o que se fará do novo regime de sanções indiretas, assistência e orientação. (TEIXEIRA, 1952, p.89).

Para Teixeira (1952) a autonomia das instituições promoveria a responsabilidade ao passo que o governo federal adotasse uma atitude diferenciada quanto ao seu regime de sanções. Ao invés das sanções o estímulo, dessa forma seria mais produtivo e certamente menos oneroso acompanhar os diversos problemas e desafios que apresentavam a educação no país na década de 1950.

O Governo Federal, aliviado da função administrativa, se constituirá, na execução da lei de diretrizes e bases, no órgão de supervisão e

assistência técnica e financeira do ensino, devendo prover se para tanto dos órgãos capazes, se os não tem, depurando e apurando a composição dos que já tem. Estudará todos os sistemas escolares e fará circular, entre os mesmos, o máximo de informações a respeito de suas estruturas, do seu funcionamento, das suas experiências, dos seus progressos e dos seus erros. Atento, pelos seus inquéritos, pelas suas visitas e pelos seus estudos, à marcha e desenvolvimento do ensino, exercerá uma ação permanente de assistência e de orientação, que será a mais eficaz, não só por ser desejada como por ser a mais inteligente. Ensaíará uma classificação das escolas, em cada Estado e em todo o país, mostrará que há boas e más escolas, graus diferentes de eficácia de ensino e desenvolverá planos para seu progresso mediante auxílios a ser concedidos em face de padrões novos atingidos. Será um regime de estímulos, a substituir o de sanções. — Que se perderá com isto? — São, por acaso, as imposições e sanções de hoje garantia da eficácia do ensino? — Qual de nós responderá que sim?

Em primeiro lugar, não há memória de sanções aplicadas e, quanto às imposições, elas se transformaram em verificações formalísticas, fáceis de cumprir por meio de "documentos hábeis", criando-se, em educação, algo como o regime de prestação de contas perante os Tribunais de Contas do país, em que a perfeição formal do documento substitui a indagação real do mérito. Temos que voltar ao regime do mérito. A educação não pode ficar reduzida à prova dos autos. Educação não é processo burocrático nem judiciário. Não estamos lidando com ficções ou convenções legais, mas com a natureza humana. É a cultura que está em jogo. E não poderemos promovê-la senão por um sistema complexo de estímulos e sanções indiretas, em situações de autonomia e responsabilidade. Por mais que re-pugne ao nosso espírito formalista e lógico essa organização empírica e livre, não vejo outro modo de se criar no país uma saudável e vigorosa atmosfera educativa. (TEIXEIRA, 1952, p.90).

Anísio Teixeira traz, sobretudo, um posicionamento de conciliação, ao colocar a inviabilidade dos resultados das sanções e imposições. Acredita ser a função de o governo federal realizar um conjunto de iniciativas em benefício do sistema educacional em sua heterogeneidade, sendo um grande apostador, não apenas, dos reflexos de sucessos dos segmentos envolvidos no ensino por se enquadrar na burocracia centralizadora, mas, principalmente, das instituições e segmentos que não tiveram condições de reproduzir esse alicerce de ruína.

Diante do exposto, percebemos que os debates contemporâneos a publicação e utilização dos primeiros manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade eram favoráveis a mudança política na estrutura de educação do país, envolvendo tanto o governo como a sociedade em geral, uma vez que esta seria a grande beneficiada com o rompimento das barreiras existentes nesse período.

CAPÍTULO 3 - O ENSINO DE GEOGRAFIA E OS MANUAIS ESCOLARES DE HILTON SETTE E MANUEL CORREIA DE ANDRADE

A coleção de manuais escolares de Geografia da autoria de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade era destinada ao ensino secundário. De acordo com a lei nº 4244 de 1942, aprovada no período que Gustavo Capanema era ministro da educação, durante a gestão de Getúlio Vargas, estava posto um ensino secundário voltado às exaltações patrióticas. A lei trazia, na finalidade do ensino secundário, a seguinte frase “Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística”, essa característica perdurou durante a década de 1950, em que se manteve forte na sociedade e também nos manuais escolares, tendo em vista à unidade nacional, como mostra a citação abaixo.

O período entre 1946 e 1961 foi marcado pela necessidade de reconstrução de uma sociedade democrática e da tentativa de desenvolvimento econômico e social. Diante desse quadro, a educação escolar cumpre um papel primordial: formar cidadãos para esse cenário político, tanto do ponto de vista da transmissão de valores positivos para a sociedade democrática, à unidade nacional, ao povo brasileiro, e à sua identidade; quanto da formação de pessoas qualificadas para as oportunidades de emprego nas áreas industrial, comercial e administrativa. (RIBEIRO, 2007, p.12).

Outro fator é que o currículo, conforme a lei de 1942, das escolas de ensino secundário, tanto o Ginásio como o Colegial Clássico ou Científico traziam segmentado as disciplinas Geografia Geral e Geografia do Brasil, como se tratassem de conhecimentos dissociados e sem relação, isso também acontecia em História Geral e História do Brasil. Os livros escolares, de 1950, obedecem a essa determinação, afirmado pelo título do livro que traz o nome da disciplina exigida pela Lei, Geografia Geral ou Geografia do Brasil de acordo com a série. A ênfase estava em estudar a Geografia do seu país de forma exclusiva e, portanto, carregada de valores patrióticos.

Observamos nos livros didáticos de 1950 um grande número de informações que eles trazem, sendo possível fazer uma leitura do período histórico recortado por meio da análise desses documentos escolares. “É possível examinar o núcleo constitutivo de uma disciplina escolar nos livros didáticos que, no caso brasileiro, assumiram um duplo papel, o de portadores dos conteúdos disciplinares e o de organizadores das aulas.” (GATTI JR., 2005, p.386).

Sobre isso a pesquisadora Maria Adailza Martins de Albuquerque durante o seu trabalho de doutorado fala dos currículos ativos e diz que a elaboração e prática das aulas de Geografia foram feitas e são feitas, por muito professores, com base nas informações e sequência de conteúdos trazidos no livro didático como principal ou única referência.

A partir da década de 1950, Aroldo de Azevedo, professor de Geografia e também titulado na disciplina que ensinava, ganha o mercado dos livros didáticos no Brasil com seus livros de Geografia do Brasil e Geografia Geral que vinha publicando desde a década de 1930. Mas, também aparecem novas figuras, no cenário do ensino de Geografia dos anos cinquenta, tais como: Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, professores de Geografia das escolas públicas e privadas de Pernambuco. As publicações destes autores e de Aroldo caminham paralelamente até a década de 1970.

De acordo com a Fundação Joaquim Nabuco, os primeiros livros publicados por Manuel Correia de Andrade foram os manuais escolares de Geografia em parceria com Hilton Sette, são eles: *Geografia do Brasil*, terceira série ginásial, 1952; *Geografia Geral* para a primeira série ginásial, 1954; *Geografia Geral* para a segunda série ginásial, 1954; e *Geografia Geral* para a quarta série ginásial, 1956.

Sobre a utilização dos manuais de Geografia de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, comentou este último em entrevista a Eliane Maury Fernandes, se referindo a década de 1950 “[...] Meu livro didático, hoje mais não porque tendia desaparecer porque já estão superados, mas no começo logo se adotou aqui em todos os colégios. As livrarias não tinham trabalho nenhum, mandava buscar na Editora do Brasil S.A., da companhia, da filial, 50 exemplares não esquentava nem a prateleira já tava vendido.” Os livros desses autores tinham circulação nacional, eram adotados em renomadas escolas do Estado de Pernambuco, como o antigo Estadual Pernambucano e o Colégio Vera Cruz.

No começo de sua carreira como professor universitário, entre os anos de 1952 e 1963, Manuel Correia publicou vários livros de geografia geral e do Brasil, em colaboração com Hilton Sette. Cada um desses livros alcançou, num espaço de tempo de duas décadas, uma ampla circulação na rede nacional de ensino médio, chegando, em alguns casos, a publicar 30 edições (GASPAR, 1996, *apud* CARVALHO, 2010).

Também, Manuel Correia de Andrade, em entrevista concedida a Rita de Cássia Araújo comentou a respeito de seus manuais escolares e da concorrência entre a

Companhia Editora Nacional, que publicava os manuais didáticos de Aroldo de Azevedo, e a Editora do Brasil, que publicou seus livros escolares.

Naqueles anos, a Editora do Brasil, de São Paulo, resolvera adotar uma estratégia para enfrentar a Companhia Editora Nacional “que tinha o monopólio da edição de livros didáticos”. Manuel Correia relata este processo: “ele [o editor] achava que, para fazer livros, em São Paulo e no Rio, os melhores autores já estavam comprometidos. Então ele resolveu vir para o norte pegar professores que escrevessem livros didáticos competitivos. Aqui ele contratou Hilton, que era um bom professor de geografia, competente, mas era um pouco lento. E tinha de fazer, de uma carrada, sete livros: quatro para o curso ginasial e três para o curso colegial. Hilton me convidou para me associar a ele. Então, nós fizemos esses livros, que tiveram uma aceitação boa, no Brasil inteiro” (ARAÚJO, 2004, p.102).

Manuel Correia de Andrade havia sido aluno de Hilton Sette durante o Curso Secundário no Liceu Pernambucano, e em 1952, era seu colega de trabalho no Colégio Vera Cruz.

Para melhor compreensão didática continuaremos discutindo o tema desse capítulo a partir dos seguintes recortes textuais: O conteúdo dos manuais escolares de Geografia de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade; A Região como conceito destaque no manual escolar de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade; As marcas de leitura nos manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade; Os manuais escolares de Geografia de outros autores publicados na década de 1950; Cultura escolar e ensino de Geografia. Dividimos esse capítulo nessa sequência para efeito de organização, embora o diálogo seja muito relacionado entre essas abordagens.

3.1- O conteúdo dos manuais escolares de Geografia de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade

No Livro *Geografia do Brasil Terceira série ginasial* (3ª edição, Editora do Brasil, São Paulo: 1958) de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade encontramos a informação de que o livro está de acordo com o programa educacional da época, ou seja, a Portaria nº 1045 de 14 de dezembro de 1951. Observamos um grande esforço por parte dos autores em transmitir aos leitores que a organização dos temas estava igual ao do referido programa. Nas páginas iniciais desse livro, antes da apresentação do índice, estava o programa da citada portaria, possibilitando ao leitor fazer uma leitura comparativa entre o índice e o programa e, assim, comprovar a informação em destaque,

escrita logo após a capa do livro “De acôrdo com a Portaria n.º 1045 de 14 de dezembro de 1951”.

Décio Gatti e outros autores ao discutir o livro didático trazem a argumentação de que as editoras, na década de 1990, usavam o frontispício “De acordo com a proposta oficial” para terem seus produtos bem aceitos no mercado. Porém não se tratava de uma estratégia exclusiva desse período, pois os livros da década de 1950 já traziam informação semelhante “De acordo com o programa oficial”, “de acordo com o Colégio Pedro II”, se valendo de muitos dos mesmos benefícios, como a confiança dos leitores e do próprio governo.

O manual escolar, *Geografia do Brasil* para a quarta série ginásial, publicado em 1956 por Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade tem como programa de conteúdos o estudo regional do Brasil. Em seguida, o livro apresenta o conceito de região natural e o estudo das cinco regiões brasileiras de acordo com a regionalização proposta por Delgado de Carvalho. Conforme essa divisão regional o Brasil é constituído das seguintes regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. Os autores de livros escolares de Geografia, nesse período, organizavam o conteúdo sobre cada região apresentando à descrição física, o povoamento, a divisão em estados, as cidades, a vida cultural, os recursos econômicos e a circulação, como mostram o programa e o índice do livro na página seguinte.

Da análise realizada nos manuais escolares, desse período, os livros de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade são os que, do ponto de vista geográfico, mesmo de forma bastante tímida vão rompendo com a uniformidade em relação ao programa oficial, embora a estrutura geral se apresente quase idêntica a esse balizador teórico. Por exemplo, os autores ousam substituir o termo recursos econômicos por vida econômica ou aspectos econômicos. Também insere o adjetivo “Grande”, antecedendo ao nome de cada uma das regiões estudadas, o que sugere uma crítica implícita a regionalização adotada, devido ao tamanho e diferenças das regiões oficializadas pelo IBGE.

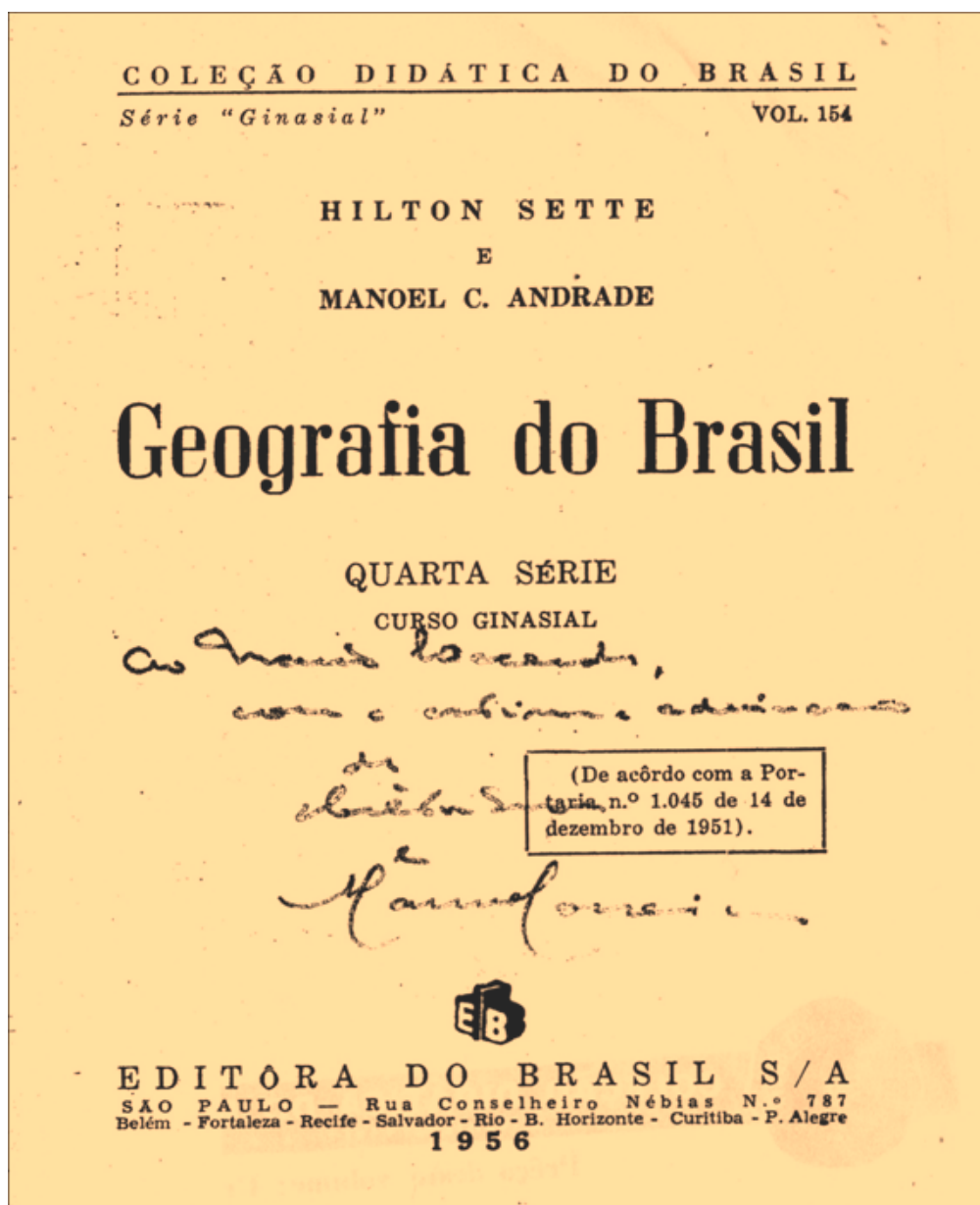


Imagem 10: Página inicial do livro Geografia do Brasil de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1956.

Fonte: Acervo do NAPA- Núcleo de apoio a pesquisa acadêmica, 2008.

Podemos ler nessa página uma possível dedicação dos autores do livro, que diz: “Ao irmão Lacerda com a confiança e dedicação”.

Este exemplar apresenta alguns erros simples de ortografia e organização o que pode nos indicar que os livros desse período não passavam por uma rigorosa revisão textual, ou mesmo pelo que foi dito na entrevista supracitada com Manuel Correia de Andrade, em que ele afirma que ele e Hilton Sette tiveram que produzir de uma só vez sete manuais para a Editora do Brasil, ou seja, a coleção completa do ensino secundário.

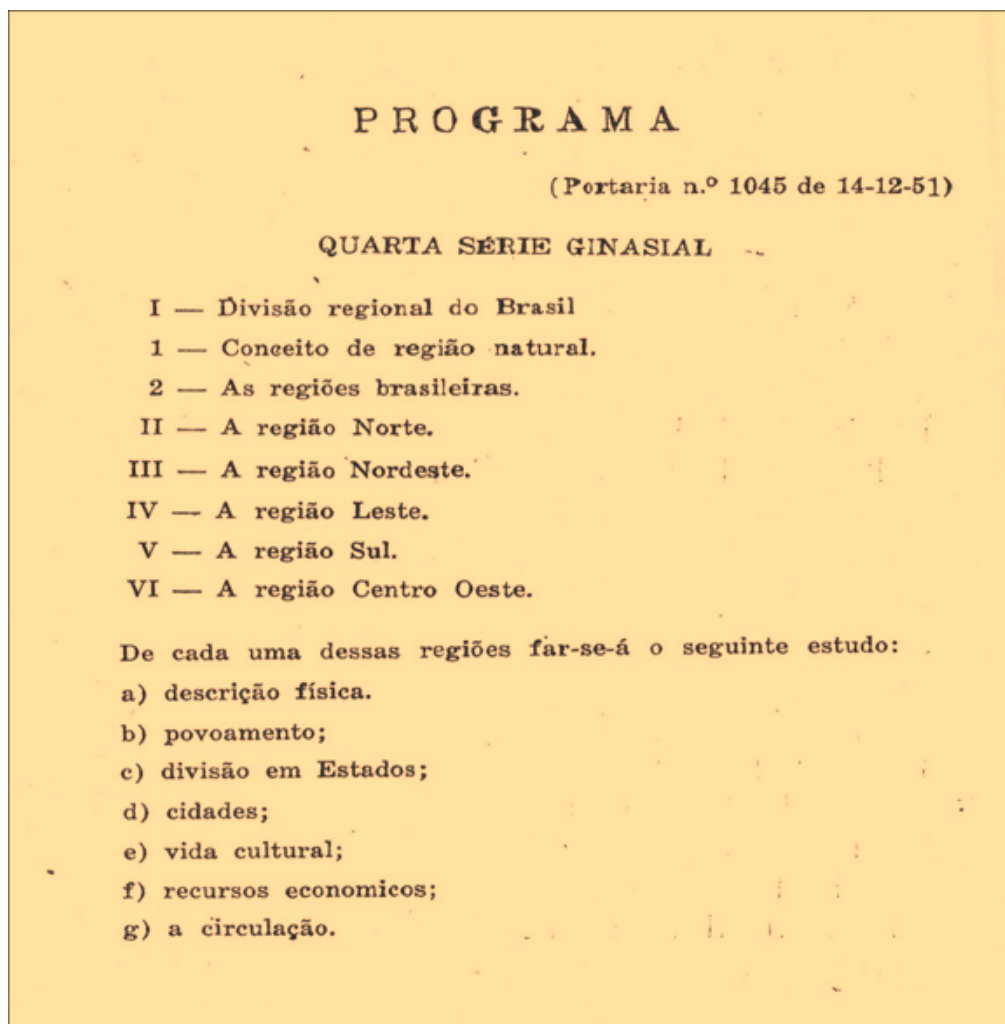


Imagem 11: Página inicial do livro Geografia do Brasil de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1956.

Fonte: Acervo do NAPA- Núcleo de apoio a pesquisa acadêmica, 2008.

Esse programa sugere a produção de um trabalho meramente descritivo, em que são dados os pontos dos textos e os autores precisam apenas preencher. Mas, apesar dessa característica os manuais trazem com relação à Geografia física um material muito completo, com explicações que se aprofundam na origem dos conceitos e significados para a natureza, embora não acentue uma discussão que relacionasse a sociedade daquele período nesse processo.

Percebe-se também que é, no geral, uma produção muito estreitada ao conhecimento histórico descritivo, principalmente quando se refere ao povoamento.

Na página seguinte, podemos comparar a uniformidade entre o Programa destinado a esta série e o índice do manual escolar correspondente, ou seja, Geografia do Brasil, quarta série ginásial, publicado em 1956.

ÍNDICE	
UNIDADE I	
<i>Capítulo I</i>	
Conceito de Região Natural — As Regiões Brasileiras	13
UNIDADE II	
<i>Capítulo II</i>	
A Grande Região Norte — Aspecto Físico e Regiões Naturais	2
<i>Capítulo III</i>	
A Grande Região Norte — Aspectos Humanos	3
<i>Capítulo IV</i>	
A Grande Região Norte — Vida Econômica	45
UNIDADE III	
<i>Capítulo V</i>	
A Grande Região Nordeste — Aspectos Físicos e Regiões Naturais	57
<i>Capítulo VI</i>	
A Grande Região Norte — Aspectos Humanos	71

Imagem 12: Índice do livro *Geografia do Brasil* de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1956.

Fonte: Acervo do NAPA- Núcleo de apoio a pesquisa acadêmica, 2008.

No índice desse manual *Geografia do Brasil*, na unidade III, capítulo VI, a partir da página 71, continua o estudo sobre a “Grande Região Nordeste” e não sobre a “Grande Região Norte” como está no índice, o que sugere ter sido um erro de digitação dos autores ao trocar o nome da Região Nordeste pela Região Norte.

A continuação desse índice segue na próxima página, apresentando as demais regiões, e o estudo dos seus aspectos físicos, humanos e econômicos.

10	HILTON SETTE E MANUEL C. DE ANDRADE	
	<i>Capítulo VII</i>	
	A Grande Região Nordeste -- Aspectos Econômicos	85
	UNIDADE IV	
	<i>Capítulo VIII</i>	
	A Grande Região Leste — Aspectos Físicos	103
	<i>Capítulo IX</i>	
	A Grande Região Leste — Aspectos Humanos	119
	<i>Capítulo X</i>	
	A Grande Região Leste — Aspectos Econômicos ..	15
	UNIDADE V	
	<i>Capítulo XI</i>	
	A Grande Região Sul — Aspectos Físicos	15
	<i>Capítulo XII</i>	
	A Grande Região Sul — Aspectos Humanos	163
	<i>Capítulo XIII</i>	
	A Grande Região Sul — Aspectos Econômicos	175
	UNIDADE VI	
	<i>Capítulo XIV</i>	
	A Grande Região Centro-Oeste — Aspectos Físicos e Regiões Naturais	191
	<i>Capítulo XV</i>	
	A Grande Região Centro-Oeste — Aspectos Humanos	203
	<i>Capítulo XVI</i>	
	A Grande Região Centro-Oeste — Vida Econômica	211

Imagem 13: Continuação do índice do livro *Geografia do Brasil* de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1956.

Fonte: Acervo do NAPA- Núcleo de apoio a pesquisa acadêmica, 2008.

No livro *Geografia Geral para o Curso Colegial*, segunda série, da autoria de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade podemos observar a característica do livro como um espaço de expressão individual do autor para fazer homenagem, como na frase “Ao Dr. Joaquim Correia de Andrade homenagem sincera de um amigo e de um filho”. Esse tipo de informação confirma o quanto os livros escolares tinham importância para os seus autores, tendo em vista que eles dedicavam a pessoas muito próximas.

As páginas principais dos livros de Geografia de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, bem como de outras disciplinas e outros autores do período, confirmam a questão colocada por Anísio Teixeira sobre a uniformização dos programas disciplinares, bem como a forma idêntica entre os pontos desse programa e o índice dos livros. Observemos as imagens seguintes:

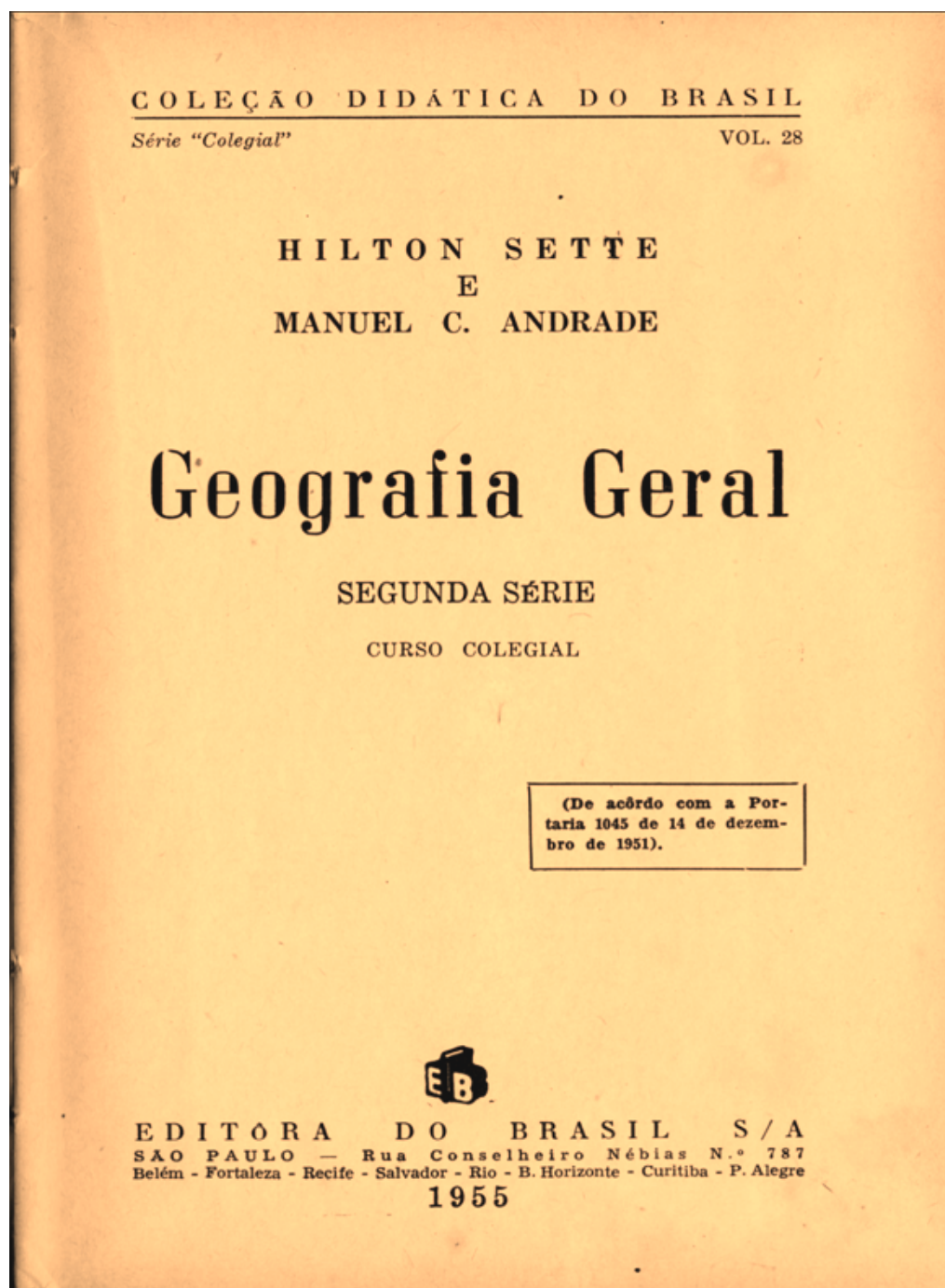


Imagem 14: Página inicial do livro Geografia geral segunda série colegial de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1955.

Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

O autor indica em destaque que o manual escolar está de acordo com programa da portaria oficial, de 14 de dezembro de 1951. A imagem seguinte apresenta esse programa que orienta o ensino de Geografia para a segunda série do curso colegial.

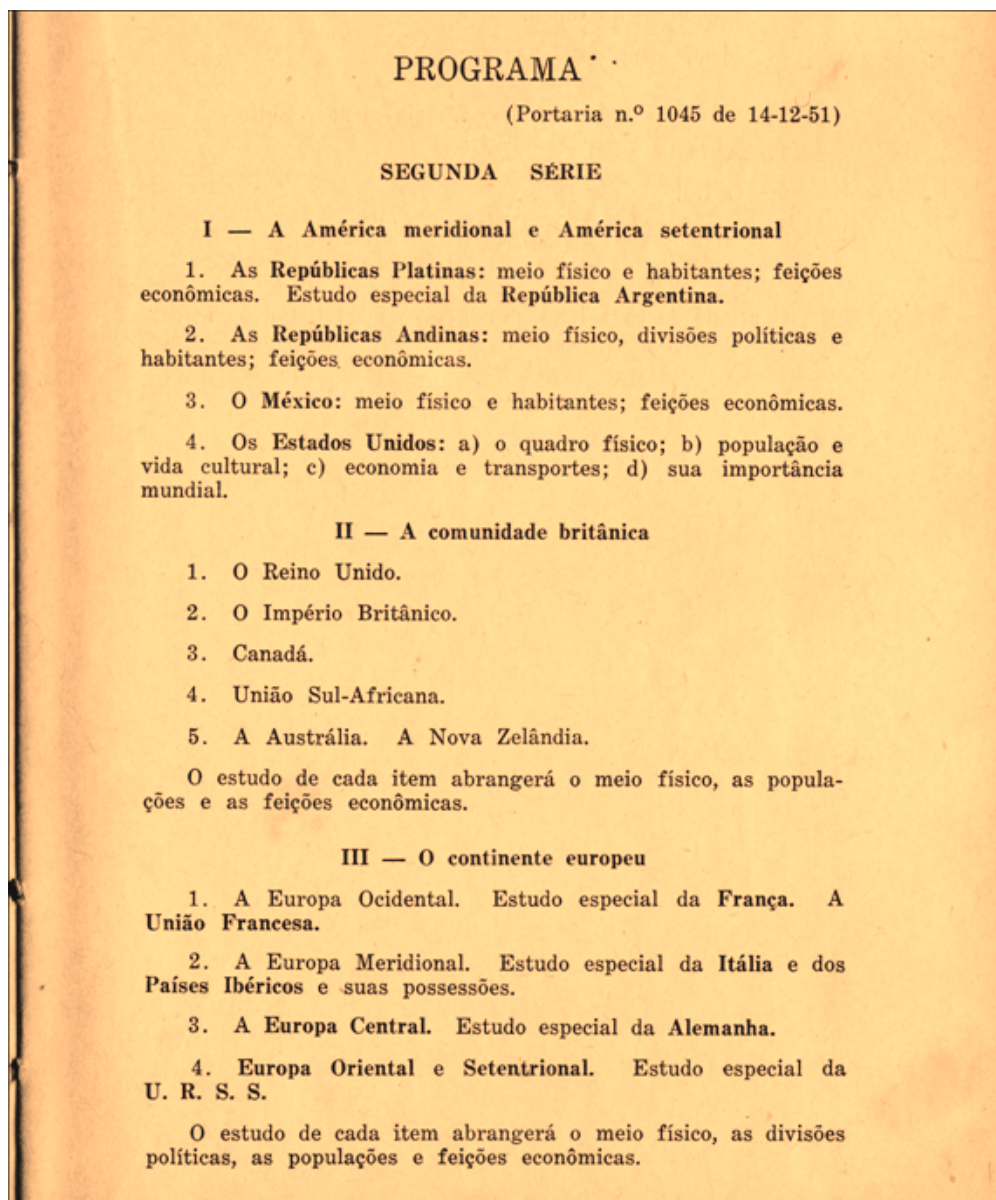


Imagem 15: Página inicial do livro Geografia geral segunda série colegial de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1955.

Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

IV — A China e o Japão

1. Estudo do meio físico, divisões políticas, populações e feições econômicas da China.
2. Idem, idem do Japão.

V — O Indostão, Pérsia, Ásia menor, Egito

1. A Índia atual.
2. O Irã.
3. Os países da Ásia Menor.
4. O Egito.

O estudo de cada item abrangerá o meio físico, as divisões políticas e feições econômicas.

Imagem 16: Continuação página inicial do livro Geografia geral segunda série colegial de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1955.
Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

ÍNDICE.

PRIMEIRA UNIDADE: — A América Meridional e a América Setentrional

CAPÍTULO PRIMEIRO

Os países platinos	15
República Argentina	16
Repúblicas do Uruguai e do Paraguai	31

CAPÍTULO SEGUNDO

Os países andinos	37
-------------------------	----

CAPÍTULO TERCEIRO

O México	52
----------------	----

CAPÍTULO QUARTO

Os Estados Unidos	60
-------------------------	----

SEGUNDA UNIDADE: — A Comunidade Britânica

CAPÍTULO QUINTO

O Reino Unido	79
---------------------	----

CAPÍTULO SEXTO

O Império Britânico	98
---------------------------	----

CAPÍTULO SÉTIMO

O Canadá	107
----------------	-----

CAPÍTULO OITAVO

A União Sul-Africana	117
----------------------------	-----

CAPÍTULO NONO

A Austrália	129
-------------------	-----

CAPÍTULO DÉCIMO

Nova Zelândia	141
---------------------	-----

TERCEIRA UNIDADE: — O Continente Europeu

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO

A Europa Ocidental	149
A França e a União Francesa	149
A França	153
A União Francesa	169

Imagem 17: Índice do livro Geografia geral segunda série colegial de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1955.

Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

HILTON SETTE e MANUEL C. ANDRADE	
CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO	
A Europa Meridional	180
A Península Ibérica	180
A Península Itálica	188
A Península Balcânica	198
CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO	
A Europa Central	204
Estudo Especial da Alemanha	204
A Alemanha	204
A Polônia	215
A Europa Central-Alpina e Danubiana	218
CAPÍTULO DÉCIMO QUARTO	
A Europa Setentrional	228
CAPÍTULO DÉCIMO QUINTO	
A U. R. S. S.	234
QUARTA UNIDADE: — A China e o Japão	
CAPÍTULO DÉCIMO SEXTO	
A China	253
O Japão	259
QUINTA UNIDADE: — O Indostão, a Pérsia, a Ásia e o Egito	
CAPÍTULO DÉCIMO SÉTIMO	
A Índia atual	267
CAPÍTULO DÉCIMO OITAVO	
O Iram	273
CAPÍTULO DÉCIMO NONO	
Os países da Ásia Menor	277
A Turquia	277
A Síria	278
A Palestina	279
A Arábia	281
CAPÍTULO VIGÉSIMO	
O Egito	282

Imagem 18: Continuação do Índice do livro Geografia geral segunda série colegial de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1955.

Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

Esse manual escolar é formado por cinco unidades e vinte capítulos. A primeira unidade estuda a América Meridional e a América Setentrional, formada pelos países platinos, os países andinos, o México e os Estados Unidos.

O programa oficial de Geografia para a segunda série colegial era dividido em cinco eixos de estudo o que indica serem as cinco unidades do manual, e dezenove itens

de estudo que sugere os capítulos. O manual dos autores citados corresponde a essa determinação, com uma pequena alteração que é o acréscimo de um capítulo para a Nova Zelândia separado do capítulo da Austrália.

Os mapas desse manual eram elaborados com poucos recursos e não tinham referência, assim como a maior parte dos quadros estatísticos. Já algumas imagens presentes ao longo do texto, apresentam referência, indicando terem sido reproduzidas pela Revista Esso. As fotos sobre a República Argentina apresentam a legenda em espanhol, como por exemplo, as fotos sobre o “Pôrto fluvial de corrientes” e a “Plaza de Mayo” (p. 24 e 25).

Por meio da investigação nos livros escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, conseguimos perceber, entre outras características, a adaptação e reformulação dos textos didáticos as correntes de pensamento defendidas pelos autores dos manuais, bem como as suas principais influências teóricas.

Outra característica desse período, e ainda presente nas escolas atuais, era o fato de um professor ensinar mais de uma disciplina na escola. Por exemplo, o professor, Hilton Sette ensinava além de Geografia, a disciplina Matemática. De acordo com a entrevista concedida a Eliane Fernandes, na década de 1980, Hilton Sette revela que esteve à frente da disciplina matemática de 1937 a 1950, lecionando no Ginásio Pinto Júnior e no Colégio Senhora Maria do Carmo, além de outras instituições escolares, como: Maria do Carmo Cordeiro, Eucarítico, Carneiro Leão, Colégio Nóbrega, Marista, Vera Cruz e Fafire. Ficou ensinando mais tempo no Colégio Vera Cruz, até que precisou se afastar porque perdeu sua visão ensinando Geografia, segundo ele.

Com a leitura dos livros escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade podemos conhecer as principais obras de referência utilizadas na elaboração dos mesmos, pois os próprios manuais trazem essa informação. São periódicos científicos como a *Revista Brasileira de Geografia* (sem data), o *Boletim Geográfico* (1951), *Fisionomia do Brasil* (sem data); e os livros: *o Brasil e suas riquezas* (1953); *Estância Gaúcha* (1954); *Fazendas de Cacau na Bahia* (1954); *Geografia dos Transportes no Brasil* (1949); *Geografia da Fome* (1946); *Introdução a Antropologia Brasileira* (1943); e *Moral e Civismo* (1927).

Os autores consultados por Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade para elaboração dos seus manuais foram Pierre Deffontaines (sem data), Delgado de

Carvalho (sem data), Josué de Castro (1946), Lísia Maria Cavalcanti Bernardes (1951), Prof. Affonso Várzea (sem data), Prof. Lúcio de Castro Soares (1951), Lindalvo Bezerra dos Santos (1951), Artur Ramos (1943), Waldemiro Potsch (1953), Mário Sette (1927), Moacir M. F. da Silva (1949), Raymond Furon (1951), Clovis Caldeira (1954), Dante de Laytano (1954). Essas publicações têm diferentes datas, estando compreendidas entre 1927 e 1954. Percebemos a influência da corrente de pensamento francesa nos manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade pela presença do geógrafo francês Pierre Deffontaines e Delgado de Carvalho, filho de brasileiros e nascido na França. Delgado de Carvalho com formação francesa trouxe para o Brasil o que havia de inovações das escolas européias, sendo interpretado no Brasil como um pioneiro solitário e um batalhador incansável. (SANTIAGO, 1990, p. 13).

Como podemos observar as referências utilizadas, para elaboração do texto dos manuais escolares, eram todas voltadas ao conhecimento geográfico. Não havia abertura para se fazer um diálogo com as discussões do conhecimento pedagógico, como se esses fossem desnecessários e pouco dignos para pensar e elaborar os materiais do ensino secundário. A questão é que estamos falando de excelentes professores do ensino secundário das renomadas escolas públicas e privadas de Pernambuco, na época, também professores assistentes da universidade do Recife, defensores das idéias francesas que representavam grandes possibilidades de mudança. Também eram autores cuja produção escolar tinha aceitação nacional, entretanto, essa produção estava compreendida em um período conhecido como Geografia tradicional, cuja mentalidade da sociedade estava presa a Geografia e ao ensino do passado, embora Manuel Correia de Andrade já representasse uma exceção nesse período.

Também por meio da investigação em outros livros escolares observamos o conteúdo político destacado nos livros didáticos em geral, como era o caso dos livros escolares de Delgado de Carvalho, no início do século XX, e Aroldo de Azevedo, durante o mesmo século, que traziam uma orientação tipicamente nacionalista. Como também os próprios livros da década de 1950, que ao se distanciar da discussão política, social e econômica da época se afirmam por meio de uma orientação, aquela do alheamento em nome de uma suposta neutralidade científica.

A portaria de 1951 estava fixada na segunda capa do livro, numa espécie de marketing para atrair a comunidade escolar da época bem como satisfazer a recomendação do governo pela oficialização do ensino, tendo em vista a rigidez da

escola desse período e as determinações por um ensino nacionalizado, em que as escolas funcionavam como propagadoras desse ideal político de uniformidade brasileira.



Imagem 19: Parte interna do livro Geografia geral de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1959.
Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

Os manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade trazem um resumo ao final de cada capítulo, atendendo assim uma das necessidades de estudo da época, a de memorização de conteúdos.

Ao compararmos a terceira edição de 1958 do livro *Geografia do Brasil* e a quarta edição de 1962, percebemos que não houve mudança de conteúdo entre elas, apesar de serem quatro anos a diferença de publicação. Os programas de 1951 continuaram sendo referência para as demais edições do livro, como podemos verificar nas imagens seguintes do livro *Geografia do Brasil* de 1962:



Imagem 20: Página inicial do livro *Geografia do Brasil* de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1962.

Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

PROGRAMA

(Portaria 1045 de 14-12-51)

TERCEIRA SERIE GINASIAL

I — O espaço brasileiro

1. O espaço e a posição.
2. O relêvo.
3. O litoral.
4. Os climas.
5. A hidrografia.
6. O revestimento vegetal.

II — A população brasileira

1. Formação étnica; etnias.
2. Línguas e religiões.
3. Distribuição da população.
4. Imigração.
5. A habitação e a alimentação.
6. As fronteiras.

III — Organização política e administrativa

1. A organização constitucional.
2. A divisão política do país. A União. Os Estados. O Distrito Federal. Os Territórios.
3. A divisão municipal.

IV — Circulação. Os sistemas de viação.

1. Os transportes: estradas de rodagem; estradas de ferro; navegação marítima e fluvial; a aviação.
2. As comunicações: correios, telégrafos, telefone, rádio.

Imagem 21: Página inicial do livro Geografia do Brasil de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1962.

Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

8 HILTON SETTE e MANUEL C. DE ANDRADE

V — A produção agrícola

1. Solos agrícolas; esgotamento e conservação.
2. Os principais produtos de origem vegetal.
3. Defesa da produção agrícola.

VI — A produção mineral e animal

1. Recursos minerais.
2. Criação de animais; produtos de origem animal.

VII — A indústria e o comércio

1. Recursos minerais.
2. As fontes de energia.
3. A evolução industrial e as principais indústrias nacionais.
4. O comércio interno e o comércio exterior.

Imagem 22: Continuação da página inicial do livro Geografia do Brasil (1962) de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade que contém o programa de 1951.
Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

Í N D I C E	
PRIMEIRA PARTE	
(GEOGRAFIA FÍSICA)	11
Capítulo I	
Situação Geográfica, Forma e Dimensão do Brasil	13
Capítulo II	
Aspectos do litoral	20
Capítulo III	
O Relêvo Brasileiro	34
Capítulo IV	
Tipos Climáticos	49
Capítulo V	
A Hidrografia Brasileira	58
Capítulo VI	
O Revestimento Vegetal	80
SEGUNDA PARTE	
(GEOGRAFIA HUMANA)	91
Capítulo VII	
Formação Étnica e Cultural	93

Imagem 23: Índice do livro Geografia do Brasil (1962) de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade.

Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

10	HILTON SETTE e MANUEL C. DE ANDRADE	
	Capítulo VIII	
As Fronteiras		104
	Capítulo IX	
A Habitação e a Alimentação		112
	Capítulo X	
A População Brasileira e sua Distribuição Geo- gráfica		123
	Capítulo XI	
Geografia Política do Brasil		134
	Capítulo XII	
Os Sistemas de Transporte no Brasil		145
	Capítulo XIII	
As Comunicações		162
	<i>TERCEIRA PARTE</i>	
(GEOGRAFIA ECONÔMICA)		169
	Capítulo XIV	
O Extrativismo no Brasil		171
	Capítulo XV	
Os Solos Agrícolas		185
	Capítulo XVI	
Os Principais Produtos Agrícolas		195
	Capítulo XVII	
A Criação de Animais		209
	Capítulo XVIII	
As Indústrias de Transformação e o Comércio		221

Imagem 24: Continuação do Índice do livro Geografia do Brasil (1962) de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade.

Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

Observamos nesse material a mesma característica dos manuais de 1950, em que o índice e a discussão do livro apresentavam total uniformidade com o programa oficial e suas respectivas instruções. Não havendo abertura para o autor propor inovações, isso reflete diretamente, de forma prejudicial, na metodologia do manual escolar, que permanece distante do que apontavam os estudiosos do período como necessário às transformações do ensino secundário, especialmente os debates acerca das

questões pedagógicas que tinham sido centro das questões educacionais desde a década de 1930.

Pensamos em algumas questões para tentar entender porque entre a terceira e a quarta edição desse compêndio nada foi alterado. Será que as editoras compreendiam que pela dificuldade de acesso ao livro, a edição anterior poderia ser reutilizada e por isso eles não atualizaram as informações? A argumentação mais coerente é o fato de que não houve mudança significativa nos métodos de estudo e nas práticas de ensino em Geografia, no que se refere aos programas e as vivências em sala de aula. Assim por razões de lucratividade as editoras não pretendiam desprender recursos, transformando textos e atualizando imagens e tabelas, embora houvesse necessidade de modificação, nesse período de quatro anos, ou seja, de 1958 a 1962.

Então surge outra questão: Quanto tempo os livros permaneciam no mercado sendo reeditado e sem passar por uma reelaboração consistente? Percebe-se então, a partir da observação e comparação de diferentes manuais escolares, que os livros didáticos de Geografia são documentos que refletem a metodologia adotada para essa disciplina escolar. Poucos autores de livros didáticos, nesse período, ousavam trazer uma abordagem diferenciada que fosse mais próxima dos saberes dos alunos e possibilitasse uma leitura prazerosa dos textos e, portanto, reflexiva, apesar das críticas que já vinham sendo feita desde o início do século XX, por Delgado de Carvalho (1925). Isso decorreu por muitos motivos, um deles seria a própria estrutura de ensino que a sociedade brasileira estava acostumada e que envolvia editores, diretores, professores e autores, freando, dessa forma, iniciativas que causassem polêmicas, outro motivo está correlacionado ao anterior: não afrontar aos princípios da boa educação tradicional.

Quanto ao aspecto material dos livros escolares de Geografia, na década de 1950 eles variavam de acordo com a editora e os autores, por exemplo, os livros de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, na década de 1950, não traziam imagens na capa, apenas o nome do livro em tamanho de destaque, como mostra a imagem adiante do manual escolar *Geografia Geral segunda série colegial*, publicado em 1955.

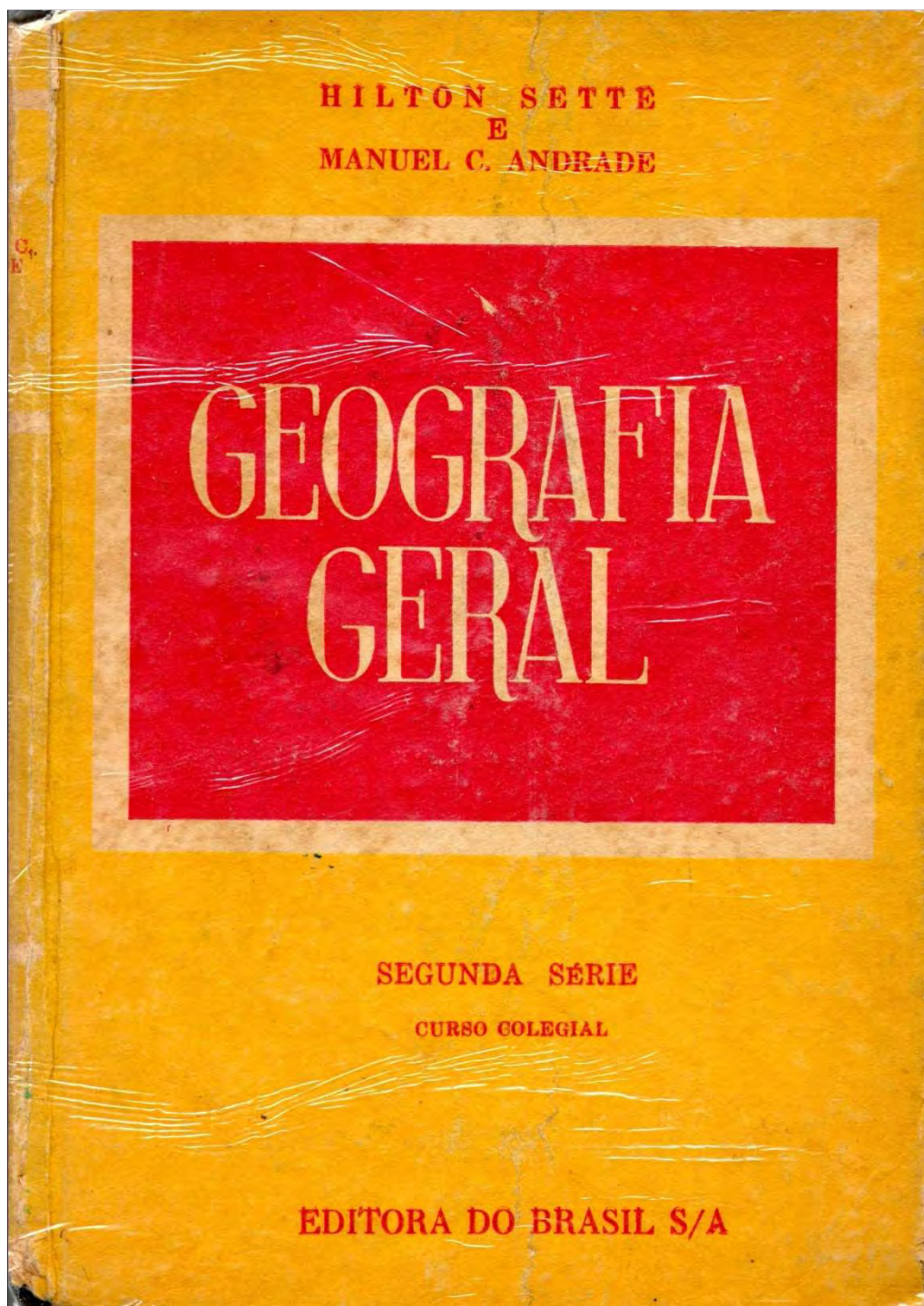


Imagem 25: Capa do livro Geografia geral de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1955.

Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

As imagens na capa dos livros escolares desses autores vão aparecer apenas no final da década de 1960 em edições posteriores.

Outro fator interessante, é que esses livros mostram o valor que os mesmos eram vendidos. Acreditamos que o preço do livro variava de acordo com o ciclo de

ensino e com os recursos estéticos (imagens, mapas, cor, etc.) utilizado para elaboração do mesmo. Os livros de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade traziam o preço do volume na capa de trás. Por exemplo, o Livro *Geografia do Brasil Terceira série ginásial*, publicado em 1962 era vendido a CR\$ 180,00. Já o livro *Geografia Geral da primeira série do curso colegial*, publicado em 1959 era vendido a CR\$ 70,00. Os preços dos manuais de Geografia variavam muito, entre o início da década de 1950 e 1960, haviam manuais de vinte, trinta, cinquenta, setenta e até cento e oitenta cruzeiros, como era o caso do livro, *Geografia do Brasil terceira série ginásial*, de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, publicado em 1962.

Observe a capa de traz do livro de Andrade e Sette utilizado na primeira série colegial (1959):



Imagem 26: Capas do livro *Geografia geral* de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade.
Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

Os demais livros, encontrados durante a nossa catalogação no Núcleo de Apoio a Pesquisa Acadêmica da Universidade Federal de Pernambuco (NAPA), também

trazem indicação de valor por unidade, mas pelo desgaste que se encontra não é possível ver e fotografá-lo.

Questionado sobre as diferenças entre o ensino de períodos anteriores e o ensino atual, Hilton Sette argumenta que o conteúdo do livro escolar de 1950 era mais desenvolvido, completo e adiantado, do que os conteúdos de Geografia geral e do Brasil dos seus livros escolares da década de 1980.

Eliane- professor, voltando ainda ao magistério, o senhor poderia estabelecer um paralelo entre o ensino daquela época e o ensino atual?
Hilton- Pois não, eu para isso basta dar um exemplo pessoal e profissional, [...] Os nossos primeiros livros de geografia, que eram indicados antigamente ao curso ginásial da primeira até a quarta série ginásial, a primeira e segunda série geografia geral, a terceira e a quarta geografia do Brasil, o nosso livro de geografia da primeira série do curso ginásial, geografia geral, não digo que a linguagem, mas o conteúdo, o conteúdo do texto do livro era muito mais desenvolvido, muito mais completo, muito mais adiantado, do que os nossos atuais geografia geral e do Brasil, que ainda são adotados no atual segundo ciclo, no preparatório do vestibular, se pegasse o nosso livro da primeira série ginásial, geografia geral, e colocasse nas mãos dos que estão hoje na quinta série do primeiro ciclo, não sabiam nem ler, quanto mais compreender, aí a gente vê o despreparo como hoje está se apresentando os nossos rapazes, jovens, alunos, que freqüentam os colégios e as universidades. (FERNANDES, 1981).

Hilton Sette, nessa entrevista, explica que seu livro *Geografia Geral para a primeira série ginásial* (1954), elaborado com Manuel Correia de Andrade foi reformulado no final de 1950 e publicado na década de 1960 com o título *Introdução a ciência geográfica* com o objetivo de adaptar a linguagem para professores e alunos.

Para falar do meu tempo, meu tempo de estudante eu estudei anatomia na quinta série, nós estudávamos história natural e física em livros de francês, hoje no curso superior quando eu lecionava e dava bibliografia e por acaso havia citação de um compêndio de geografia humana francesa, porque a geografia humana os franceses ainda são grandes mestres, a revelação vinha de imediato ‘eu não sei francês’, em espanhol ‘eu não sei espanhol’, e nossos livrinhos de geografia também são um teste para essa confirmação, nosso livrinho de primeira série até para os professores já no fim nós modificamos, alteramos, a primeira série do curso de geografia, mil novecentos e cinquenta e poucos, nós reformulamos ele, publicamos já na década de 60 com o nome introdução a Ciência Geográfica, para os alunos da primeira série do curso ginásial de então, reformulamos, mas reformulamos no sentido de alinhar, facilitar, diminuir o conteúdo, a

linguagem ser mais acessível, baixar mais o nível de conhecimentos que nós estávamos transmitindo. (FERNANDES, 1981).

O conteúdo deste manual foi então reformulado, o título mudado, a linguagem se tornou mais acessível à leitura dos alunos e o nível dos conhecimentos se tornou adequado a série a que se destinava, pois não dava mais para elaborar um manual sem as críticas da sociedade e da própria escola que havia passado por muitas transformações. O período histórico posterior exigia a elaboração de um material pedagógico próprio para escola e não um manual escolar que tinha como referência única e exclusiva os livros publicados para uso nas universidades, e, portanto desinteressantes ao público adolescente.

Os livros de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade marcam um período em que os livros escolares eram produzidos por autores provenientes da escola, com vivências no ensino, visto que eram professores de Geografia e autores de livros escolares da mesma disciplina que lecionavam. Entretanto, devemos considerar que os manuais escolares desse período, andavam na mesma linha que a escola rígida, o governo opressor e a sociedade conservadora.

3.2- A Região como conceito destaque no manual escolar de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade

No livro da quarta série ginásial *Geografia do Brasil* de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade os autores realizam um estudo regional, tal como exigia o currículo nacional. O conceito de Região é trabalhado ao longo deste livro, em que é apresentada uma classificação regional, estando os conteúdos inseridos nesse modelo de organização.

Explicando aos leitores o debate na Geografia em torno da regionalização brasileira os autores escrevem ao abordar o tema nesse manual:

Desde que o problema das regiões naturais começou a agitar os meios científicos, que alguns estudiosos tentaram dividir o nosso país dentro deste critério, como Martins, André Rebouças, Eliseé Reclus, mas levando em consideração aspectos que não eram propriamente geográficos. Depois apresentou Said Ali interessante divisão em 5 regiões que foi posteriormente (1913) aceita e modificada pelo Prof.

Delgado de Carvalho, indiscutivelmente, o homem que iniciou o movimento de modernização da geografia brasileira. Outras divisões foram ainda propostas por Pierre Denis, Betim Paes Leme, Moacir Silva e o Pe Geraldo Pauwels. As instituições oficiais adotavam, cada uma, divisões próprias, o que gerava grande confusão, levando o Prof. Fábio de Macêdo Soares Guimarães a fazer meticoloso estudo sobre o problema e a sua aplicação ao Brasil e propor ao I.B.G.E. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a adoção oficial da divisão de Delgado de Carvalho. (ANDRADE, SETTE, 1956, p.16).

Em seguida, os autores apresentam o mapa do Brasil de acordo com a divisão regional proposta por Delgado de Carvalho e aceita pelo IBGE. Como podemos observar, abaixo:



Imagem 27: Página do livro Geografia do Brasil de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1956, p.17.

Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

Após apresentar as cinco regiões e os estados que dela faziam parte, os autores dizem:

Esta é, inicialmente, a melhor divisão regional do Brasil, dentre as propostas, por apresentar algumas regiões bem homogêneas e por consultar interesses administrativos e didáticos, ao fazer coincidir as divisões regionais com as fronteiras políticas. Entretanto ela apresenta graves inconvenientes, como colocar na Região Centro-Oeste, a parte setentrional de Goiás e Mato-Grosso e, na Nordeste, a parte ocidental do Maranhão que apresentam características verdadeiramente amazônicas; incluir o Piauí e o Maranhão no Nordeste, quando, possuindo estes dois estados características próprias bem acentuadas, não formam apenas uma zona de transição, mas uma verdadeira grande região natural; e ainda separar do Nordeste, zona semi-árida da Bahia e Sergipe, que deveriam pertencer a esta região, etc. Tais inconvenientes são, porém, suplantados por aquelas vantagens anteriormente assinaladas. (ANDRADE, SETTE, 1956, p.18).

Dessa forma estabelecem uma crítica a regionalizações constituídas, apesar de entenderem ser esta a melhor regionalização entre outras estudadas, propondo as modificações citadas na Região Centro-Oeste, na Região Nordeste e Leste, além de sugerir a criação de outra Região que agrupasse o Piauí e o Maranhão. Trazer esse debate em um livro didático, não era comum para a época, pois este evidencia que a Geografia não era algo definitivo, mas sim, em processo de construção, coisa pouco comum para os manuais da época.

A primeira Região apresentada é a Norte, formada por dois estados, Amazonas e Pará, e quatro territórios, Rio Branco, Amapá, Acre e Guaporé. No seu aspecto populacional é informado que a Região tem uma densidade populacional muito baixa e sua população é mal distribuída. Quanto à economia da região a mesma é, nesse período, sustentada pela extração da borracha. Os autores explicam que a exploração desse recurso, trouxe a esta região muitos nordestinos que fugiam da seca na segunda metade do século XIX. E que outros nordestinos foram novamente atraídos ao Norte, na ocasião, em que, “A guerra de 1939-1945, com a queda das plantações orientais em mãos dos japoneses, provocou um novo surto de produção da borracha no Brasil, fazendo que, novamente, inúmeros nordestinos se transferissem para a Amazônia a fim de explorar o cobiçado produto.” (1956, p. 46).

Em seguida, o texto apresenta dados de 1952 mostrando o declínio da extração

da borracha na Região. É possível observar aqui uma grande aproximação entre os acontecimentos da época e o texto didático escrito por estes autores, o que nos possibilita afirmar que estes eram autores que tinham conhecimento dos debates geográficos que se evidenciam na época. De modo que seus textos já quebravam com aqueles produzidos em períodos anteriores que apresentavam certa defasagem com relação à produção acadêmica do Brasil e do mundo.

No texto sobre a vida econômica os autores mostram que o maior problema da região é o de falta de comunicação e transporte, após citar as ferrovias e estradas existentes na região bem como a extensão de cada uma delas.

A Região Nordeste é apresentada como uma Região povoada, formada pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Pernambuco e o território federal de Fernando de Noronha. Segundos os autores entre os principais produtos agroindustriais dessa Região estão o açúcar, o algodão e o sal. Também destacam outras riquezas extrativistas como o gesso, chelita, berilo e mica, encontrados nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Ceará. O texto explica que a produção de chelita, mineral utilizado para produção de metal, explorada na Paraíba e no Rio Grande do Norte se desenvolveu muito em virtude da guerra de 1939-1945.

Sobre a agricultura os autores dizem que as atividades agrícolas no Nordeste lutam contra o flagelo da seca e explicam que as causas são a baixa precipitação pluviométrica e a má distribuição das chuvas. Dizem ainda que o governo federal procura minimizar os seus efeitos com medidas como a construção de estradas de rodagem, que facilitem o acesso às áreas afetadas; construção de grandes açudes, citando o Cedro, no Ceará e o Coremas, na Paraíba; e também cavando poços artesianos.

No restante do texto, sobre o tema agricultura, fazem uma descrição dos produtos agrícolas, como mandioca, milho, café, agave e frutas. Entretanto, nesses manuais, os autores não discutem a problemática social em torno da luta pela terra, o que só ocorrerá em seus livros escolares no final da década de 1960, como podemos constatar em trabalho monográfico apresentado nesta mesma instituição. (COSTA, 2007).

Os autores destacam a cidade do Recife como um importante centro político, industrial, comercial e intelectual, explicando que a cidade vem passando por um surto

de grande progresso. Os autores explicam que o estado Pernambuco possui as maiores usinas da Região.

A cidade de João Pessoa é apresentada como grande produtora de cimento e exportadora de algodão. A cidade de Campina Grande também é estudada como a maior cidade do interior do Nordeste, e o maior entreposto algodoeiro dessa região, estando ligada por ferrovias e rodovias as cidades de João Pessoa e Recife.

Ainda nesse texto sobre os aspectos econômicos da região, os autores já apontam algumas denúncias sobre a questão ambiental e dizem que “Toda mata atlântica foi destruída no Nordeste, para que mais terras fossem ocupadas pela lavoura importada o que permitiu um maior povoamento e ocupação dos melhores solos nas margens dos rios.” (1956, p. 88). Trazendo, dessa forma, uma crítica ao modelo agroexportador do Brasil, modelo esse destituído de preocupação com as reservas nativas do país, que estavam sendo destruídas em nome de um suposto desenvolvimento.

A Região Leste é apresentada como uma importante fonte de riquezas minerais e pedras preciosas. Destacando-se, entre suas riquezas, o petróleo na região da Bahia e o sal marinho na costa do Rio de Janeiro.

Essa região era formada pelos estados de Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e pelo Distrito Federal. Os autores explicam que a Região Leste não é bem caracterizada como uma unidade porque apresenta as partes semi-áridas do sertão baiano e sergipano, tipicamente nordestinas.

Com base nessas informações percebemos que, de alguma forma, o saber produzido para as escolas por meio das críticas levantadas por esses estudiosos, que nesse momento ainda não eram autores acadêmicos, exerceu influência na mudança de regionalização do país, incentivando o debate na sociedade, como também engrossando a discussão acadêmica posterior sobre o tema região.

Sobre a Região Sul os autores escrevem que é a Região mais densamente povoada do país, também maior produtora de café, além de possuir o maior parque industrial da América latina, principalmente pelo ritmo intenso que foi dinamizado durante o período da I e II guerra mundial. Porém, esses temas não são acentuados a fim de proporcionar uma reflexão dos alunos. O questionário, a única forma de atividade que sugere o manual, parte para um exercício mental relevando apenas as características físicas da região, o que justifica a “opção” conceitual ao trabalhar com as regiões

naturais, uma vez que o programa oficial não dava abertura à outra forma de pensar o aspecto regional, como podemos observar na reprodução abaixo de um dos questionários presente nessa unidade do manual escolar:

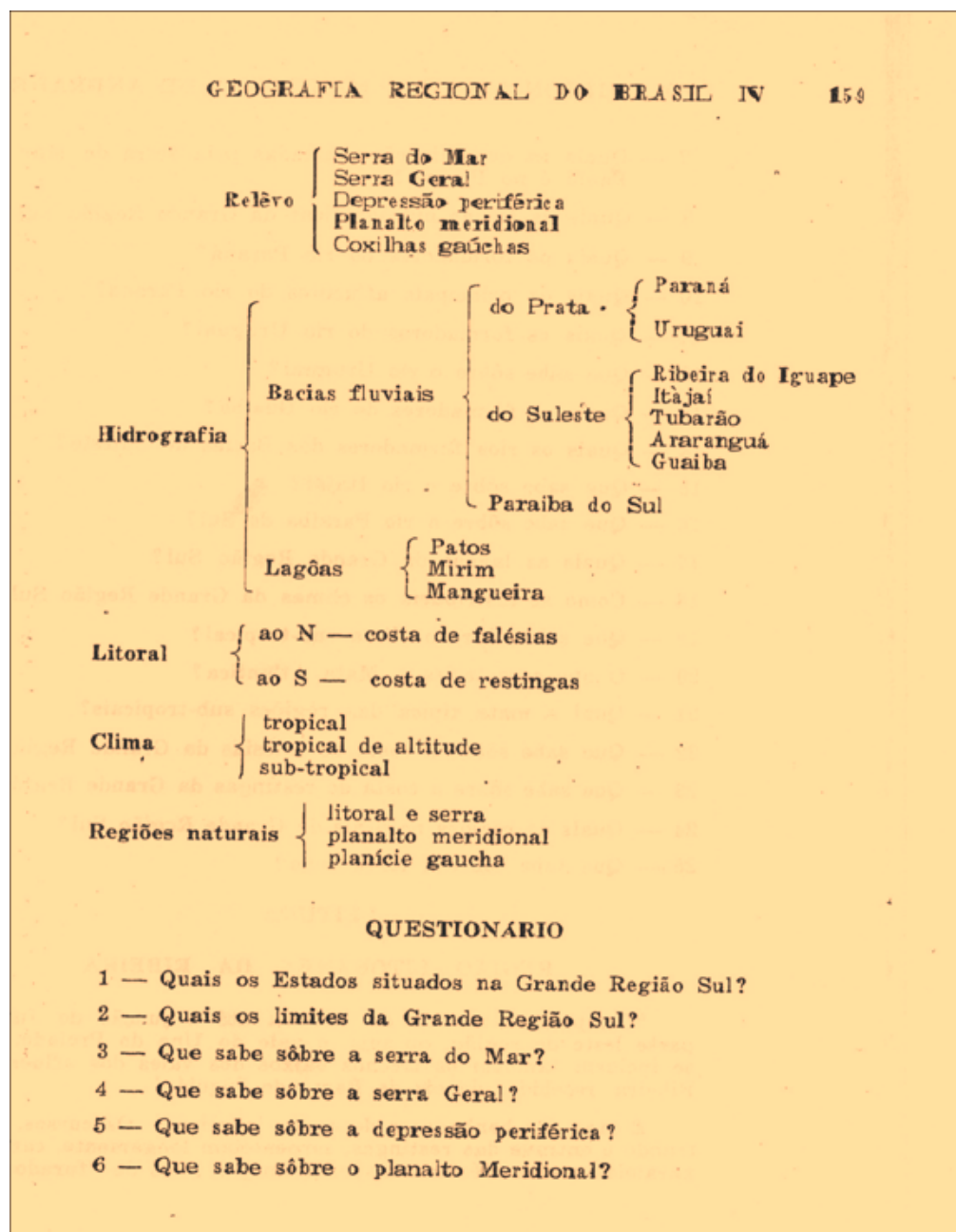


Imagem 28: Página do livro Geografia do Brasil de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1956, p.159.

Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

O esquema que antecede o questionário se apresenta como uma tentativa dos autores de facilitar os estudos dos alunos, proporcionando o enxugamento das idéias presentes no texto, visto que esse conhecimento seria cobrado aos alunos na ocasião dos

questionários e, certamente, durante os exames de notas, todos estruturados com base em um método mnemônico.

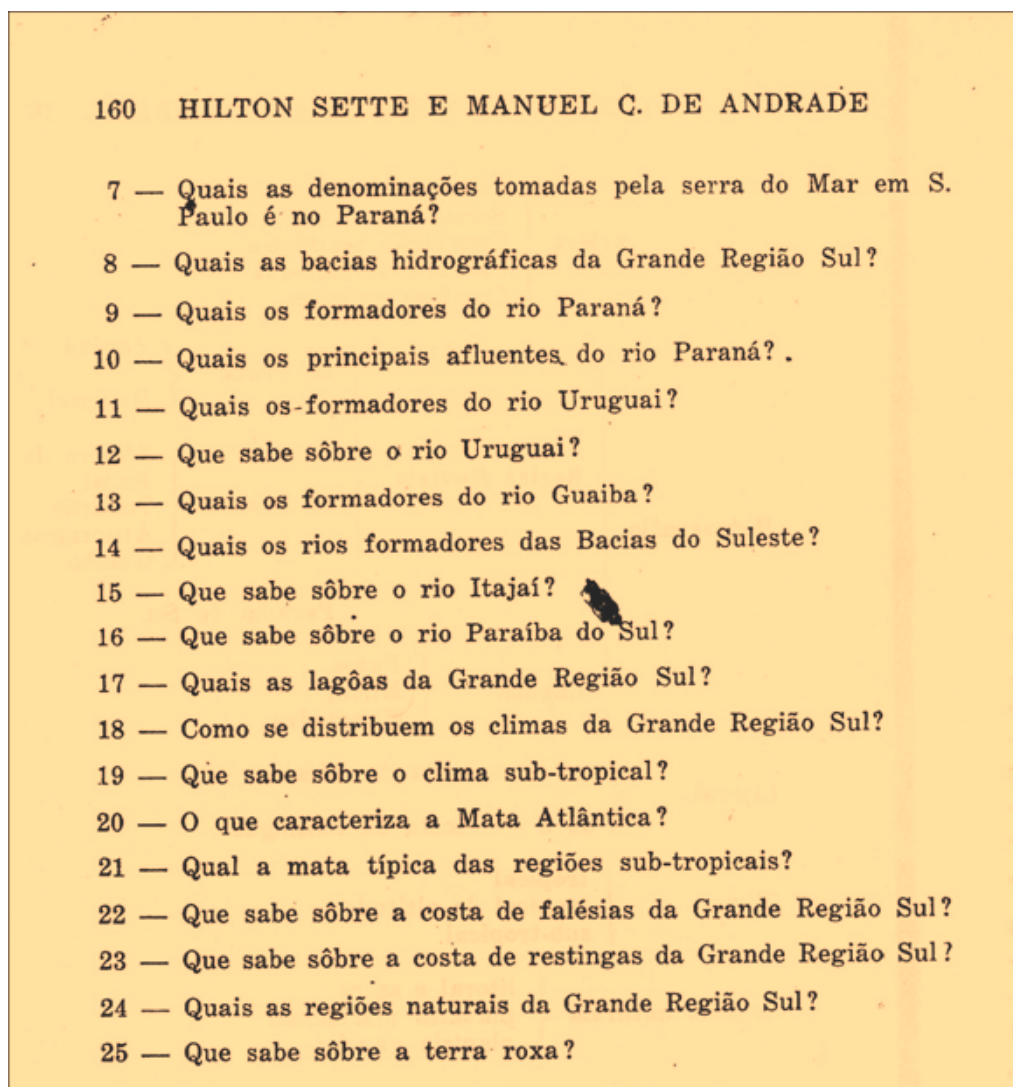


Imagem 29: Página do livro Geografia do Brasil de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, 1956, p. 160.

Fonte: Acervo da biblioteca particular da autora.

A Região Sul compreendia os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A Região Centro-Oeste é apresentada como pouco povoada, tendo menos de 1 hab/Km², também é considerada um dos trechos menos desenvolvido do país, porém os autores explicam que com a possível transferência da capital federal para o planalto central, prevista para 1960, a situação tendia a se reverter nessa região, acelerando seu ritmo econômico.

Essa região era formada apenas pelos estados de Mato-Grosso e Goiás. O problema dos transportes é visto como um dos mais sérios em função da pequena quantidade e curta extensão das estradas de ferro e de rodagem existentes naquele momento.

Ao fim de cada capítulo desse manual os autores disponibilizavam um esquema temático, um questionário com vinte e cinco questões e uma tabela com dados estatísticos, em alguns capítulos esses dados eram substituídos por uma leitura complementar. A maior parte desses dados estatísticos não tinha referência, alguns constam serem do Anuário Estatístico do Brasil, publicado em 1954 pelo Conselho Nacional de Estatística do I.B.G.E.

Se os alunos, desse período, respondessem todos os questionários do manual de Geografia, ao final do ano letivo os alunos teriam realizado um total de 500 perguntas/repostas sobre os textos do livro da disciplina Geografia. Considerando que os alunos tinham em média mais de dez disciplinas, o número de questões passava de 5000. Dessa forma, o trabalho era feito meramente para cumprir as exigências dos professores sem ter espaço para a reflexão do que estava sendo ensinado ou do que havia de mais significativo nos conteúdos, no que se refere aos saberes necessários a transformação social do país, e, portanto, esses não eram enfatizados em sala de aula.

A estrutura física das regiões era um tema também muito abordado nos livros de Geografia geral e, também, em outras séries, por exemplo, o manual escolar para a segunda série ginasial dos irmãos Sampaio, da mesma editora que publicava os livros de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, chegava a ter um questionário com quarenta perguntas apenas para a estrutura física e dez ou doze para os demais assuntos do livro.

3.3- Cultura escolar e ensino de Geografia

A partir da investigação histórica podemos inserir os livros de Geografia do Brasil e Geografia Geral dos cursos ginasial e colegial de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, no conjunto de características dos manuais escolares de 1930 a 1960 sistematizados por Gatti. De acordo com esse autor, os compêndios publicados nesse período eram livros que:

- Permaneciam longo período no mercado, sofrendo poucas alterações;
- Possuíam autores provenientes de lugares tidos como de alta cultura, como o Colégio Pedro II;

Eram publicadas por poucas editoras que, muitas vezes, não o tinham como mercadoria principal;
Não apresentavam um processo de didatização e adaptação de linguagem consoante às faixas etárias para as quais se destinavam. (GATTI JR., 2005, p.382).

Observamos nos manuais da década de 1950, tanto de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, como de outros autores como Aroldo de Azevedo, Moisés Gicovate, Renato Stempniewski em parceria com Éli Piccolo e Geraldo Sampaio de Souza com Armando José Sampaio de Souza, que se tratavam de livros com uma linguagem próxima aos textos acadêmicos e pouco preocupados com a faixa etária a que se destinavam. A maior preocupação era se aproximar da ciência de referência, adequar os conteúdos ao que estabelecia os programas da época e atender a exigência das escolas por um ensino tradicional. Também podemos ressaltar que os manuais escolares eram elaborados com base na formação acadêmica dos seus autores.

Os livros dos autores, Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, eram adotados nas escolas que eles lecionavam, conforme as marcas de leitura em alguns exemplares.

Esses manuais eram considerados bons livros para venda por contribuir de forma mais próxima com o trabalho dos professores de Geografia. Entretanto, ainda era comum na década de 1950, em muitas escolas no Brasil, os professores que lecionavam determinadas disciplinas sem a formação específica, necessária a função.

A disciplina de Geografia era uma dessas matérias escolares que bacharéis em direito a ministravam. Como era o caso do próprio professor Hilton Sette, cuja formação acadêmica não correspondia à disciplina que ministrava, no entanto, lecionava no Liceu Pernambucano, no Estadual Pernambucano e no Colégio Vera Cruz. Abaixo podemos observar fotos do Colégio Estadual Pernambucano e do Colégio particular Vera Cruz, onde esse professor lecionava juntamente com Manuel Correia de Andrade:



Imagem 30: Vista lateral do Estadual Pernambucano localizado no centro da cidade do Recife, PE.

Foto: Leila Barbosa Costa, outubro de 2010.



Imagem 31: Vista da parte interna da escola privada Vera Cruz, localizada em Recife, PE.

Foto: Leila Barbosa Costa, outubro de 2010.

A década de 1950 também é um período significativo, do ponto de vista histórico e escolar, pois está compreendido numa época em que os professores, notadamente do Curso Colegial, eram muito prestigiados na sociedade. O pesquisador João Hélio Mendonça (2003) em nota de homenagem ao dia do professor, no Jornal Diário de Pernambuco, diz que nas décadas de 1930 a 1960, o professor do ensino secundário, tanto do Curso Ginásial como do Colegial clássico/científico alcançou uma posição de destaque na sociedade.

É hora de homenagear o professor colegial, ou aquele professor que ensina nos colégios e que teve e tem a maior importância na formação e na vida dos alunos e da comunidade. Durante um tempo, esse professor teve muito mais peso e seu status, reflexo e repercussão eram bem maiores na vida dos seus discípulos. Nas décadas de 30-60, ele alcançou o seu status máximo, sendo prestigiadíssimo: uma grande figura da sociedade. Nomes ilustres da intelectualidade e da política brasileira foram professores, de colégio. No Rio de Janeiro, quando capital do país, foram professores no famoso Colégio Pedro II, padrão do ensino colegial brasileiro; o poeta Manuel Bandeira, o gramático Antenor Nascentes, Gonçalves Dias e Augusto dos Anjos, o poeta paraibano do Eu. No Recife de algumas décadas atrás, uma plêiade afamada integrava o corpo docente da antiga Escola Normal, do Ginásio Pernambucano e de alguns colégios particulares. Na época, os professores do Ginásio Pernambucano e da Escola Normal eram tão prestigiados quanto os professores das Faculdades de Direito e de Medicina, e muitos, exerceram as duas funções, a de professor colegial e de faculdade. (MENDONÇA, 2003).

O fato de o professor exercer as duas funções, a de professor colegial e de professor de faculdade era algo que acontecia na década de 1950, podendo ser confirmada pela própria história profissional de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade. De acordo com a cronologia e bibliografia do professor Manuel Correia de Andrade em 1952 o autor é nomeado professor assistente de Geografia física, da faculdade de filosofia, Ciências e Letras. Nessa mesma década é professor nas escolas do Recife, como mostra as imagens que seguem do convite de formatura e do livro de concluintes em que o professor Manuel Correia de Andrade é um dos três professores homenageados pelo Colégio Americano Batista, localizado na capital do Estado de Pernambuco.



Imagem 32: Convite de formatura dos concluintes dos cursos ginásial e colegial do Colégio Americano Batista.

Fonte: Acervo da Biblioteca do Colégio Americano Batista, Recife, PE.

O Diretor do Colégio Americano Batista e os concluintes dos Cursos Ginásial e Colegial têm a subida honra de convidar a V. S. e Exma. família para assistirem ao Culto de Ação de Graças, às solenidades de entrega dos certificados e à Hora de Arte, a ocorrer nos dias 5 e 11 de Dezembro.

J. F. Rodrigues
Diretor

CULTO DE AÇÃO DE GRAÇAS

Dia 5, às 9,30 da manhã, no Santuário da Igreja Batista da Capunga.
Pregador — Dr. Diniz Prado de Azambuja Neto

SOLEINIDADE DE ENTREGA DE CERTIFICADOS

Dia 11, às 19,30, no Salão Nobre.
Orador da turma dos Ginasianos —
Eduardo Pernambucano Torres Galvão
Orador da turma dos Colegiais —
Jerson Maciel Netto
Paranifo de ambas as turmas —
Dr. Aderbal de Almeida Jurema

HORA DE ARTE

Dia 11, às 21 horas, no Salão Nobre.

HOMENAGEM DE HONRA

Dr. A. P. Poggi de Figueiredo

HOMENAGEADOS

Dr. Manoel Corrêa de Andrade
Dr. Sidrack de Holanda Cordeiro
Prof. Augusto Coimbra Pinto

Imagem 33: Convite de formatura dos concluintes dos cursos ginásial e colegial do Colégio Americano Batista.

Fonte: Acervo da Biblioteca do Colégio Americano Batista, Recife, PE.

Esse colégio cuja memória e cultura escolar foi, em grande parte, preservada teve no seu quadro de professores, um autor de livro didático e professor do ensino superior ao mesmo tempo em que ensinava Geografia nas séries do ginásio e do Curso Colegial.

O regimento de 1960 do Colégio Americano Batista nos oferece um panorama geral sobre as práticas escolares no período da utilização dos manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, praticadas não somente na data de sua aprovação, mas, sobretudo por representar um conjunto de ações já experimentadas na escola em períodos anteriores, e aprovadas na ocasião em regimento.

Uma dessas práticas era o fato dos alunos ficarem de pé na entrada e saída dos seus professores e diretores, demonstrando o respeito aos seus mestres e superiores. O problema dessa atitude coletiva era o de não ser algo espontâneo, mas imposto e comum aos alunos das demais escolas do país. Tratava-se de uma prática do sistema educativo nacional, semelhante à ideologia política do período, que adestrava os jovens estudantes a reverência inquestionável a tudo que representasse sua pátria.

A imagem adiante é da capa do livro dos concluintes do curso ginásial e colegial do Colégio Americano Batista, fundado em 1906. Os concluintes do citado colégio eram alunos de Manuel Correia de Andrade em 1954.



Imagem 34: Livro de formatura dos concluintes dos cursos ginásial e colegial do Colégio Americano Batista em 1954.

Fonte: Acervo da Biblioteca do Colégio Americano Batista, Recife, PE.

Esse livro contém o nome dos alunos concluintes acompanhado da imagem e nome dos professores homenageados pela turma.

Os depoimentos de antigos alunos da instituição, pode nos levar a constatar que as aulas de Geografia do professor Manuel Correia de Andrade eram admiradas por seus alunos e dignas de homenagens.



Imagem 35: Fotografia do professor homenageado Manuel Correia de Andrade no livro de formatura dos concluintes dos cursos ginásial e colegial do Colégio Americano Batista, em 1954.
Fonte: Acervo da Biblioteca do Colégio Americano Batista, Recife, PE.

O antigo aluno Eliezer de Holanda que estudou no Colégio Americano Batista na década de 1950 cita Manuel Correia de Andrade como um dos bons professores da instituição e que ensinava uma Geografia moderna aos seus alunos.

Outros professores impressionaram-me e suscitaram-me admiração, respeito e reconhecimento: Míriam Limoges, que, sem dúvida, me sensibilizou à língua francesa; Jaime de Queiroz por sua capacidade de trabalho e pontualidade; Merval Jurema, notável professor de História, que nos falava dos grandes acontecimentos, como um trovador, narrando contos maravilhosos; Otaciano Acioly e seu amor da língua portuguesa, sua carranca, suas cóleras, mas sua pedagogia exigente; Dr. Poggi de Figueredo, voz macia e paciência inesgotável, com sua peculiar maneira de apresentar a Filosofia e ensinar as

Ciências Naturais, domínio que à sua condição de médico o predispunha; André Miranda, que, por trás de uma aparente fragilidade física, mostrava uma grande erudição, ao mesmo tempo em que nos convencia da importância do Latim, para o aprendizado da língua portuguesa; Manoel Correia de Andrade, que impunha o respeito e nos inculcava o ensino de uma Geografia já moderna naquela época e que lhe daria, mais tarde, um justificado renome nacional. (PERRUCCI, 2006, p.154).

Esse antigo aluno da década de 1950, em depoimento a Perrucci, faz elogios às aulas de Geografia, ministradas pelo professor Manuel Correia de Andrade, no Colégio Americano Batista argumentando ser um ensino de Geografia moderna. Entretanto, esse tipo de ensino não era comum as aulas dos demais professores do colégio que ensinava a disciplina Geografia. Diz o aluno Sidrack de Holanda Cordeiro sobre o ensino de Geografia em 1957:

Não tenho a pretensão de ser memorialista sensível, de um mundo destruído pelo ácido do tempo. Faz mais de meio século que cheguei, foi em fevereiro de 1957, ao Colégio Americano Batista, para fazer o admissão ao ginásio. Vindo de Arcoverde e estudando cinco anos em escola pública, foi para mim um choque tremendo, ao deparar-me com o Dr. João Alfredo Menezes, de pé, carrancudo, óculos escuros, sem muita conversa, olhando para um mapa e iniciando a aula de Geografia, depois veio a de História. Perguntei a um colega: quem vai ensinar Aritmética? Ele respondeu: é ele mesmo; nesse momento esfriei. Foi um tempo ruim! Ele impunha mais medo que saber. Como as aulas eram depois do meio dia, o Prof. Menezes dava cochilos homéricos, depois de nos passar deveres e questões. Como havia estudado pela Aritmética Progressiva de Trajano, passei nessa disciplina, bem como nas outras que envolviam memorização, tais como: História, Geografia e etc. (PERRUCCI, 2006, p. 194).

Com base nessa informação, fornecida pelo antigo aluno Sidrack de Holanda Cordeiro, percebemos a rotina das aulas de Geografia desse colégio e, semelhantemente dos demais, devido à uniformidade do ensino nessa época. Podemos elencar alguns pontos desse depoimento que nos leva a compreender as práticas do ensino da Geografia: distância entre o diálogo professor e aluno; professor que ensinava mais de uma disciplina além de Geografia; a imposição de conhecimentos; aulas expositivas

cujo recurso, além do livro, era o mapa do professor; o medo ao invés do respeito e amizade; a memorização de conteúdos; apatia na sala de aula e falta de dinamismo a ponto do professor cochilar em plena sala de aula sem sofrer nenhum incômodo ou questionamento dos alunos; e, principalmente, a prática de responder os deveres e questões, provavelmente do livro, tendo em vista a grande quantidade de questionários presentes nos manuais desse período e a rigidez e normas em relação ao estudo dos conteúdos do programa oficial, cujo livro escolar representava uma cópia fidedigna dessa exigência.

A antiga aluna Loide Rodrigues dos Santos também fornece seu depoimento a Perrucci (2006) e diz sobre as aulas de Geografia: “Quero também mencionar alguns professores que estão gravados em minha memória: Prof. Menezes de Geografia ministrava suas aulas olhando mais para o teto do que para nós.” (PERRUCCI, 2006, p. 148). Esse fato indica o quanto os alunos, desse período, eram afligidos com aulas pouco calorosas e mórbidas.

Nesse período estava fortemente colocada na sociedade a questão da diferença entre homens e mulheres, que refletia nas escolas. Algumas das escolas onde esses autores lecionaram traziam essas características, de serem destinadas para moças ou para rapazes. João Hélio Mendonça (2003) diz que o Ginásio Pernambucano, hoje Estadual Pernambucano, era organizado de acordo com o gênero, ou seja, pela manhã estudavam os alunos do sexo masculino e no período da tarde o sexo feminino. Já a Escola Padre Felix, também em Recife, era tipicamente masculina. O Colégio Americano Batista oferecia o ensino para ambos os sexos, sendo esse um dos fatores para promover a propaganda do colégio diante da sociedade pernambucana e nordestina, visto que o colégio atraía alunos de outros estados da Região Nordeste. Ao observar o cartaz do Colégio Americano Batista presente no jornal “O Lábaro”, como também as imagens da época, verificamos a informação de que o colégio oferecia o ensino para os sexos masculino e feminino em mesmo turno e turma. Apesar de seguir normas estabelecidas, esta escola apontava inovações frente a outras do mesmo período.

Esse mesmo informativo propagandístico trata da contribuição da escola em relação à pátria, da necessidade de se afirmar diante do regime de governo. Também expõe os cursos oferecidos pela instituição que vão desde o jardim de infância até os cursos clássico, científico e pedagógico.

O LÁBARO Recife, Dezembro de 1955

..... 1 9 5 6

Um ano significativo para a vida do nosso Colégio
O Ano do Cincoentenário
 Meio século de inestimáveis e incalculáveis serviços
 prestados à Pátria.
 Um ano inteiro de comemorações.
 Uma interessante festa para cada mês.



Colégio Americano Batista
 - FUNDADO EM 1906 -

C U R S O S

Jardim da Infancia, Pré-primário, Primário (noturno e diurno)
 Admissão, Ginásio (noturno e diurno), Científico (noturno e diurno),
 Clássico (diurno), Pedagógico.
 Internato, Semi-internato e externato para ambos os sexos.

Imagem 36: Jornal Lábaro, ano 41, nº 3, dezembro de 1955, página 4.

Fonte: Acervo da Biblioteca do Colégio Americano Batista, Recife, PE.

Em 1952, Manuel Correia de Andrade começou a lecionar Geografia do Brasil e História, nos colégios Vera Cruz, Padre Félix e Americano Batista, e Geografia Geral, no Colégio Estadual de Pernambuco. Hilton Sette revela o início da carreira universitária do seu amigo e parceiro na produção de livros didáticos.

Sou autor de uma série de compêndio de geografia, em co-autoria com Manuel Correia, querido amigo, foi meu aluno, foi meu aluno no Liceu Pernambucano, foi meu colega de magistério no vera Cruz, em seguida por indicação minha, porque Gilberto Osório pediu pra indicar um assistente pra ele, eu indiquei Manuel Correia, depois foi nomeado, então Manuel Correia é meu querido colega e amigo, e co-autor dos nossos livros, publicados pela editora do Brasil S.A. de São Paulo. (FERNANDES, 1981).

Hilton Sette já era professor assistente de Mario Lacerda, em Geografia urbana, na Faculdade de Filosofia de Pernambuco, desde 1952, em seguida, convida seu amigo de magistério, Manuel Correia de Andrade, para fazer parte do grupo de professores de Geografia daquela instituição.

O Colégio Americano Batista, na década de 1950, tinha um jornal escolar produzido pelos próprios alunos. Intitulado “O lábaro”, esse informativo vinha seguido da frase “Boletim da Sociedade Literária Joaquim Nabuco”. Na página inicial da edição de dezembro de 1955 é dado destaque aos alunos concluintes do Curso Colegial e do Curso Ginásial daquele ano, tal como podemos observar na imagem que segue, apesar da dificuldade de visualização devido o desgaste do material.

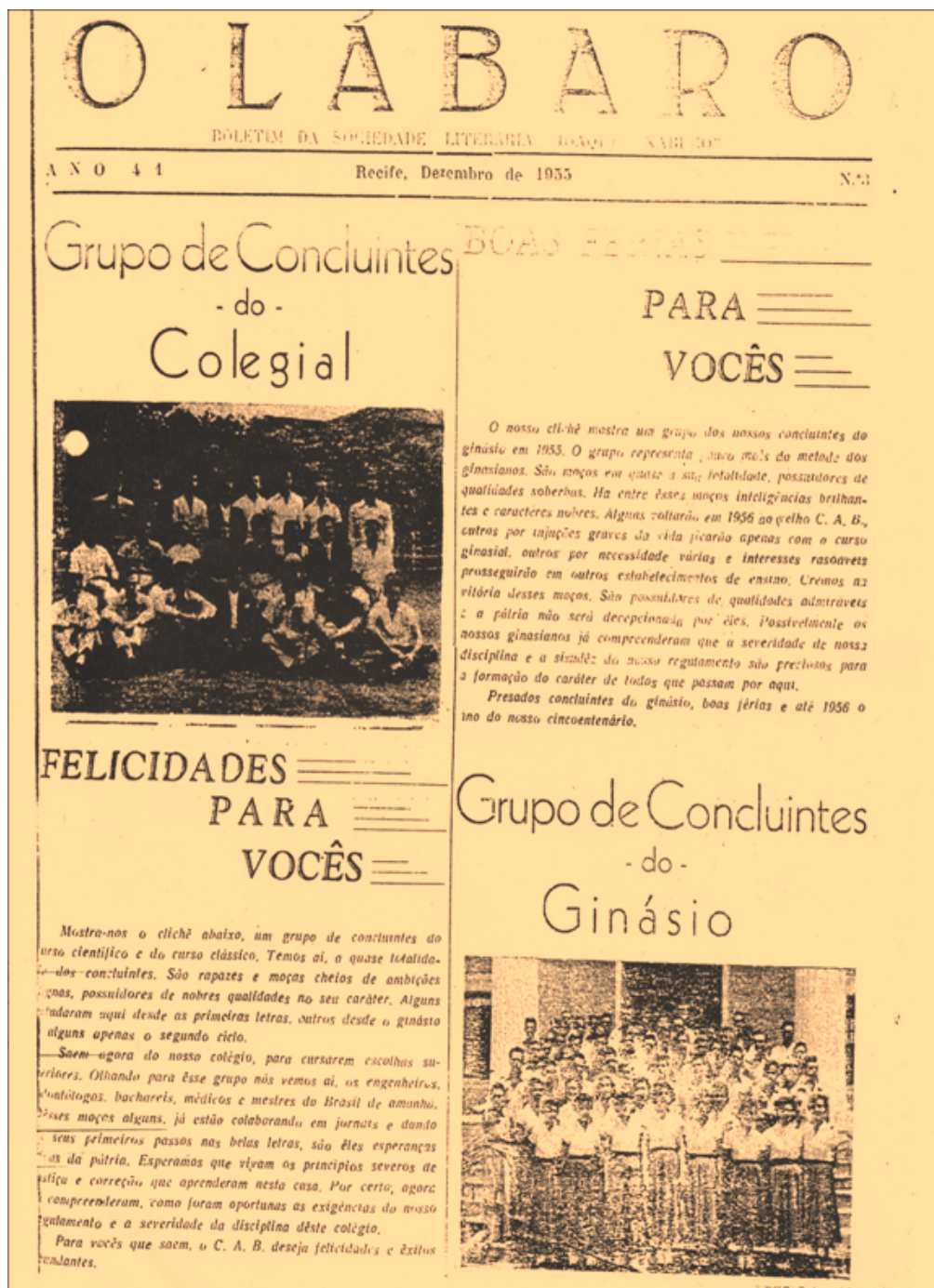


Imagem 37: Capa do Jornal Lábaro, ano 41, nº 3, dezembro de 1955. Arquivo da biblioteca do Colégio Americano Batista.

Fonte: Acervo da Biblioteca do Colégio Americano Batista, Recife, PE.

O primeiro texto, desse jornal escolar, traz uma mensagem de incentivo aos alunos para seguirem as profissões de odontólogos, bacharéis, médicos e mestres. Também os lembram de viver os princípios severos de justiça e correção que estavam sedimentados a sociedade nesse período. O segundo texto é dirigido aos alunos concluintes do curso ginásial, nesse o autor lamenta o fato de alguns desses alunos não

poderem retornar ao colégio para continuar seus estudos, devido “as injeções graves da vida”. Ao se referir aos jovens da imagem do grupo dos concluintes do ginásio o texto diz “São possuidores de qualidades admiráveis e a pátria não será decepcionada por eles. Possivelmente os nossos ginasianos já compreenderam que a severidade de nossa disciplina e a sisudez de nosso regulamento são preciosos para a formação do caráter de todos que passaram por aqui.” Percebemos então que a escola era um espaço de representação do controle político que imperava na sociedade sob argumento do ideal patriótico, como por exemplo a severidade disciplinar. Portanto, a escola preparava seus alunos para submeter-se à severidade da pátria.

Como podemos observar na imagem seguinte o jornal dava destaque à preferência dos alunos aos cursos de maior prestígio social na época, a saber, o curso de Engenharia, Medicina, Militarismo, Odontologia, Advocacia, Filosofia, Química industrial e Diplomacia.



Imagem 38: Jornal Lábaro, dezembro de 1955, página, ano 41, nº 3, dezembro de 1955.

Fonte: Acervo da Biblioteca do Colégio Americano Batista, Recife, PE.

O Lábaro foi criado em 1913, seu redator chefe era Gilberto Freire, tinha sido aluno do colégio nesse período. Esse jornal escolar tinha textos produzidos por alunos do curso ginasial, científico e clássico com a colaboração dos professores, que faziam parte da sociedade literária Joaquim Nabuco. O Lábaro tinha uma publicação periódica de duas vezes ao ano, porém sua circulação era interna, ou seja, restrita a escola. Esse periódico escolar era formado por quatro páginas e trazia mensagens de incentivo, textos sobre saúde, homenagens, poesias, contos, textos breves sobre conhecimento social, histórico e geográfico, relatos da rotina dos eventos da escola, como os jogos esportivos e os encontros dos ex-alunos e até casos de morte ocorridos no estado de Pernambuco.

Também o jornal servia para reforçar os valores da época, como por exemplo, as posições de honra e destaque, que na escola se configurava como os primeiros lugares em relação às notas alcançadas pelos alunos. Poderíamos apontar esse procedimento como uma medida de incentivo aos estudos e uma forma de reconhecer o esforço dos alunos, porém as notas consideradas como de primeiros lugares no caso do primeiro ano “B” do curso ginasial são 7,3, 7,2 e 7,0. O que nos leva a crer que a maioria da turma teve notas abaixo de 7,0, como podemos verificar no Rol de honra do jornal. Situação semelhante acontece no 3º ano “C”, também ginasial. O que significa que para a maioria dos alunos essa divulgação de resultados, como honra, não representava reconhecimento e sim mais pressão familiar e escolar, numa época que criança e adolescente tinha que estudar da mesma forma que um adulto, esse fato justifica as notas baixas da maioria dos alunos.

Aqui também podemos acrescentar que o tipo de ensino ministrado contribuía para o problema das notas baixas dos alunos, a exemplo, do relato dos antigos estudantes da instituição Sidrack de Holanda Cordeiro e Loide Rodrigues dos Santos sobre as aulas de Geografia e Aritmética ministradas pelo professor José Menezes.

Revista Outubro de 1955 O LÁBARO

ROL DE HONRA

ALUNOS QUE OBTIVERAM OS 3 PRIMEIROS LUGARES ACIMA DA
NOTA SETE DURANTE O MÊS DE SETEMBRO



1° "A"	1° lugar	Flávio Carneiro Leão	9,0
	2° "	Humberto V. C. Junior	8,9
	3° "	Hildjilson Alves Fedeiros	8,5
1° "B"	1° lugar	Miriam Correia de Araújo	7,3
	2° "	Lucia Azevedo Cahú	7,2
	3° "	Debora Santos Oliveira	7,0
1° "C"	1° lugar	Neritônio Andrade Araújo	8,5
	2° "	Josué de A. Carlos Souza	8,4
	3° "	Maurício de Souza Borba	7,7
2° "A"	1° lugar	Edison Roberto Silva	9,1
	2° "	Bayard B. M. Amorim	8,8
	3° "	Nelson S. Wanderley	8,7
2° "B"	1° lugar	Lucile Ruth de Meneses	8,6
	2° "	Miriam Machado	8,5
	3° "	Jane Vidal Coelho	8,4
2° "C"	1° lugar	Isaias Gomes Couto	8,6
	2° "	Luiz Q. Oliveira	8,3
	3° "	João Batista Oliveira	8,2
3° "A"	1° lugar	Roberto M. Cavalcanti	8,8
	2° "	Manfredo de Andrade Serda	8,5
	3° "	Edi Oliveira Silva	7,8
3° "B"	1° lugar	Rusio Carneiro Leão	8,1
3° "C"	1° lugar	Eliel Dias Santos	7,0
	2° "	Gilberto Luiz Maciel	7,7
	3° "	Geraldo Clitonho Pimentel e Melquiades G. da Silva	7,2
4° "A"	1° lugar	Fernando B. A. Maranhão	8,1
4° "B"	1° lugar	Eugênio Oliveira Melo	8,9
	2° "	Alfredo Walter Knebel	8,0
	3° "	Leonizia Araújo Correia	7,8

TODO O GINASIO DIURNO

1° lugar	Edison Roberto Silva do 2° "A" com 9,1 — Agosto Flávio C. Leão 1° "A" com 9,2
2° "	Flávio Carneiro Leão do 1° "A" com 9,0
3° "	Humberto V. C. Junior do 1° "A" e Eugenio Oliveira Melo do 4° "B" com 8,9

Humanidade, Os Olhos Do Mundo

O negro da noite desapareceu quando você surgiu, estrê-la solitária. O seu brilho ofuscou a luz de um lampião a alguns passos de mim.

Talvez eu esteja louco, mas se não me engano você perguntou algo sobre a humanidade. Será que ouvi direito?

— Bem, a humanidade em algumas partes do globo está decrescendo: a imoralidade tomou conta dos homens. Ela chegou sem estar sendo esperada e o mundo apoiou o seu domínio. Primeiro nas ruas, em seguida nos lares mais desgraçados, hoje, podemos encontrá-la até mesmo nos governos de algumas nações.

— Ora, eu não peço que você acredite logo porque eu também pensei como você pensa agora: tudo isto é mentira!

Hoje eu vejo tudo, estou ao par de tudo e as vezes sinto até vergonha de ser humano, de ter nascido.

— Os homens estão se esquecendo de Deus, não mais se inclinam à força da natureza que faz crescer o universo, lutam por suas próprias sobrevivências e esquecem o próximo desamparado e fraco. São animais selvagens com aspectos humanos. E o egoísmo predomina...

Agora no entanto, quando você desafiou a escuridão da noite e o seu brilho chegou até os meus olhos, acredito que a luz da humanidade ainda pode se erguer e se projetar nos horizontes do universo.

Roberto C. de Araújo

2° Científico — 1955

Imagem 39: Rol de honra dos alunos do Colégio Americano Batista, jornal Lábaro, 195, página 2.
Fonte: Acervo da Biblioteca do Colégio Americano Batista, Recife, PE.

As imagens abaixo, dos alunos do Colégio Americano Batista, mostra o perfil tradicional dos adolescentes do curso ginásial, tanto em relação às roupas utilizadas como também no que se refere ao posicionamento para a foto. Esses jovens, da elite pernambucana ou nordestina, iniciaram seus estudos do curso ginásial na década de 1950, especificamente, a primeira série ginásial em 1956.



Imagem 40: Alunos da quarta série ginásial do Colégio Americano Batista em 1960.

Fonte: Imagem disponibilizada pela biblioteca do Colégio Americano Batista, outubro de 2010.

A cidade do Recife era reconhecida regionalmente como um pólo de desenvolvimento econômico, social, político e educacional, atraindo estudantes de diferentes estados da Região Nordeste para se matricular em renomadas escolas da cidade e morar temporariamente em regime de internato na escola. O Colégio Americano Batista era um exemplo de escola que contribuía para fortalecer essa influência acadêmica da cidade de Recife com relação a outras cidades e estados.



Imagem 41: Alunos do Colégio Americano Batista em 1959.

Fonte: Imagem disponibilizada pela biblioteca do Colégio Americano Batista, outubro de 2010.

Ao analisar o livro dos concluintes do curso ginásial e colegial do colégio americano batista podemos observar uma lista com os nomes dos alunos do curso ginásial. De um total de setenta e quatro alunos, apenas vinte e dois são mulheres. O que indica uma baixa presença feminina nesse curso, devido à maior parte das estudantes mulheres estarem cursando o ensino normal.

CURSO GINASIAL	
X Adrie Romildo Beekhuizen	X João Maciel da Silva
X Almir Péricles Pessoa Reis	X José Amaral Bomfim
Amaury Teixeira de Carvalho	X José Marconi do Pio Pinho
X Anna Carmen Gomes Jardine	José de Melo
X Antônio Gomes da Paz	X José Walderez Carriolano Melo
X Ayrton Fernandes da Costa	Karl Max Guimarães Coelho
Azôr Borges da Cunha	X Lenito Moreira de Carvalho
X Bartolomeu Leocádio Nogueira	X Leonilda Santos Pereira
Benigno Jordão Vasconcelos	Lhoyde Cavalcanti de Melo
X Benjamin Vainstein	Lien Cezar Wanderley
X Beverly Rosa Azolino	X <u>Luiz José Barbosa da Silva</u>
Carmen Green Marletti	X Luiz Tasso de Brito Dantas
X Celina Cintra da C. Pereira	X Manoel Cavalcanti Albuquerque
X Celmo Maciel Netto	X Márcio Meneses Leal
X Cesar Augusto Brandão Viana	Maria Auxiliadora A. Lins
X Cheva Scherpack Kaufman	X Maria Jacira Rodrigues Silva
Claudio José Freitas Fonseca	X Moisés Agamenon S. Andrade
Clevis Cavalcanti Oliveira	X Neide Roberto de Amorim
X Edier Santiago Pereira	Olamina Castro de Freitas
X Edine Barbosa Gomes	X Otamires Alves de Souza
X Eduardo P. Torres Galvão	Paulo Costa Barroso
Edson Henrique de Araújo	X Paulo Roberto Franco Ferreira
X Edson de Oliveira Silva	X Porfírio de Andrade Gueiros
Eliab Barbosa Gomes	Raul Francisco de Oliveira
X Elvira Lopes da Silva	X Reinaldo G. Oliveira
X Ernani Soares da Silva	X Roberto Dantas Villar
X Ezilya Alves	Roberto Nunes Gonçalves
X Fernando Monteiro Ramos	X Rui Carlos Vieira
X Frederico Guilherme Bosck	X Ruth Tavares da Silva
X Guilherme Pereira de Albuquerque	Sebastião Têteo Lemos
X Gumercindo Rodrigues C. Freire	X Tânia Marques da Trindade
X Hermes Oliveira Carvalho	X Thareza de Jesus Gonçalves F. Maia
X Hazeirita Calderaro da Silva	X Urbano José da Paixão
Jaime de Lira Maranhão	Valdico Barroso Lima
X Jairo Foggj de Carvalho	X Vânia Rios Ayres
Jesineia Coelho de Oliveira	X Waldemar Alves de Oliveira
João Gilberto Pinto Vieira	Wilhelm Roll Estelmann

Os assinalados são os que compareceram à solenidade de entrega de certificados

Imagem 42: Página interna do livro dos concluintes dos cursos ginásial e colegial do Colégio Americano Batista, em 1954.

Fonte: Acervo da Biblioteca do Colégio Americano Batista, Recife, PE.

Com base no registro histórico de 1954 do Colégio Americano Batista, observamos que no curso colegial científico o número de alunas se reduz ainda mais, de um total de quatorze alunos, apenas três indicam ser nomes femininos.

No curso colegial clássico de um total de oito alunos, cinco sugerem serem nomes femininos, indicando uma maior presença de mulheres nesse segmento do ensino, como mostra a lista de nomes dos estudantes no livro dos concluintes, em 1954.

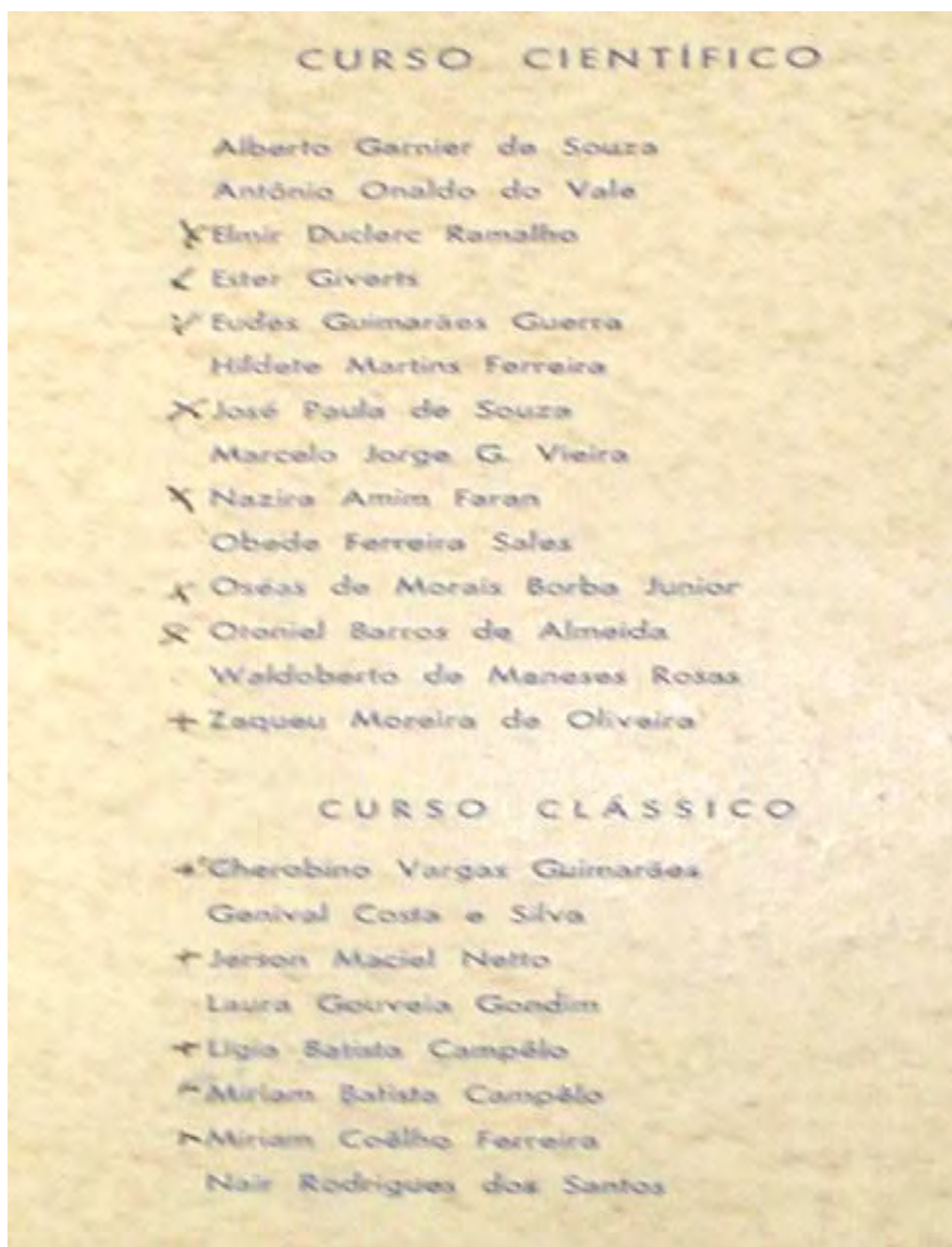


Imagem 43: Página interna do livro dos concluintes dos cursos ginásial e colegial do Colégio Americano Batista, em 1954.

Fonte: Acervo da Biblioteca do Colégio Americano Batista, Recife, PE.

Podemos ler a seguinte informação de marca de uso presente nesse documento de formatura “Os assinalados são os que compareceram à solenidade de entrega de certificados”. Percebemos, então que o x ao lado dos nomes dos alunos indica aqueles que foram à solenidade festiva de conclusão de curso, o que compõe a maioria dos alunos da lista.

Percebemos também que o número de alunos é bastante reduzido na lista dos nomes dos concluintes do Curso Colegial tanto Clássico como Científico, indicando que a grande maioria dos alunos que havia cursado o ensino ginasial em períodos anteriores não teve condições de prosseguir seus estudos. Podemos listar uma série de fatores, entre eles: a necessidade de trabalho desses alunos dada à idade bastante jovem que muitos constituíam suas famílias; o alto custo em continuar o investimento com os estudos tanto no que se refere à mensalidade como em relação aos preços dos livros didáticos e a estadia, tendo em vista que muitos dos alunos vinham de outros Estados como Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Rio de Janeiro, Alagoas, Minas Gerais, Pará, Ceará e Mato Grosso (PERRUCCI, p. 166); e até pelo próprio descontentamento com os estudos tendo em vista o rigor do ensino naquele período.

O deputado Lauro Cruz na ocasião da Conferência pronunciada em 22 de julho de 1952 na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados do Congresso nacional, fala sobre a educação nacional e o novo projeto de lei, tentando revolver o problema das altas taxas escolares e do preço dos livros didáticos, discutindo o assunto com Lourenço Filho:

O Sr. Lauro Cruz — Um problema que também nos tem preocupado é o concernente ao custo dos livros didáticos. Tem-se muito em vista, ainda — nos parece — infelizmente, quando se editam livros didáticos, finalidade puramente mercantil. Talvez essa idéia não esteja com o autor, mas com a empresa editora. O problema deve preocupar muito a Comissão de Educação, porque, sob todos os aspectos, é mister oferecer facilidades ao estudante — não só no que concerne a taxas escolares, mas, por igual, quanto ao custo dos livros. (LOURENÇO FILHO, 1952, p.169 e 170).

O preço dos manuais escolares era um dos assuntos que fazia o Congresso Nacional discutir a educação do período, bem como os problemas que a cercava.

Percebemos, com base na análise de compêndios dessa disciplina, que entre a Geografia do século XIX e a Geografia do século XX não se observou transformações estruturais nas metodologias de ensino, apesar do documento curricular de Geografia, elaborado em 1935 por Aroldo de Azevedo, Pierre Monbeig e Maria da Conceição Carvalho, apontar para uma substituição da Geografia de nomenclatura e mnemônica por uma compreensão científica da matéria escolar. Essa concepção de cientificidade não indicava, porém, as reais transformações pedagógicas que a Geografia escolar precisava passar.

Entretanto, na pesquisa que pretende relacionar manuais escolares, história da educação e cultura escolar não é tão comum encontrarmos registros escolares das gerações anteriores, ainda preservados. Apesar de o Colégio Americano Batista ter preservado significativos materiais da cultura escolar, não encontramos no seu acervo os manuais escolares utilizados em 1950. Dos livros observados na biblioteca da própria escola os mais antigos datam de 1970.

De acordo com a funcionária da biblioteca Ladjane Virgínia de Oliveira, que trabalha na escola a vinte e dois anos, existe um arquivo morto ainda não disponibilizado as consultas, pelo fato de serem documentos muito antigos e se encontrarem muito fragilizados, alguns até danificados devido à mudança de ambientes e reformas da escola. Ladjane Virgínia explicou que a escola tem um projeto de organizar e restaurar esses documentos junto aos estagiários do curso de biblioteconomia da UFPE a fim de melhorar o acervo da escola centenária, visto que a instituição é muita procurada por estudantes e pesquisadores. Não sabemos se nesse acervo contém manuais escolares de Geografia, pois a mesma não soube informar justificando a grande quantidade de materiais antigos em caixas fechadas, sacolas e pastas.

A valorização da cultura escolar, como por exemplo, os documentos escolares do Colégio Americano Batista e também as reuniões dos antigos alunos da instituição, que funcionavam desde a década de 1940, como associação dos ex- alunos do Colégio Americano Batista levou-nos a compreender a escola de 1950, como também as práticas escolares do período e o ensino da disciplina Geografia no contexto da publicação dos primeiros manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade. O livro centenário *Americano Batista Uma linda História de Amor* publicado pela escola é o resultado de parte dos registros históricos da cultura escolar que foi preservada por essa instituição de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura da Geografia escolar, a partir da publicação dos manuais didáticos de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, nos possibilitou compreender a relação entre a legislação educacional da década de 1950, os programas curriculares das disciplinas do ensino secundário, o debate pedagógico da época e a cultura escolar do período em estudo.

Identificamos que os manuais escolares da disciplina Geografia, publicados na década de 1950, podem ter sido utilizados em muitas salas de aulas como documentos norteadores e exclusivos das práticas de ensino, uma vez que havia muitos impedimentos que favorecessem a utilização de novas abordagens no estudo da Geografia escolar, embora a leitura pedagógica mais avançada do período discutisse novas alternativas para melhorar o ensino secundário. Podemos apontar como impedimentos, a exigência no cumprimento dos programas disciplinares, que se fazia por meio do manual escolar, e a ausência de formação em Geografia dos professores que lecionavam a disciplina. O manual funcionava como artefato idêntico ao programa e, no geral, não trazia indicações de leituras pedagógicas nem alternativas de trabalho diferenciadas.

A sede por mudanças, dos precursores da educação reformulada, incluía, desde a formação dos professores, até a forma do governo federal em administrar o país. E essa discussão permeava o programa curricular, os manuais escolares, a gratuidade, a universalidade e qualidade do ensino escolar.

Com base na investigação das portarias de 1951, bem como na entrevista do ministro da educação da época Ernesto Simões Filho, percebemos que a maior parte dos programas das disciplinas do ensino secundário, especialmente, do ginásio, passou por modificações com relação à Lei Orgânica de 1942. Entretanto, o programa da Geografia ginásial não foi beneficiado por mudanças, o que sugere certa passividade dos envolvidos no ensino dessa disciplina. Então, constatamos que as mudanças em relação às demais disciplinas escolares do ensino secundário, aliadas a outros fatores, funcionaram como motivadores das transformações da Geografia escolar nas décadas posteriores a 1950.

O Colégio Pedro II, continuava sendo o padrão e referência do ensino secundário em todo o Brasil, ainda durante a década de cinquenta e início da década de sessenta do século XX, conforme as portarias de número 966 e 1045 de 1951, que

orientavam o ensino ginasial e o ensino colegial clássico e científico. Reafirmando dessa maneira, o caráter centralizado da educação brasileira, que inquietava alguns estudiosos da época, visto que o currículo e as instruções metodológicas da citada escola permanecia desde o século XIX, sendo adotadas em distintas escolas do país, públicas ou privadas, abastadas ou precárias.

Sobre o debate contemporâneo aos manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, destacamos a significativa contribuição de Anísio Teixeira, ao discutir os programas oficiais e os manuais escolares correspondentes, defendendo que era preciso substituir a uniformidade pela equivalência no tocante à elaboração desses materiais. Essa argumentação, defendida por Anísio Teixeira, possibilitaria maior autonomia aos autores dos manuais escolares e, conseqüentemente, um melhor aproveitamento desse material nas salas de aula do país.

A identificação externa dos idealizadores da escola brasileira, nesse período, ainda eram as experiências pedagógicas vividas em outros países como Argentina, Inglaterra, Estados Unidos, Austrália, Canadá, França e Espanha. Essas experiências se apresentavam com propostas metodológicas mais avançadas, do ponto de vista pedagógico e social, como, as turmas mistas de homens e mulheres. Um exemplo dessa influência externa é o Colégio Americano Batista, no caso, influenciado pelo modelo adotado pelas escolas dos Estados Unidos da América.

O período histórico, no Brasil, era propício às mudanças, uma vez que a sociedade rediscutia a democracia e havia necessidade da expressão popular tanto nas artes, no cinema, na literatura e na imprensa. O grande desafio que se colocava, diante das propostas de transformações na sociedade era o fato das idéias liberais entrarem em confronto com as idéias tradicionais, estas já consolidadas nas principais instituições sociais. Mesmo assim, a sociedade parecia está dividida nesse processo, de um lado aqueles que viram seu país ser governado por mais de quinze anos por um mesmo líder político, defensor e propagador do nacionalismo e patriotismo, de outro aqueles que ansiavam por mudanças, que conheciam as experiências estrangeiras mais avançadas sobre as transformações necessárias ao desenvolvimento de uma nação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é um reflexo autêntico do enfrentamento sem consenso, que perdurou por mais de quinze anos. Quando aprovado, na década de 1960, já estava desatualizada, como argumenta Amaral Fontoura (1965).

Os indícios de uso dos manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade nos permitiram chegar a importantes informações históricas, como as formas de estudo e as escolas que os manuais foram utilizados.

Já com o suporte teórico, tivemos condições de complementar informações como, por exemplo, o fato de Manuel Correia de Andrade ter lecionado Geografia ginasial e colegial no Colégio Americano Batista, local onde encontramos registros da cultura escolar do período. As marcas de leitura, presentes nos manuais catalogados, junto com o referencial teórico pesquisado e o trabalho de campo, nos permitem identificar que os manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade eram adotados nas escolas que os mesmos lecionavam a disciplina Geografia.

Embora nos propusemos estudar a Geografia escolar, principalmente, a partir dos manuais escolares de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade, por serem autores nordestinos e seus livros terem sido utilizados nas escolas da Região Nordeste, analisamos, também, outros compêndios da Geografia escolar, utilizados no país na década de 1950, período coincidente com as primeiras publicações desses autores. Dessa forma, foi possível inferir que os livros didáticos de Hilton Sette e Manuel Correia de Andrade representavam um avanço do ponto de vista geográfico, a exemplo da discussão regional apresentada no livro *Geografia do Brasil* (1956), embora não dispusesse dos recursos tecnológicos mais caros do período, como o tipo de papel, os mapas detalhados, as imagens de alta qualidade e uso das cores. Do ponto de vista político estavam de acordo com as exigências oficiais, embora os autores diferenciasssem alguns pontos do índice em comparação ao programa correspondente. Dessa forma, libertavam-se mesmo que em movimentos lentos, da camisa de força, que se referiu, analogicamente, Anísio Teixeira no seu discurso crítico envolvendo a imposição dos programas curriculares aos manuais escolares.

Do ponto de vista pedagógico os manuais escolares de Renato Stempniewski em parceria com Éli Piccolo traziam inovações didáticas ao ensino de Geografia. Renato Stempniewski atuava como catedrático da Escola Normal Padre Manuel da Nóbrega, e, portanto estava mais próximo das discussões sobre ensino, apresentando um manual com um conjunto de avaliação diversificada que incluía os tradicionais questionários, mas de forma breve, exercícios práticos e temas para dissertação.

Comprovamos que, por meio do livro escolar, e através do programa curricular da época é possível estudar, a adequação dos conteúdos a esse programa, a corrente de

pensamento, os autores, as obras de referência, e até o preço do livro. Podemos, ainda, associar ao estudo dos livros didáticos, de forma significativa, informações adicionais, resultantes das marcas de leitura ou anotações de uso da época, como os conteúdos mais enfatizados pelo professor, a metodologia das aulas, a avaliação e até a escola e o nome do aluno.

Portanto, o livro didático pode ser uma importante fonte para compreendermos uma disciplina escolar, especialmente, quando consideramos outros documentos, que fizeram parte da cultura escolar da época e do contexto histórico do período na ocasião que o livro foi publicado e utilizado em sala de aula.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. **Lugar: Conceito geográfico nos currículos pré-ativos – relação entre saber acadêmico e saber escolar.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: USP, 2004.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. **Livros didáticos: contribuições para a história da disciplina escolar Geografia.** In anais VI Encontro Nacional de Ensino de Geografia Fala Professor. Concepções e fazeres da Geografia na Educação: Diversidade em Perspectiva. AGB, Uberlândia-MG, Julho, 2007.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. **Um século de prática de ensino de Geografia: permanências e mudanças.** XV Encontro Nacional Geografia, São Paulo, 2008.

ALMEIDA JÚNIOR, A. **Análise do projeto da lei de diretrizes e bases.** Conferência pronunciada em 9 de julho de 1952 na comissão de educação e cultura da câmara dos deputados. In: Revista brasileira de estudos pedagógicos vol. XVIII, julho-setembro, N.º 48, Rio de Janeiro: 1952. pp. 5-37.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A geografia no contexto das ciências sociais em Pernambuco.** Rev. bras. Ci. Soc., Out 2007, vol.22, no.65, p.9-15. ISSN 0102-6909. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000300002&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 10 set. 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo.** Estud. av., Abr 1997, vol.11, no.29, p.169-194. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100009&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 10 set. 2010.

ANDRADE, Manuel Correia; SETTE, Hilton. **Geografia do Brasil Terceira série ginásial.** 3ª ed. São Paulo, Editora do Brasil, 1958.

ANDRADE, Manuel Correia; SETTE, Hilton. **Geografia geral para a primeira série colegial.** 2ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1959.

ANDRADE, Manuel Correia; SETTE, Hilton. **Geografia geral para a segunda série do curso colegial.** Sem edição. São Paulo: Editora do Brasil, 1955.

ANDRADE, Manuel Correia; SETTE, Hilton. **Geografia geral para a segunda série ginásial.** Sem edição. São Paulo: Editora do Brasil, 1955.

ANDRADE, Manuel Correia; SETTE, Hilton. **Geografia geral para a quarta série ginásial.** 3ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1956.

ANDRADE, Manuel Correia; SETTE, Hilton. **Geografia do Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1958.

ANDRADE, Manuel Correia; SETTE, Hilton. **Geografia do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1962.

ANDRADE, Manuel Correia; SETTE, Hilton. **Geografia Geral**. São Paulo: Editora do Brasil, 1959.

ANDRADE, Manuel Correia. **Palestra sobre Nordeste**. III Seminário Nacional Redescobrimdo o Brasil: Pensar Modernização, Crise social e Pobreza. Recife: UFPE, 2006.

ARAÚJO, Rita Cássia B. (org.) **O Fio e a Trama**: depoimento de Manuel Correia de Andrade. Recife: Ed. Universitária, 2002.

ARAÚJO, Tânia B. Um Intérprete do Nordeste. In **Manuel Correia de Andrade – um homem chamado Nordeste**. Cavalcanti, C. *et al* (org.). Recife: Bagaço, 2008.

ATAÍDEO, TRISTÃO DE. **Plano cultural interamericano**. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol. XVI outubro-dezembro, N.º 44, Rio de Janeiro: 1951. pp.134-156.

AVELLAR, Hélio de Alcantara. **Apontamentos de Geografia do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

BIBLIOTECA do Colégio Americano Batista. **Imagens antigas, convite de formatura dos concluintes dos cursos ginásial e colegial em 1954, livro dos concluintes dos cursos ginásial e colegial em 1954, regimento interno do CAB de 1960**. Recife: Leila Barbosa Costa, outubro, 2010.

BITTENCOURT. Circe Maria F. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In. OLIVEIRA, Marcus A. T. De e RANZI, Serlei M. Fischer. (Orgs). **História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate**. São Paulo: CDAPH, 2000.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **Atos da Administração Federal**. Revista Brasileira de estudos pedagógicos. Vol. XVIII julho-setembro, n.º 47, Rio de Janeiro: 1952.

BRASIL. Presidente da República. **DECRETO LEI Nº1.006 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1938**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 12 jan. 2011.

BRASIL. Presidente da República. **DECRETO-LEI N. 4.244 – DE 9 DE ABRIL DE 1942: LEI ORGÂNICA DO ENSINO SECUNDÁRIO**. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2010.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. **Manuel Correia de Andrade e a Economia Política do Nordeste.** Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/2161_5f4af0b4962336722bc89bf5128815ca>. Acesso em: 10 set. 2010.

CARVALHO, Delgado de. **Methodologia do Ensino Geographico - introdução aos estudos de Geographia Moderna.** Tomo I. Petrópolis, RJ: Typographia das Vozes, 1925.

CASTELLAR, Sonia (Org.). **Educação geográfica: teorias e práticas docentes.** São Paulo: Contexto, 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos.** Magistério formação e trabalho pedagógico. 2ª edição. Campinas: Papirus, 1998.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa.** Teoria e educação, Porto Alegre, 1990.

CHOPPIN, Alain (2002). **O Historiador e o livro escolar.** História da Educação, Pelotas-RS, v. 6, nº 11, abril, p.5-24.

_____. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte.** *Educ. Pesqui.* [online]. 2004, vol.30, n.3, pp. 549-566. ISSN 1517-9702.

COSTA, Leila Barbosa. **As Páginas da Vida Agrária nos Livros Didáticos de Geografia (1950-1970): A Contribuição de Aroldo de Azevedo e Manuel Correia de Andrade.** Monografia de Graduação do curso de Geografia Bacharelado e Licenciatura apresentada na Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa:UFPB, 2007.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Discurso de posse de Maria Clélia Lustosa Costa como sócia efetiva do Instituto do Ceará.** Revista do Instituto do Ceará – 2008. Disponível em: <www.ceara.pro.br/.../14Disc_DiscursodepossedeMariaCleliaLustosa.pdf>. Acesso em: 03 set. 2010.

D'ALBUQUERQUE, A. Tenório. **Geografia do Brasil.** 7ª Edição. Editora Conquista: 1954.

FERNANDES, Eliane Maury. **Entrevista de Hilton Sette.** Projeto o pensamento social do Nordeste. Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco, 1981.

FONTOURA, Amaral. **Legislação Brasileira de Educação: Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Volume I, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1965.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wandely Ferreira. **“O histórico do livro Didático no Brasil”.** In. O Estado da Arte do Livro Didático no Brasil. Brasília: INEP, 1987.

GALVÃO, Ana M. de Oliveira; BATISTA, Antônio Gomes. **Manuais Escolares e pesquisa em História.** In: VEIGA, Cyntia G.; FONSECA, Thais Nívia de Lima (Orgs.). *História e Historiografia da Educação no Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GASPAR, Lúcia; PORDEUS, Raquel Batista; SILVA, Rosi Cristina da. **Manuel Correia de Andrade: cronologia e bibliografia.** Recife: Editora universitária da UFPE, 1996.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. **Construtores de Identidades: os Compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920).** Tese de doutorado defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

GATTI JR., Décio. **Entre políticas de estado e práticas escolares: uma história do livro didático no Brasil.** In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Histórias da educação no Brasil*, vol. III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação.** São Paulo: Cortez, 1990.

GICOVATE, Moisés. **Geografia do Brasil - 3º livro ciclo colegial.** Editora Melhoramentos. São Paulo: 1950.

_____. **Geografia Geral primeira série colegial do curso clássico e científico.** Editora Melhoramentos. São Paulo: 1954.

GOODSON, Ivor F. **Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução.** In: *Revista Teoria e Educação*, nº2, 1990.

GOUVEIA FILHO, Pedro. **Cinema e educação.** In: *Revista brasileira de estudos pedagógicos*. Vol. XVIII julho-setembro nº 47, Rio de Janeiro: 1952. pp.176-179.

JARDIM, Renato. **O ensino da geografia necessidade de uma reforma de programas e métodos.** In: *I Conferência Nacional de Educação*. Curitiba, 1927. COSTA, Maria José F. Ferreira et al. (Org.) Brasília: INEP, 1997.

JORNAL LÁBARO. **Boletim da sociedade literária Joaquim Nabuco.** Colégio Americano Batista. Ano 41, nº 1. Pernambuco, Agosto, 1955.

JORNAL LÁBARO. **Boletim da sociedade literária Joaquim Nabuco.** Colégio Americano Batista. Ano 41, nº 1. Pernambuco, outubro, 1955.

JORNAL LÁBARO. **Boletim da sociedade literária Joaquim Nabuco.** Colégio Americano Batista. Ano 41, nº 3. Pernambuco, dezembro, 1955.

KIMURA, Shoko. **Geografia no Ensino Básico: questões e propostas.** São Paulo: Contexto, 2008.

LACOSTE, Yves. **A Geografia isso serve, em primeiro lugar, pra fazer a guerra.** Campinas: Papirus, 1997, p.21-35.

LECIONE, Sandra. **Palestra sobre vida e obra de Aroldo de Azevedo.** III Seminário Nacional Redescobrimdo o Brasil: Pensar Modernização, Crise social e Pobreza. Recife: UFPE, 2006.

LOURENÇO, FILHO. **A educação nacional e o novo projeto de lei.** Conferência pronunciada em 22 de julho de 1952 na comissão de educação e cultura da câmara dos deputados. Revista brasileira de estudos pedagógicos. Vol. XVIII outubro-dezembro, n.º 48, Rio de Janeiro: 1952. pp. 124 – 176.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Um apontamento para a história do manual escolar entre a produção e a representação.** In. Actas do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Lisboa: s/e, s/d.

MENDONÇA, João Hélio. **Professor colegial.** Diário de Pernambuco. Edição de Quarta-Feira, 29 de Outubro de 2003. Disponível em: <www.pernambuco.com/.../opinioao.html>

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia e Ideologia nos currículos de 1º grau.** In. BARRETO, Elba Siqueira de Sá. (ORG.) Os Currículos do Ensino Fundamental para as Escolas Brasileiras. São Paulo: Editora Autores Associados/Fundação Carlos Chagas, 1998.

MUNAKATA, K. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos.** 1997. 218f. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

_____. **Dois manuais de história para professores: histórias de sua produção.** Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, p. 513-529, set./dez. 2004.

PERRUCI, G. (Coord.) **História do CAB de Recife: “Eternamente nosso bem” – Uma Linda História de amor com muitas histórias.** Recife: Companhia Editora de Pernambuco. Convenção Batista de Pernambuco, 2006.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil.** São Paulo: Editora Ática, 1990.

PORTARIA Nº 732 DE 11 DE JULHO DE 1951. **Atos da administração federal.** In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol. XVI Julho-Setembro, N.º 43, Rio de Janeiro: 1951.

PORTARIA N.º 966 DE 2 DE OUTUBRO DE 1951. **Atos da administração federal.** In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol. XVI outubro-dezembro, N.º 44, Rio de Janeiro: 1951.

RIBEIRO, Halferd Carlos Júnior. **O sistema de ensino ginasial e livros didáticos: interpretações da independência brasileira de Joaquim Silva entre 1946 e 1961.**

Dissertação de Mestrado defendida Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca: 2007.

ROLLO, Antonio. **Geografia Geral do Brasil**. 5ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

SANTIAGO, João Phelipe. **A Geografia no Brasil: A contribuição de Manuel Correia de Andrade**. Dissertação de mestrado defendida no Curso de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 1990.

SAVIANI, Demerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Coleção memória da educação. 2ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCRIPTA NOVA: **REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES**. Barcelona: Universitaria, v. 13, n. 288, 15 abr. 2009. Nueva Serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-288.htm>>. Acesso em: 10 set. 2010.

SIMÕES FILHO, Esnesto. **A educação brasileira no mês de setembro de 1951**. In: Revista brasileira de estudos pedagógicos. Vol. XVI outubro-dezembro, N.º 44, Rio de janeiro: 1951. pp. 179-187.

SOUZA, Armando José Sampaio de; SOUZA, Geraldo Sampaio de. **Geografia Geral para a série do Curso Ginásial**. 5ª edição. São Pulo: Editora do Brasil, 1950.

STEMPNIEWSKI, Renato ; PICCOLO, Éli. **Geografia geral para a primeira série do curso ginásial**. São Paulo: Editora do Brasil, 1959.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias da educação no Brasil, vol. III: século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TEIXEIRA, Anísio. **Notas sobre a educação e a unidade nacional**. In: Revista brasileira de estudos pedagógicos vol. XVIII, julho-setembro, N.º 47, Rio de janeiro: 1952. pp. 5-37.

_____. **Estudo sobre o projeto de lei das diretrizes e bases da educação nacional**. Conferência pronunciada em 7 de julho de 1952 na comissão de educação e cultura da câmara dos deputados. In: revista brasileira de estudos pedagógicos. Vol. XVIII outubro-dezembro, n.º 48, Rio de Janeiro: 1952. pp.72-123.

_____. **XIV conferência internacional de instrução pública. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos**. in: Revista brasileira de estudos pedagógicos.vol. XVIII julho-setembro, n.º 47, Rio de Janeiro: 1952.

VAINSENCER, Semira Adler. **Manoel Correia de Andrade**. Disponível em: <http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=Manoel+Correia+de+Andrade<r=m&id_perso=461>. Acesso em: 10 set. 2010.

VESENTINI, José William. **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas – SP: Papirus, 2004.

VLACH, Vânia Rubia F. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In. VESENTINI, José Willian. **O Ensino de Geografia no século XXI**. Campinas, Papirus, 2004.

_____. **Geografia em construção**. Belo Horizonte: Editora Ler, 1991.